



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

**A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e
Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos
nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira
(Versão final após defesa)**

Carla Maria Coelho Morgado

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Relações Internacionais
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Prof.^a Doutora Liliana Ferreira

Coorientadora: Prof.^a Doutora Teresa Cierco

Dedicatória

Aos meus anjos terrenos que me deram asas para voar.

Paulo Melo, Miguel Fontes e Simone Fontes

Agradecimentos

Ao fim de um ano de trabalho, que culmina com a presente investigação, foram sem dúvida muitas as incertezas quanto à viabilidade de concretizar mais este percurso na minha vida. Aos 41 anos de idade, e com tanto caminho percorrido, já muito dificilmente se conseguem as condições confortáveis necessárias para uma aventura como esta. A trabalhar há 20 anos na área da cultura, com dupla responsabilidade na coordenação de um setor que trabalha todo o território da Guarda, mãe de dois adolescentes que nos levam a maior parte do nosso tempo livre para nos concentrarmos no, que na verdade, é essencial para o bem-estar deles e nosso, foi sem dúvida um grande desafio conjugar todas as vertentes, tanto profissionais como pessoais, nesta aventura.

Hoje, e ao escrever esta nota, reparo, emocionada, que quem iniciou este projeto comigo, se manteve até ao fim... ou com palavras de ordem de coragem e de resiliência, ou com um simples sorriso, um olhar e um abraço que me davam ânimo para continuar a desbravar terreno.

E é nesta fase que digo que sou “rica”, não só pelo conhecimento que esta investigação me aferiu ao longo de doze meses, como pelo reconhecimento a quem sempre se manteve a meu lado, mesmo quando o caminho mais fácil parecia ser o “desistir”.

Não só não desisti, como percebi que é na luta, na perseverança, e acima de tudo na humildade com que encaramos cada passo na nossa vida, que reside o sucesso e a nossa postura consciente nesta passagem terrena. É portanto, importa primeiramente pedir desculpas aos meus companheiros de aventuras Paulo Melo, Simone Fontes e Miguel Fontes pelo tempo que não lhes dei a devida atenção, e agradecer-lhes pela paciência e pelas palavras de estímulo. À minha querida irmã Helena Morgado, por nunca me ter deixado desistir e por estar sempre ao meu lado, não só agora como em tudo na vida.

À minha orientadora, Professora Doutora Liliana Ferreira, e à minha co-orientadora, Professora Doutora Teresa Cierco, por se terem disponibilizado desde o primeiro momento a orientar-me. Agradecer-lhes a disponibilidade, o rigor e os ensinamentos que me facultaram ao longo deste projeto.

Ao Centro de Estudos Ibéricos, na pessoa da Sra. Coordenadora, Dra. Alexandra Isidro, por estar sempre disponível para me ajudar e que tão preciosa foi a sua colaboração nesta investigação.

E por fim, igualmente importante, um profundo agradecimento a quem ao longo de vários anos tem estado sempre ao meu lado, nos bons e nos maus momentos, nos quais já

partilhámos tantas estórias, tantas tristezas e alegrias, tantas discussões e tantos abraços. A vós, que nunca, em momento algum, colocaram em causa a minha amizade e sempre acreditaram que há amizades que são eternas: Laura Fernandim e Paula Cunha, porque há irmãs que, não sendo de sangue, são-no sem dúvida de coração. Bem hajam!

Resumo

A Península Ibérica foi, até ao sec. XX palco de mutações e transformações socioculturais e económicas de grande relevância e que se perpetuaram no imaginário o indivíduo comum até aos dias de hoje. No entanto, essas transformações resultaram numa identidade própria, constituída por variáveis comuns a dois Estados independentes. A estas variáveis, também elas resultantes de um legado deixado pelos primeiros povos a habitar a Península Ibérica, chama-se identidade ibérica.

E foi com base nesta identidade ibérica que o presente estudo resultou num trabalho que pretendeu abranger e clarificar a “identidade” como promotor das relações entre Portugal e Espanha, fazendo um percurso pela história dos dois povos, bem como a sua integração numa Europa unida e democrática. Considerou-se igualmente importante perceber o papel movimentações cooperativas, com especial incidência em zonas de fronteira, entre os dois Estados no panorama internacional, nomeadamente no projeto europeu, a União Europeia.

O Centro de Estudos Ibéricos, organismo cultural sem fins lucrativos, que tem a missão de estudar e divulgar a cultura ibérica, tem vindo a desenvolver, ao longo de dezassete anos, um papel ativo nas relações transfronteiriças e na promoção de uma identidade camuflada por anos de contendas. No entanto, o que sobressai no presente estudo é que, de facto, esta ligação identitária que une os dois países poderá ser um elemento fulcral para a continuidade das boas relações e da Cooperação Ibérica, que se tem vindo a manter nos últimos 33 anos de projeto Europeu.

Palavras-chave

Identidade, Cultura, Relações Internacionais, Nação, Identidade Ibérica, Cooperação Ibérica, Europa, CEI

Abstract

The Iberian Peninsula was, until the XX century, a stage of several mutations, socio-cultural and economic transformations with great relevance, and perpetuated in the imagination of the common individual, till the present day.

However, these transformations resulted in a very specific identity, consisting of common variables of the two independent States. These variables, also resulting from a legacy left by the first peoples to inhabit the Iberian Peninsula, are called Iberian identity.

It was on the basis of this Iberian identity that the present study resulted in a work that sought to cover and clarify "identity" as a promoter of relations between Portugal and Spain, making a journey through the history of the two peoples, as well as their integration into a united and democratic Europe. It was also relevant to this study to note the role of cooperative movements, especially in border areas, between the two States in the international arena, particularly in the European project, the European Union.

The Center for Iberian Studies, a non-profit cultural structure, whose mission is to study the Iberian culture has played an active role, for seventeen years, in cross-border relations and in the promotion of an identity, camouflaged by years of strife. However, what stands out in the present study is that, in fact, this identity connection, that unites the two countries, could be a key for the continuity of good relations and Iberian Cooperation, which has been maintained over the last 33 years, in this big Project that is the European project.

Keywords

Identity, Culture, International Relations, Nation, Iberian Identity, Iberian Cooperation, Europe, CEI

Índice

Lista de Tabelas	xiii
Lista de Figuras.....	xv
Lista de Gráficos	xvii
Lista de Acrónimos	xix
Introdução	21
Capítulo 1 - A identidade: uma abordagem teórica	Erro! Marcador não definido.24
1.1. Conceitos.....	24
1.1.1. Identidade e Multiculturalismo	25
1.1.2. Identidade Nacional	29
1.2. A Identidade na perspetiva da teoria construtivista das RI	32
1.3.1. Identidade: a base de uma futura União Ibérica	40
1.3.2. A Identidade como locomotiva da Cooperação Transfronteiriça em espaço europeu no pós II Guerra Mundial	45
Capítulo II - A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha	49
2.1. Contextualização Histórica	Erro! Marcador não definido.49
2.1.1. A Cooperação transfronteiriça no pós integração europeia	55
2.1.2.A Política de Coesão da União Europeia para a cooperação transfronteiriça: as origens	62
2.2. Desenvolvimentos recentes (2000-2017)	Erro! Marcador não definido.65
2.2.1. A Cooperação Transfronteiriça Portugal e Espanha no âmbito dos programas de coesão.....	66
Capítulo III - Estudo de Caso: O Centro de Estudos Ibéricos.....	76
3.1. Missão e objetivos do CEI.....	80
3.2. Contributo do CEI na cooperação cultural entre Portugal e Espanha	87
3.2.1. Impactos e vantagens das iniciativas de cooperação transfronteiriça na Raia Central Ibérica promovidas pelo CEI	88
Considerações Finais	94
Bibliografia	100
Anexos.....	108
Anexo A - Gráficos.....	108
Anexo B - Cimeiras Ibéricas.....	112
ANEXO C - Cooperação com outras instituições	114
Anexo D - Declaração da Guarda	116
Anexo E - Protocolo	118

Anexo F - Estatutos do Centro de Estudos Ibéricos.....	130
Anexo G - Estrutura do Centro de Estudos Ibéricos	134
Anexo H: Cronologia de Atividades do Centro de Estudos Ibéricos	147

Lista de Tabelas

1. Período de programação anual dos fundos estruturais em Portugal, pág. 57
2. Número de ECT criadas segundo os períodos de programação do INTERREG, pág. 64
3. Projetos aprovados no Centro/Castilla-León entre 2007 e 2013, pág. 67
4. Projetos e investimentos dos programas INTERREG, pág. 68
5. Projetos e investimentos INTERREG III, pág. 69
6. Projetos e investimentos INTERREG IV, pág.70
7. Objetivos Temáticos, pág. 70
8. Número de projetos dinamizados na OP6, pág. 71
9. Plano financeiro por objetivo temático (2014-2020), pág.73
10. Iniciativas e número de participantes (de 2001 a 2017), pág. 85
11. Análise SOWT da prestação do CEI, pág. 91

Lista de Figuras

1. Hastear das bandeiras portuguesa e espanhola em Bruxelas, a 1 de Janeiro de 1986, pág. 74
2. Vértices para uma “união europeia” ad hoc, pág. 98

Lista de Gráficos

1. Evolução do número de iniciativas, pág. 86
2. Evolução do número de participantes, pág. 86

Lista de Acrónimos

UE	União Europeia
RI	Relações Internacionais
CEMCP	Conferência dos Estados Maiores Conjuntos Peninsulares
NATO	North Atlantic Treaty Organization
COMIBERLANT	Comando da Área Ibero-Atlântica
CEE	Comunidade Económica Europeia
INTERREG	Programa de Cooperação Territorial Europeia
POCTEP	Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal
PAC	Política Agrícola Comum
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento do Território
FSE	Fundo Social Europeu
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
CEI	Centro de Estudos Ibéricos
RIET	Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças
AECT	Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial
ECT	Estruturas de Cooperação Transfronteiriças
CE	Comissão Europeia
ETE	Estratégia Territorial Europeia
OT	Objetivos Temáticos
CMG	Câmara Municipal da Guarda
UC	Universidade de Coimbra
US	Universidade de Salamanca
IPG	Instituto Politécnico da Guarda

Introdução

A identidade ibérica tem assumido um lugar de destaque para académicos que, por um lado, proclamavam uma União Ibérica, tendo como fundamento esta identidade, e por outro lado, merecia alguma desconfiança dos nacionalistas que evidenciavam a identidade portuguesa acima das variáveis comuns que ambos os Estados pudessem ter, o que impediria essa União Ibérica, caindo por terra o dito “sonho ibérico” (António Sardinha ou Antero de Quental). No entanto, as relações entre os dois estados foram potenciadas por essa ligação histórica, geográfica e cultural inerente aos dois povos, impulsionadas pela adesão de ambos à CEE em 1985. Portugal e Espanha partem, assim, lado a lado, num projeto europeu conjunto, aberto ao diálogo e à cooperação, não obstante as tensões formalmente existentes que ainda hoje se verificam entre os dois estados, nomeadamente as disputas hídricas, questões nucleares e questões energéticas, bem como tensões diplomáticas nomeadamente com a suspensão de duas Cimeiras Ibéricas (2010 e 2011).

Os fundos estruturais e de coesão social foram ferramentas cruciais para o incremento destas relações numa Europa cada vez mais unida e multicultural.

O Centro de Estudos Ibéricos veio a desempenhar um papel importantíssimo na fomentação destas relações cooperativas entre os dois Estados, em territórios de fronteira, mais concretamente na Raia Centro Ibérica, e a cidade da Guarda, sendo uma cidade de fronteira, ganha uma centralidade fundamental para a prossecução deste projeto transfronteiriço, constituídos por organismos portugueses e espanhóis, e que tem como objetivo fundamental ser uma plataforma de promoção e divulgação da cultura e civilização ibérica.

O presente trabalho apresenta cinco objetivos específicos. Pretende, por um lado, avaliar a identidade ibérica nas relações entre os dois Estados, analisar a Cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha, avaliar a identidade ibérica para a base de uma futura União Ibérica, avaliar o papel da União Europeia nas relações entre os dois Estados, nomeadamente na Cooperação Transfronteiriça e, por fim, avaliar o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas transfronteiriças.

Com esta investigação propomos identificar alguns conceitos de “identidade”, não só numa perspetiva meramente epistemológica, que compreenda quer o fenómeno do ponto de vista sociológico, quer na perspetiva construtivista das relações internacionais, sublinhando ainda o importante papel da União Europeia e dos fundos estruturais e de coesão social para o processo de democratização da península ibérica e desenvolvimento socioeconómico e cultural de dois países, que durante décadas viveram em colapso social.

Esta investigação tem como pergunta de partida: qual o papel do Centro de Estudos Ibéricos na potencialização das dinâmicas culturais e institucionais em espaço de fronteira?

Com o objetivo de responder a esta questão dividimos a dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo é feito o enquadramento teórico do tema no âmbito das relações internacionais. Assim, consideramos que o conceito de “identidade” pode ser analisado na perspetiva teórica do Construtivismo, como fenómeno eminentemente social mas com um forte impacto na política cultural europeia, onde abordaremos a promoção e a diversidade cultural num espaço tão amplamente pluricultural como é a Europa. Ainda nesta linha de pensamento realizar-se-á uma abordagem construtivista no âmbito da cooperação ibérica, como uma teoria que estuda eminentemente o papel dos atores sociais dentro de uma estrutura para o processo de transformações políticas e sociais no seio da Europa.

O segundo capítulo é dirigido ao estudo da Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha, iniciando com uma pequena contextualização histórica dos dois países, a partir da década de 1930. A contextualização histórica a partir deste ano é preponderante para o estudo que se segue, no âmbito do processo das relações diplomáticas entre Portugal e Espanha, de democratização da Península Ibérica, na adesão dos dois Estados à CEE e na implementação de in-puts, vindos da Europa para o desenvolvimento sociocultural e económico em territórios de fronteira, em franco subdesenvolvimento. Abordar-se-á a importância dos programas estruturais e de coesão social aplicados nestes territórios, nomeadamente, o INTERREG, e o impacto deste programa, com 4 edições, na zona de fronteira, mais concretamente na Raia Centro Ibérica.

No terceiro capítulo será analisado o estudo de caso. O Centro de Estudos Ibérico é uma associação de referência no que concerne ao estudo, à promoção e divulgação da cultura e civilização ibérica, sendo uma estrutura de fomentação de laços com entidades transfronteiriças que tenham como objetivo a criação de projetos comuns aos dois lados da fronteira. A análise será qualitativa, tendo em conta o desempenho do CEI da cooperação transfronteiriça, bem como quantitativa tendo em conta os projetos implementados no âmbito da cooperação transfronteiriça, através desta estrutura local, desde 2001 a 2017. Serão abordadas as origens do CEI, bem como a sua missão e objetivos. Ainda neste capítulo destacar-se-á o contributo do CEI na cooperação cultural entre Portugal e Espanha, ao longo de 17 anos de atividade. Por fim destacaremos as fragilidades do projeto, bem como as ameaças à prossecução deste projeto transfronteiriço.

A escolha deste tema e do estudo de caso para esta investigação centram-se na necessidade da discente, alargar o seu conhecimento na área da identidade/cultura, nomeadamente nas transformações e mutações socioculturais experienciadas na península. Sendo coordenadora do setor de Intervenção Cultural, Animação e Associativismo do Município da Guarda, considera que o seu raio de ação poderá passar pelo alargamento ao território transfronteiriço, aliando o conhecimento académico na área da identidade/cultura e

Civilização Ibérica, à sua experiência enquanto programadora e promotora de eventos culturais, de cariz tradicional onde a identidade, a cultura e as tradições locais estão intrinsecamente associadas a cada dinâmica instituída pela discente nos projetos que desenvolve, nomeadamente em espaço rural. Este estudo terá como objetivo futuro colocar em prática a teoria auferida pelo CEI no âmbito da identidade Ibérica, com a criação de um Simpósio Internacional de Cultura Ibérica (bianual e itinerante por cidades que compõem a Raia Central Ibérica), o qual fosse não só um espaço de discussão à temática, como também a experiencialização e o contacto direto com realidades tão próximas e tão idênticas, mas que ainda estão abafadas pelo efeito fronteira. Esta experiencialização passaria pelo intercâmbio cultural entre o meio associativo de projetos culturais da Raia Centro Ibérica, onde se faria uma viagem às tradições, à cultura, ao património material e imaterial de toda uma região. Considera-se pois que o contacto direto com gentes, tradições, vivências e a criação de laços comuns seria uma mais-valia para a continuidade desta cooperação transfronteiriça que se pretende assídua e mais forte.

Capítulo 1 - A identidade: uma abordagem teórica

1.1. Conceitos

Para introduzirmos o conceito de identidade, nesta investigação, será primeiramente importante indagar o que nos faz ter uma identidade.

Serão as características físicas e sociais que nos definem? Será o espaço físico onde permanecemos que dita as regras da nossa identidade? Serão os nossos gostos? A cultura do meio onde estamos integrados? Será a vontade de estarmos integrados nesse meio? Serão as nossas heranças e os nossos valores? Qual a relação existente entre o “eu” e o “outro” para uma identidade coletiva? O que nos leva a chamar um sítio “nosso” quando também é do “outro”? Estas serão porventura perguntas de partida para o que será o esmiuçar do conceito/definição de identidade, partido do indivíduo para o grupo

O conceito de identidade, proveniente do latim “*identitas*”, e que tem a sua origem na filosofia, identifica-se pelo conjunto de características e de traços próprios de um indivíduo ou de uma comunidade. Utiliza-se, assim, este conceito para descrever algo que é diferente do “outro” mas idêntico a si mesmo.

Habermas defende que “*a auto identificação predicativa que efetua uma pessoa é, em certa medida, condição para que essa pessoa possa ser identificada genericamente e numericamente pelas demais*” (HABERMAS, 1988: 147).

E seguindo a linha deste autor, a identidade é também formada através do “discurso” entre indivíduo e sociedade, estando sujeita, inconscientemente, a alterações/mutações, num processo que inclui a identificação própria do indivíduo e a identificação reconhecida por outros.

Habermas defende, ainda, que o indivíduo é responsável pela construção da sua linha biográfica e que, ao longo da sua existência, poderá construir novas identidades fundamentadas que permitem fragmentações e rupturas ocorridas em determinado momento, conduzindo a uma superação e permitindo um novo reconhecimento nas interações sociais de que faz parte.

No campo da sociologia, encontramos a identidade, como socialmente construída. No entanto, será importante perceber, como indica Castells, de que forma se dá esse processo de construção, qual a sua origem, finalidade e particularidades.

“A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos

aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que organizam o seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados na sua estrutura social, bem como na sua visão de Tempo/espaço” (CASTELLS, 1999: 23).

As instituições dominantes, subentenda-se “Estado”, também têm um papel preponderante na formação de identidades, quando os atores sociais as interiorizam e lhes dão significado, tendo por base essa mesma interiorização.

Para além da identidade individual, Castells aborda a identidade coletiva, defendendo que as relações de poder entre formas e origens contribuem para a construção social da identidade (CASTELLS, 1999).

É, portanto, considerada por ele, uma identidade “legitimadora” quando é introduzida por uma instituição dominante, tendo como objetivo a sua expansão e a racionalização da sua dominação.

Dentro deste núcleo, existe a identidade de “resistência”, onde os atores são maioritariamente classes desfavorecidas que, segundo a lógica da dominação, auferem resistência, criando “guettos” de relação entre si.

Por outro lado, a identidade de “projeto” caracteriza-se pela redefinição da posição na sociedade, que os seus atores assumem, causando transformações sociais como, por exemplo, o feminismo ou ainda o racismo.

Dentro da perspetiva de Manuel Castells, aqui apresentada, poderemos concluir que a identidade poderá ser construída através de um leque de sentimentos e decisões na escolha dos seus investimentos pessoais que o ator faz e que culminam na sua identificação, mas também fornecidas pelo estado, ou pelas instituições dominantes.

1.1.1. Identidade e Multiculturalismo

O debate em torno do multiculturalismo e da sociedade multicultural tem origem nas lutas iniciais contra o racismo empreendidas pelos negros norte-americanos. Surge, numa primeira fase, a partir do reconhecimento da diversidade de culturas existentes naquele país. No entanto, instituía que as diferentes culturas existentes nesse território deveriam ser “... *assimiladas pela cultura dominante*” (SILVA, 2003: 20), fundindo-se numa só, sem considerar qualquer contributo das demais culturas.

Falamos, portanto, de uma construção da identidade nacional, alicerçada no mito da democracia racial, que se manteve até ao final da década de 1970, aquando o surgimento de movimentos sociais anti-racismo.

Na inter-relação entre identidade e multiculturalismo, Hall distingue três concepções de identidade: a do sujeito do iluminismo, em que o mesmo é visto como unificado, contínuo, dotado de consciência e ação, entendendo o sujeito como detentor de uma identidade fixa, permanecendo a mesma ao longo da existência (HALL, 2006: 12); a do sujeito sociológico, em que não é considerado auto-suficiente, mas formado e complementado na relação com o outro (HALL, 2006: 12); e por fim, a do sujeito pós-moderno, em que o mesmo é “produzido” pelo processo de mudanças estruturais e institucionais e pelo processo de identificação, em que o sujeito assume identidades diferentes em momentos distintos:

“... à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconfortante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais nos poderíamos identificar - ao menos temporariamente” (HALL, 2006: 13).

Estas transformações e possibilidades identitárias têm acento nas sociedades contemporâneas onde as fronteiras são cada vez mais tênues, evoluindo a partir da própria sociedade e de forças externas.

Hall defende que será pré-condição para a constituição de identidades, o encontro com o outro como uma necessidade mútua (HALL, 2009: 73-102).

Tomaz Tadeu da Silva, defende porém que, identidade e diferença estão vinculadas a sistemas de significação e são processadas, produzidas e atribuídas socialmente e culturalmente (citado em SILVA, 2009: 7-72).

Neste processo que envolve encontros e confrontos, a tolerância é vista muito mais além do que um método de convivência. A tolerância será vista como um dever moral, de crer em si e no outro como sujeitos com identidades culturais incompletas, mas abertas a encontros culturais num cenário multiuniverso (BOBBIO, 1992).

É através destes encontros e de respeito por estas identidades incompletas mas abertas a transformações que surgem as identidades híbridas, como refere Tomaz Tadeu da Silva:

“Na perspectiva da teoria cultural contemporânea, o hibridismo - a mistura, a conjunção, o intercuro entre diferentes nacionalidades, entre diferentes etnias, entre diferentes raças - coloca em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas, divididas, segregadas. Este processo confunde a suposta pureza e insolubilidade dos grupos que se reúnem sob as diferentes identidades nacionais, raciais ou étnicas. A identidade que se forma por meio do hibridismo não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, embora guarde traços delas” (SILVA, 2009: 87).

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

Considerando que o hibridismo está associado a movimentos demográficos e à globalização, o que permite o contacto entre diferentes identidades, Touraine trabalha com o pressuposto do multiculturalismo como forma de conjugar igualdade e diferença.

“Não é nem uma fragmentação sem limites do espaço cultural, nem um meltingpot¹ cultural mundial: procura combinar a diversidade das experiências culturais com a produção e difusão de massa dos bens culturais” (TOURAINÉ, 1998: 224)

Para o autor é importante que se aceite a existência de conjuntos culturais fortemente constituídos, em que a identidade deve ser reconhecida. O autor sugere ainda que se evite a comunitarização. Para Touraine, *“Não há nada mais afastado do multiculturalismo que a fragmentação do mundo em espaços culturais, nacionais ou regionais estranhos uns aos outros, obcecados por um ideal de homogeneidade e de pureza que os abafa”* (TOURAINÉ, 1998: 222).

A ruptura destes espaços segmentados possibilita e potencia os encontros multiculturais, onde temos a oportunidade de compreender estas misturas, tornando mais criativas as identidades culturais.

Será neste contexto de sociedade multicultural que a Europa se define como um mosaico, no qual os grupos etnográficos diferentes mantêm a própria especificidade cultural e participam num molde social caracterizado por regras e leis compartilhadas, que regulam a vida em conjunto (BERRY, 2002: 347).

A Europa assume-se como um espaço geográfico multicultural, repleto de tradições e culturas, integradas numa só comunidade - a europeia - onde as mesmas se aceitam, respeitam, convivem e se sustentam mutuamente.

“Acima das divisões geográficas, religiosas ou políticas, as correntes artísticas, científicas ou filosóficas influenciaram-se e enriqueceram-se mutuamente ao longo dos séculos, constituindo o património de que hoje as podem reclamar as diversas culturas da União Europeia. Com efeito, por mais diferentes que sejam, os povos europeus partilham uma história que situa a Europa no mundo e na qual se funda a sua especificidade. (...) É aí que se inscreve o “modelo cultural europeu”, entre o respeito pela expressão cultural própria de cada povo e os intercâmbios, as ações de cooperação, que alimentam e enriquecem cada cultura” (A União Europeia e a Cultura, 2002: 3).

No entanto, muito se tem discutido em torno da dimensão cultural de um espaço que consideramos “nosso”, a Europa. Esta é uma questão sem contornos definidos pela natureza

¹ Afirmou-se nos Estados Unidos no último século. Define-se como sendo uma sociedade singular, dominante em que se relaciona com vários grupos minoritários, os quais estão destinados a serem absorvidos pela cultura dominante, conduzindo ao seu desaparecimento. Prevalece deste modo, o mito de *“um povo, uma cultura, uma nação”* (BERRY, 2002: 347).

subjéctiva que levam os europeus a assumirem uma posição de “pertença” em relação a um espaço de fronteiras e de múltiplas identificações culturais.

Neste pressuposto, poder-se-á definir “herança cultural”, e na perspectiva de Jonh Beynon, como *“o corpo de artefactos culturais existentes, produtos de alta cultura representada por grandes obras da literatura, pintura, escultura, música e arquitetura que constitui o geralmente conhecido cânone”* (BEYNON, 2001: 101).

Para o mesmo autor, a herança cultural *“... também inclui tradições, ideias e feitos característicos de uma comunidade cultural, continuados por um longo período de tempo e passados de geração em geração. Existem dois níveis de identidade cultural: o nacional e o europeu podem ser conjugados quando o sentimento de pertença a uma nação coexiste com o sentimento de pertença a uma comunidade cultural comum, unida pela aceitação de sistema de conceitos e valores partilhado. O reconhecimento de afinidades gera respeito por si mesmo; o reconhecimento das diferenças ensina o respeito por outras culturas”* (BEYNON, 2001: 161-174).

Numa análise imediata, o termo “multiculturalismo” tenderá a levantar algumas questões uma vez que pode ser entendido como um conceito empírico², onde as tradições, os valores, as práticas, as relações e identidades culturais se manifestam numa mesma comunidade política.

Isto é, num primeiro conceito de multiculturalismo, que inicialmente se sustentava numa concepção essencialista de identidade, em que *“... há uma identidade profunda e autêntica, anterior à política e às negociações.”* (VIEIRA, 2009: 36), contrapõe-se a concepção pós-estruturalista, defendida por críticos contemporâneos, que argumentam que só se pode pensar em identificações, quando essas são constituídas no âmbito político. *“É a existência de tais políticas que cria essas identidades”* (VIEIRA, 2009: 36).

A concepção pós-estruturalista do multiculturalismo não reconhece a possibilidade da existência de um sujeito individual ou coletivo antes da política.

Assim, poder-se-á afirmar que o conceito de multiculturalismo refere-se, antes de mais, ao Estado-Nação, com o propósito de unificação territorial, linguística e cultural, dando resposta à gestão da diversidade cultural, de forma a incluí-la na dimensão política.

As identidades culturais e sociais observáveis na Europa dos dias de hoje são variadas. Os grandes centros urbanos, como é o caso de Paris, Bruxelas, Londres, Colónia, estão repletos de núcleos habitacionais compostos por etnias, religiões, minorias que auferem ao nosso continente uma riquíssima diversidade de culturas. Contudo, atrás desta fonte de enriquecimento e de criatividade, vêm também os conflitos e violências, como se tem vindo a verificar nos inúmeros ataques terroristas a esta Europa multicultural.

² Numa abordagem imediata, tenderá a ser analisada em factos que se apoiam somente em experiências vividas e factos observáveis, pondo de parte uma análise baseada em teorias e métodos científicos.

A União Europeia terá um papel fulcral na definição de linhas de ação para a contenção e gestão conflitos dentro do espaço europeu, salvaguardando, por um lado, a segurança nacional de todos os estados-membros, e por outro lado, salvaguardando os ideais europeus de diversidade cultural, evidenciando a Europa como um espaço multicultural.

1.1.2. Identidade Nacional

Com efeito, e ultrapassando o mero conceito de cultura associada à identidade, estará a produção de discurso que transmite elementos de identificação dentro de uma estrutura.

Nem sempre no seio de um coletivo com uma cultura comum se reconhece ou é alvo de discursos identitários. E neste contexto, a identidade será a alavanca à representação da cultura de um ou mais grupos. Castells, defende o conceito de um multiculturalismo pós-estruturado, onde a identidade é fruto das interações sociais de grupos integrados numa estrutura dominante.

A problemática da identidade está a mover-se rapidamente para o centro da agenda de pesquisa da disciplina das relações internacionais, sendo que o conceito de identidade de estado tornou-se uma característica permanente do discurso construtivista.

O construtivismo, em particular as abordagens de identidade de estado representadas por Alexander Wendt (1999) e Peter Katzenstein (1996) tornou-se parte da corrente quase exclusivamente racionalista da teoria das relações internacionais. Essas abordagens construtivistas, geralmente consideradas as mais sérias no domínio racionalista, afirmam que o arcabouço teórico baseado no conceito de identidade de estado pode oferecer uma alternativa viável à teoria da escolha racional. Embora a identidade de estado seja apenas um dos muitos fatores não materiais (como cultura, normas, crenças, ideias, etc.) estudados pelos estudiosos construtivistas, a mesma fornece ligações causais muito importantes para apoiar os argumentos básicos da estrutura teórica construtivista. O conceito de identidade possibilita a integração de mudanças aos interesses dos atores na estrutura de pesquisa. De acordo com o raciocínio construtivista, os interesses dos estados são moldados pelas suas identidades, enquanto as identidades de estado (e, portanto, os interesses) estão sujeitas a mudanças no processo de interação. Os construtivistas afirmam assim que as suas abordagens podem fornecer melhores relatos teóricos de evolução e mudança nas relações internacionais do que seus rivais racionalistas. Os construtivistas também avançam no argumento de que os estados observam as normas não apenas porque (e quando) são do seu interesse próprio, mas também através da sua internalização nas suas identidades, ampliando assim a estreita estrutura liberalista para o estudo das normas (WENDT, 1994: 384-396).

Se numa análise essencialista a identidade surge como uma realidade estável, homogénea e inata, em que aspetos culturais se apresentam como um facto social pouco suscetível a mudanças e onde acaba por assumir um significado “...*de natureza vista como um legado durável e que não deveria ser revogado...*” (BAUMAN, 2009: 180), pela perspetiva pós-estruturalista percebemos que as identidades sociais são múltiplas, flexíveis e em constante transformação.

E é neste contexto, e na perspetiva de Hall, que a nação, enquanto organização política e social de um território, surge como “*principal fonte de identidade cultural*” (HALL, 1992: 47) na modernidade.

Nos séculos XIX e XX, o discurso em torno da nação e do conceito de identidade nacional rumam em direção a um processo de mudanças e transformações estruturais, bastante intenso. Falamos da industrialização, da secularização e luta pela democracia constitucional, cujos efeitos se irão refletir nos valores tradicionais e desenraizamento das culturas. Giddens considera que “*as instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social, quanto ao seu dinamismo, ao grau em que interferem com hábitos e costumes tradicionais, e ao seu impacto global*” (GIDDENS, 2002: 9).

Acrescenta ainda:

“*Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não têm precedentes. (...) as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança características dos períodos precedentes. (...) elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana*” (GIDDENS, 1991: 14).

Nesta perspetiva, o conceito de “modernidade” entra em contraste com a ideia de nação baseada nas “*origens, na continuidade, na tradição, na intemporalidade*” (HALL, 2006, p. 53) No séc. XIX, estando o discurso identitário associado e em estreita ligação com a organização sociopolítica de determinado território/nação, assiste-se a um desenraizamento cultural, provocado pelas transformações sociais.

Nesta linha de pensamento, torna-se importante, nesta fase, perguntar “O que é uma Nação?”.

Ernest Renan, historiador francês do séc. XIX, defende que o conceito não será fruto da religião, da raça, da língua ou da geografia, mas de uma vontade comum no presente, do esquecimento da memória coletiva da violência inerente à formação das nações, e dos feitos comuns herdados do passado. Esta última característica faz da nação “uma alma, um princípio espiritual” (RENAN, 1997: 173).

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

Mauss, numa perspetiva clássica, entende o conceito de nação como fruto de uma vontade coletiva, e que é essa nação estabelecida quem cria a ideia de unidade racial e muitas das suas tradições, selecionadas entre práticas culturais diversas (MAUSS, 1969). Weber, também numa conceção essencialista da identidade nacional, entende a nação como uma comunidade que leva a produzir um estado próprio, defendendo que há um sentimento de nacionalidade anterior à institucionalização da nação política.

A partir da década de 1970, rejeitando as conceções essencialistas, estudiosos e intelectuais assumem uma posição construtivista uma vez que, no seu entender as categorias sociais são culturalmente construídas, encarando desta forma, também, a nação como um artefacto cultural, colocando em discussão a ação do Estado moderno e do nacionalismo, como um movimento político, na formação de identidade nacional.

Para Ernest Gellner, a homogeneidade de uma identidade advém da ação centralizada do Estado, através da educação pública, da implementação de uma “máquina” de comunicação para massas capaz de unificar a língua, de difundir determinado padrão de cultura de elite e “invenções históricas arbitrárias” (GELLNER, 1993: 89).

Ainda nesta linha de pensamento Hobsbawm refere a importância dessa “máquina” comunicativa, nomeadamente, nas escolas primárias para a difusão da “imagem” e “herança”, junto da sua população, sendo esta uma das características da formação das nações modernas, mobilizadora e influenciadora dos seus cidadãos (HOBBSAWN, 1990).

Dentro da teorização do conceito de nação no mundo contemporâneo, Anthony Smith, teórico inglês, reconhece que as nações modernas emergiram a partir do industrialismo e da democracia; que os símbolos nacionais e a linguagem começaram como um fenómeno de elite, nos quais os intelectuais tiveram um papel fundamental; que a implementação de um programa de socialização política, através dos sistemas de comunicação e da educação pública de massas foi crucial para o Estado se apresentar num contexto de “nação moderna”. Defende que *“a nova conceção de nação foi criada para servir como estrutura espaço-temporal de ordenação do caos e para dar significado ao universo, ao prender aspirações e sentimentos de massa pré-modernos a laços locais e familiares”* (SMITH, 2000: 103).

As visões apresentadas nesta revisão de literatura, apresentam, divergências. No entanto, consideramos a existência de alguma complementaridade entre elas.

Examinamos que, a partir das convergências, poderemos ter, por um lado, uma perspetiva geral das interpretações contemporâneas sobre o conceito de “nação”, e, por outro lado, uma perspetiva das identidades nacionais como sistemas figurativos na atribuição de identidades sociais.

A identidade: uma abordagem teórica

“Às vezes o Estado cria a Nação, às vezes é o oposto que se dá, às vezes criam-se os dois mutuamente” (CARVALHO; 2003, p. 397).

Mais além do que perceber quem nasceu primeiro, se o ovo ou a galinha, importa ressaltar que, na modernidade, houve um esforço e uma linha de ação para tornar “a cultura e a esfera política congruentes” (HALL, 2006), explicando a permanência das representações da identidade nacional.

A nação é assim, um espaço físico e simbólico, de intervenção política no qual ocorrem as interações sociais.

1.2. A Identidade na perspectiva da teoria construtivista das Relações Internacionais

Neste ponto da investigação, e sendo a premissa de pesquisa o espaço Ibérico, do qual os atores são parte integrante da União Europeia, pretende-se demonstrar em que medida as abordagens construtivistas³ podem contribuir para a explicação da identidade ibérica enquanto promotora das relações entre Portugal e Espanha.

Abordando dois estados integrantes da União Europeia será importante, no decurso da investigação, enunciar aspetos relacionados com a integração europeia e sua identidade, como fenómeno eminentemente social, bem como o seu papel na política cultural em espaço europeu, abordando sistemas de proteção e promoção da diversidade cultural neste espaço tão amplamente pluricultural.

Como o próprio nome assim o indica, o objeto do construtivismo prende-se com *a construção social da política internacional*, estando na sua génese argumentativa a teoria de que a realidade é socialmente construída, as estruturas são definidas por ideias partilhadas e de que as identidades e os interesses dos atores são construídos por essas mesmas ideias (WENDT, 1999).

Com o intuito de analisar o surgimento da identidade comum na União Europeia e a inserção das identidades nacionais num processo de integração e unificação, abordamos a identidade cultural. Sendo este um processo construído socialmente, em que se edifica através de valores sociais que se transmitem ao longo da vida do indivíduo, para que este viva em sociedade, obriga a que a internacionalização da cultura aconteça com a identificação desse

³ De forma a delimitar e definir o construtivismo nas Relações Internacionais, serão abordados, de uma forma mais exaustiva, três teóricos de referência: Alexander Wendt, Nicholas Onuf e Robert Cox

indivíduo ou grupo com essa mesma cultura. Implica que o sentimento de pertença que um indivíduo poderá ter em relação a um grupo determina a sua própria identidade.

Para percebermos a perspetiva da “identidade” na teoria construtivista das Relações Internacionais, será fulcral abordar o surgimento do construtivismo nas Relações Internacionais.

Retrocedamos a 1980, década em que as ciências sociais, nomeadamente as RI, assistiram a novos quadros teóricos, que colocaram em discussão questões de ordem epistemológica, ontológica e metodológica, bem como o racionalismo de bases positivistas, que até então teriam sustentado o estudo das relações internacionais. De um sistema racionalista, em que as ciências sociais estavam limitadas a uma análise dos comportamentos meramente observáveis, busca-se a partir dos anos oitenta, estabelecer bases mais firmes e rigorosas de análise, implementando os métodos das ciências naturais nas Relações internacionais, submetendo a disciplina ao instrumental positivista-empirista.

O positivismo na ciência leva a que estudiosos reavaliem a base das suas construções teóricas, sucedendo-se a dúvida em relação à racionalidade instrumental positivista, através do questionamento de premissas tais como “*verdade, racionalidade, objetividade, realidade e consenso*” (LAPID, 1989: 236), permitindo o estímulo a novas abordagens no âmbito da disciplina.

Com o intuito de colocar um término à limitação determinada pela rigidez das teorias racionalistas do *mainstream*, em que colocavam em questão fundamentos sustentados em tradições específicas, as Relações Internacionais viram-se rodeadas de conceitos de outras ciências sociais de forma a manter uma atitude permanentemente crítica, trazendo de volta à mesa, autores até então negligenciados.

Surgem a partir de então, novas abordagens e novas perspetivas da disciplina, como nunca se tinha visto, havendo uma rejeição comum às velhas noções positivistas, sendo um dos pontos de concordância entre os teóricos pós-positivistas a questão da unidade da ciência. Defendem que, no que concerne à teorização das ciências naturais, esta se diferencia das ciências sociais: o primeiro estará relacionado com “*explaining*” e o segundo com o “*understanding*” (HOLLIS e SMITH, 1990, a respeito do debate entre *Explaining e Understanding em Relações Internacionais*).

E neste sentido, não se poderá falar em homogeneidade entre diferentes domínios. Os críticos pós-positivistas rejeitam também as suposições positivistas de objetividade e neutralidade do observador em relação à sua pesquisa. Defendem que, não há como separar o pesquisador do “*locos*” onde se insere o trabalho, uma vez que ao estar no “*locos*”, faz do pesquisador parte desse espaço, impedindo que haja uma análise verdadeiramente objetiva. A impossibilidade

da neutralidade aplica-se ao empreendimento que o observador fez no seu trabalho, nomeadamente à escolha do tema, aos tópicos de análise à teorização e fundamentação do mesmo, onde tudo é definido em determinado contexto, inserido num sistema de valores (COX, 1986).

Os teóricos pós-positivistas afirmam que ao ser valorizada uma postura empirista, ignorando forças intangíveis, o positivismo restringiu a caracterização do sistema internacional, não o entendendo como sendo uma estrutura moldável pela diversidade dos atores, negligenciou ideias e valores com o propósito de atingir a objetividade, capacidade explicativa e previsibilidade.

Contrariamente aos teóricos construtivistas, a maior influência da ciência nas Relações Internacionais centrou as perspectivas teóricas na forma estática do sistema e no ator estatal. E é neste contexto de racionalismo que se insere uma outra vertente de entendimento das relações interestatais: o neo-realismo, defendido por Waltz (neo-realismo *waltziano*). Os teóricos neo-realistas defendem que a estabilidade nas relações de poder só é possível se o sistema internacional adoptar a postura da força material dos atores estatais e na configuração da distribuição dos recursos de poder entre os Estados. O neo-realismo define-se com o princípio de que a anarquia define as unidades internacionais como atores racionais e unitários do sistema de “*self-help*” (WALTZ, 1979).

Com o objetivo de ampliar a investigação na área, autores contemporâneos como Lévy, Foucault e Lacour, que sugerem que “*a ‘Epistemologia Social’ pode ser entendida como o estudo das relações recíprocas que se estabelecem entre os seres humanos e seu mutante entorno social, cultural e tecnológico, visando à atividade cognitiva, isto é, o ciclo que envolve a produção, a circulação e o uso do conhecimento, caracterizado em sua materialidade como uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual*” (ODDONE, 2007: 108), passaram a admitir na sua investigação uma gama de variáveis bastante ampla, trazendo para a disciplina fatores não observáveis como a identidade, normas, linguagem e discurso, interesses e ideias.

Na verdade, e tentando romper com a lógica estatocêntrica e positivista, é que se insere a análise construtivista, analisando vertentes científicas, que integram as preocupações racionalistas, e vertentes pós-positivistas, que relativizam essas mesmas preocupações.

Cox, tendo em conta as inúmeras variáveis apresentadas, propõe que as Relações Internacionais se entendam e estudem a partir da combinação de três potencialidades. São elas os recursos materiais, as ideias e as instituições (COX, 1986: 1548).

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

Entendendo as relações internacionais (conjunto de interações sociais protagonizadas por atores internacionais, nos mais variados campos) como um fenómeno social, o construtivismo refuta a ideia da percepção do mundo como algo finalizado ou pré-determinado.

Na perspetiva de Marthe Finnemore e Katherin Sikkink, tendo por base a consciência humana, o construtivismo direciona-se para o papel das ideias, normas e cultura da política internacional, dando principal relevância à intersubjetividade existente na vida social (FINNEMORE & SIKKINK, 2001: 392).

Os teóricos construtivistas defendem que o mundo é constantemente construído e reconstruído na interação entre os atores, impelido pelos diferentes canais de comunicação que delineiam os interesses e as preferências dos agentes. O mundo seria assim, e na perspetiva construtivista, uma “*construção social*” (NOGUEIRA & MESSARI, 2005: 166). Assumirem as relações internacionais como uma ciência social baseada na interação humana leva o construtivismo a perceber o sistema internacional através de elementos intersubjetivos compartilhados pelos atores, modelando as suas preferências e, por conseguinte, os Estados, sem esquecerem a importância das causas materiais (abordagem racionalista), fazendo sobressair as estruturas cognitivas, como ideias, princípios e normas (FINNEMORE & SIKKINK, 2001: 392).

Assim, o construtivismo assume um papel fulcral para o estudo das relações internacionais, na análise em processos de integração por exemplo da União Europeia, e do que poderemos aplicar no presente estudo, nas relações de cooperação entre Portugal e Espanha.

O construtivismo percebe que o mundo material é o determinado pela ação e interação do homem e que a estrutura internacional se constrói, reconstrói e desconstrói através da interação dos agentes.

Wendt, um dos grandes impulsionadores do construtivismo, como já observámos, no estudo das relações internacionais, opõe-se ao neo-realismo, refutando a teorização neo-realista de privilegiar as estruturas e negligenciar a análise dos agentes. Enfatiza, assim, a co-constituição entre agentes e estruturas, defendendo que, por serem mutuamente construídos, os mesmos poderão possuir o status ontológico semelhante, sem que um tenha primazia sobre o outro (WENDT, 1994: 339).

Seguindo a linha de teorização de Giddens, Wendt defende que a prática dos agentes é que define a estrutura existente, refutando o comportamento de “self-help”, determinado pelo sistema anárquico, que negligencia os processos de interação dos agentes. Para o autor, a anarquia existe em conformidade com as interações protagonizadas pelos agentes, e serão essas interações que determinarão uma dada estrutura de identidades e interesses (WENDT, 1992: 394-395).

No que concerne à formação de identidade, Wendt defende que as identidades são o resultado de processos relacionais, opondo-se ao conceito de “mainstream”, de as mesmas serem pré-determinadas, pré-dadas e sem relevância para a estrutura (WENDT, 1987: 384).

Nicholas Onuf, seguindo a linha de pensamento de Wendt, acrescenta ainda outra variável determinante para a enfatização de uma identidade europeia, defendendo que a Europa não emerge apenas por meio de atos físicos, mas também discursivos, incutindo ao discurso um elemento fundamental para a unificação dos interesses estatais, com vista a definir perspectivas comuns de ação, aumentando a interação dos atores. Esta interação contribuirá para que estes atores se unam em prol do fortalecimento da União (ONUF, 1998).

Atendendo à relevância que o contexto social e a intersubjetividade assumem na compreensão das relações internacionais, o construtivismo assume um papel preponderante no estudo desses processos de transformação não só política como social, no seio da Europa. Sendo uma das premissas do construtivismo, a relevância dos atores sociais de uma estrutura, este irá sem dúvida enriquecer o processo de estudo para a cooperação ibérica, permitindo-nos analisar questões fundamentais como a formação de identidades em ambos os países, atendendo ao multiculturalismo inerente à União Europeia e dos seus processos de integração, fundamentados no conceito defendido por Risse, onde o “*polity-making*” e o “*institution-building*” europeu influenciam os Estados-membros nas suas políticas e estruturas (RISSE, 2004: 162).

A co-constituição coloca o construtivismo muito além das teorias racionalistas centradas no agente, as quais determinam que os interesses e identidades desses agentes são pré-determinados, vinculando, assim, a afirmação das identidades pela interação dos agentes, estando, no entanto, sujeitas a constantes alterações.

É nesta adequação entre os Estados-membros e a União Europeia, e na relação entre as estruturas e os agentes que se consagram exigências relativas à democracia, aos direitos humanos e padrões macroeconómicos da economia de mercado, valores estes intrínsecos às condições de adesão e participação de outros Estados à União Europeia (RISSE, 2004: 163).

E com base nas definições que afirmam uma União Europeia de identidades múltiplas, pluriculturais⁴ e em constantes transformações, que as premissas teóricas construtivistas se vão refletir no trabalho proposto, atendendo à história de Portugal e Espanha, repleta de mutações e transformações que levaram à organização de duas estruturas distintas com identidades próprias.

⁴ Utilizando-se da metáfora apresentada por Risse (2004: 168), em que defende que as identidades devem ser vistas como círculos concêntricos ou Bonecas Matrioskas russas, uma dentro de outra.

A aplicação de pressupostos construtivistas no estudo das relações de cooperação entre Portugal e Espanha vão além das teorias tradicionais, racionalista que entendem o mundo como algo fixo e pré-determinado, e atentarão à importância do contexto social/cultural/histórico inerente aos dois países para justificar a relevância da proximidade, não só transfronteiriça (espaço geográfico), mas também identitária na cooperação ibérica.

1.3. A Identidade Ibérica

Ora, é exatamente o escrutínio da identidade ibérica que será analisado, no quadro da teoria construtivista das Relações internacionais. De facto, partilhamos nesta investigação, do mesmo modelo de análise, por considerarmos que a realidade nacional, sub-nacional e supranacional é socialmente construída através da partilha de “ideias, normas e valores” quer do ponto de vista endógeno e exógeno. Com efeito, para se interpelar a identidade ibérica torna-se necessário avaliar a construção das identidades nacionais de Espanha, Portugal e América Latina. Neste último caso, pelo processo de colonização de que foi alvo pelas então “*identidades dominantes*”, assistindo-se a um processo de aculturação, onde a identidade dos nativos foi dominada pela identidade destes dois países colonizadores.

Necessariamente, a avaliação da identidade ibérica pressupõe uma análise cuidada aos elementos constitutivos aos dois estados, nomeadamente variáveis ligadas à história e à plataforma geográfica em que ambos se inserem, que lhes dão suporte e textura para aferirmos da identidade que, pese embora a ação das estruturas dominantes tenha configurando uma identidade própria a cada estado, permaneceram variáveis, protagonizadas por agentes sociais, latente aos dois Estados.

É, por isso, pertinente referir, antes de mais, e segundo o prémio Nobel da Economia Amartya Sen, que a identidade que o indivíduo possui não é apenas a que é partilhada com a comunidade. Para Sen, há outras identidades que formam o “*indivíduo*” igualmente importantes: o lugar onde reside, a origem geográfica, o género sexual, a classe social, os hábitos alimentares, os gostos culturais, os compromissos sociais (SEN, 2006: 18-39).

No entanto, existe um princípio precípuo importantíssimo, defendido pelas estruturas dominantes e grupos sociais, para a criação de uma identidade própria, que define a coesão social. E será esta coesão social imprescindível para defender esse mesmo princípio e, em última análise, a própria estrutura/território.

À Europa, espaço de valores e de respeito pela diversidade cultural, cabe outro propósito indispensável dentro das dinâmicas da *estrutura* interna e internacional: o de *mediador*, nos espaços em que diferentes identidades básicas definem zonas de relacionamentos e conflitos.

Um desses espaços, no contexto europeu, que historicamente, tem esse potencial de conflito é precisamente o espaço Ibérico. Aliás, mantêm-se até aos dias de hoje, com os conflitos internos em regiões espanholas, nomeadamente a Catalunha.

Para podermos definir o conflito do espaço comunitário ibérico, será porventura, importante referir que não falamos de um espaço único mas de uma projeção de diferentes espaços a partir de culturas nacionais, que por sua vez se foram transformando com a ação dos agentes sociais.

E estes espaços foram, durante séculos de história, presididos pelo conflito. A Península Ibérica, foi, durante muitos anos um território visitado por diversos povos, nomeadamente fenícios, cartagineses e mais tarde por celtas. No ano III a.C. dá-se a invasão romana na Península Ibérica, deixando profundas marcas duradouras na língua, na religião, na lei e nas práticas tradicionais ligadas à agricultura. Será aqui que nasce a Hispânia, albergando todo o espaço Ibérico. Com o declínio do império romano, assiste-se às invasões germânicas (visigodos) do território.

A reconquista pelos visigodos foi mais lenta, originando o nascimento de pequenos reinos que iam sendo alargados à medida que a Reconquista era bem-sucedida. Primeiro, o Reino das Astúrias, que viria a dividir-se entre os filhos de Afonso III das Astúrias quando este morreu. Esta divisão resultará então no nascimento dos reinos de Leão e Castela e, mais tarde, de Navarra e Aragão e da Galiza (ORTIZ DE VILLAJOS, 2000: 73-116).

Mais tarde assiste-se às invasões muçulmanas, verificando-se ainda nos dias de hoje enormes marcas dessa passagem principalmente em aspetos arquitectónicos, na língua e na gastronomia, Essas marcas ganham dimensão principalmente na Andaluzia e Algarve.

Será, portanto, importante referir que, até então, todo o espaço ibérico foi alvo de mutações sociais, sofrendo profundas influências de povos oriundos do mar mediterrâneo, do norte da Europa e norte de África (ARAÚJO, 1983).

Nessa reestruturação política de Hispânia, com a atitude ativa de D. Afonso Henriques, neto de Afonso VI, Imperador de Hispânia, de assumir o Condado Portucalense como um reino independente, em 1139, foi fundado o Reino de Portugal a partir deste Condado, com a estabilização das suas fronteiras em 1297, o que fez de Portugal o país Europeu com as fronteiras mais antigas (CRUZ, 1983).

Pioneiro na exploração marítima na Era dos descobrimentos, o Reino de Portugal expandiu o seu território durante os séculos XV e XVI, para a Ásia e Américas. Por seu lado, a Coroa de Castela também rapidamente se juntou à exploração marítima, nomeadamente para as Américas, tendo sido celebrado o Tratado de Tordesilhas, em 1494, entre ambos os reinos, o qual dividia o mundo em duas zonas de influência nas conquistas marítimas fora da Europa: seriam elas a zona portuguesa e a zona espanhola (BOXER, 1969). Em 1580, com a invasão de

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

Felipe II de Castela, ao reino de Portugal inicia-se ao processo da União Ibérica, ficando o território português sob gestão espanhola durante os próximos 60 anos.

Portugal terá acabado por resolver os seus conflitos com Espanha, com a independência a 1 de Dezembro de 1640, através da restauração da Independência, reconhecendo Portugal como Estado Soberano e marcando assim o fim da União Ibérica. No caso catalão, essa vontade de maior autonomia e independência permanece até aos dias de hoje (BARREIRA, 2003).

Mas sem dúvida que esta relação, ainda que conflituosa, entre os dois reinos deixou uma herança comum. Podemos verificar essa herança nas manifestações culturais perpetuadas ao longo dos tempos, e observada nos eventos ligados à tauromaquia; na gastronomia, através dos enchidos e do Arroz à Valenciana, em muito parecido com a tradicional Paella, e da refrescante “sangria” também tão utilizada à mesa em Portugal, principalmente em territórios de fronteira. Nas manifestações religiosas verificam-se ainda atualmente as comemorações da Semana Santa, que têm contribuído para a ascensão do Turismo Religioso em ambos os países, e as manifestações pagãs ocorridas no Carnaval, com a Muerte da la Sardina, em Espanha, e a Queima do Velho (Valongo), O Enterro do Entrudo (Guarda e outras cidades), o Enterro do Bacalhau (Sesimbra) e Enterro da Sardinha (Marvão), em Portugal.

Pese embora as divergências existentes entre os dois países, não esqueçamos que ambos os estados passaram por uma situação política e social bastante rigorosa, no caso português protagonizado por Salazar, no caso espanhol protagonizado pelo General Franco. E embora as estruturas dominantes tivessem trabalhado em estreita ligação no que concerne ao policiamento de fronteiras, com a PIDE e la Guardia Civil, por outro lado, tanto a sociedade civil portuguesa como a espanhola assistiam à privação das suas necessidades básicas e primárias, imperando a opressão, o medo, as perseguições, onde a liberdade de expressão era sinónimo de morte. E neste pressuposto, uma característica comum aos dois povos terá sido a luta de todo um povo (quer espanhol, quer português) pela sua libertação. Espanha, vê o término do franquismo com a morte do ditador, em 1975, em Portugal dá-se o 25 de Abril, ou também apelidada Revolução dos Cravos, um ano antes, em 1974 (LOOF, 1996).

E, neste contexto histórico de influências e conflitos, poder-se-á garantir que o “conflito” não anula a identidade comum, uma vez que o mesmo pressupõe um contacto direto com a cultura, as tradições, a história, a geografia do outro estado, existindo assim uma identificação com o mesmo. Por outro lado, o “conflito” foi-se dilacerando ao longo dos tempos, tendo naturalmente ocorrido transformações culturais nos dois Estados. Nestas transformações foram-se criando contactos e relações entre grupos e indivíduos com interesses comuns.

A identidade: uma abordagem teórica

Homero e a história moderna sugerem que a construção e a manutenção da identidade ocorrem, frequentemente, através de interações positivas, embora não necessariamente iguais, com os "outros".

1.3.1. Identidade: a base de uma futura União Ibérica

A Península Ibérica tem sido, desde sempre alvo de discórdias entre pensadores, como poderemos verificar a seguir, nas teorias pró e anti iberistas. Mas será porventura na génese da terminologia "Ibérica", que poderão estar algumas respostas para os historiadores (defensores e opositores) que, por um lado, defendem uma união ibérica e, por outro lado, consideram que a história mais recente dita esta mesma separação.

Para melhor compreender a evolução histórica da própria palavra retrocedemos até ao período Helénico. Assim, a primeira terminologia sobre o espaço abordado terá sido Keltiké, seguindo-se pelo termo Ibéria, baseando-se na perspetiva geográfica, derivando o nome do rio Ibero, atualmente rio Ebro. A terminologia foi evoluindo, e de Ibéria passará para Hespéria (DIEGUEZ, 2005).

Após a colonização romana, no ano 205 a.C., o termo Hispânia surge com a finalidade de separar a península do território italiano, também apelidado pelos gregos de Espéria. Nasce assim a terminologia Península Hispânica, que se perpetuou durante séculos de história (DIÉGUEZ, 2004:10).

Outro ponto a ser destacado será o território em si que, pela sua história e legado deixado pelos povos que marcaram a sua passagem pela nossa península, deixaram marcas profundas na cultura e nas tradições orais e laborais. Este é um território repleto de uma enorme riqueza e diversidade, que foi, pela força da sua história, sofrendo mutações sociais, tanto por agentes locais, como, e principalmente, pelas estruturas dominantes, ou seja o próprio Estado.

Todos estes fatores contribuíram para tornar a Península Ibérica num espaço único, com uma posição geoestratégica única no espaço europeu. A Península Ibérica é a principal porta de entrada e saída da Europa, relativamente ao espaço Atlântico, partilhado aliás com o Reino Unido.

O espaço ibérico representa o segundo maior território do sul da Europa, com mais de 580 mil km quadrados, constituído por dois países que, pese embora tenham uma identidade própria, mantêm, pela força da história, variáveis comuns. Com esta dualidade, entre um historial de união e de separação, entre os povos peninsulares, surgem teorias a aclamar as vantagens e

desvantagens de uma possível união ibérica, muitas delas vista como uma tentativa de devolver a Hispânia o que lhe foi “roubado”.

Estes movimentos, em prol de uma União Ibérica, tiveram o seu início no século XVIII, tendo-se imediatamente levantado outras correntes que se opunham a esta união, contra qualquer tentativa de aproximação do “eterno inimigo”. A história deixou de facto marcas profundas nos povos peninsulares. Ainda hoje, se vêem essas marcas, nomeadamente no profundo zelo de nacionalismo vincado pelas próprias populações. No entanto, com a entrada de Portugal e Espanha na Comunidade Europeia, e depois de todos os esforços para implementarem a cooperação transfronteiriça, onde outrora se via uma ameaça (na tradição oral portuguesa ainda hoje se notam essas marcas: “de Espanha nem bons ventos nem bons casamentos”) poderá ser hoje um aliado. E esta ligação tem-se vindo a notar nesses projetos de colaboração e cooperação com os “nuestros hermanos”.

Perante o exposto será, assim, importante perceber quais as possibilidades para se traçar um caminho para uma união ibérica, não colocando em causa as boas relações que Portugal e Espanha têm vindo a manter.

Teorias Pró-iberismo

Muito se tem discutido em torno de uma possível união ibérica no seio do mundo académico e intelectual⁵. O que a classe mais conservadora portuguesa vê nesta possibilidade uma máscara, alertando para um possível domínio espanhol, para muitos teóricos seria o início de uma nova era peninsular, que poderia marcar o destino da história dos dois estados peninsulares.

Em Portugal, estas movimentações unionistas surgem mais vincadamente no século XIX. Autores portugueses como Antero de Quental com o seu estudo “Causa da Decadência dos Povos Peninsulares”⁶ ou Oliveira Martins, com a “História da Civilização Ibérica”⁷, viam nesta possível união o enaltecimento das nações peninsulares, chegando a apresentar propostas práticas para uma aproximação política.

Antero de Quental assumiu-se como um defensor de uma união republicana democrática, tendo desenvolvido a teoria de uma República democrática e federativa para a Península

⁵ Antero de Quental (2008), Joaquim Pedro Martins (1988) e António Sardinha (1975), são alguns dos intelectuais plasmados no texto que se segue com teorias pró-iberistas. Por outro lado, nas teorias anti-iberistas, abordar-se-ão intelectuais como Maria da Conceição Pereira (1992), Franco Nogueira (1924) e Hipólito Raposo (1940).

⁶ QUINTAL, Antero (2008). “*Causa da decadência dos Povos Peninsulares*”. Lisboa: Tinta-da-china.

⁷ MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira (2007). “*História da Civilização Ibérica*”. Lisboa: Guimarães Editores.

Ibérica. Para Antero de Quental, no espaço peninsular, deveria existir o princípio da igualdade e da liberdade para todos os indivíduos, evitando uma centralização geral, através da criação de vários centros de poder em todo o território (MARQUES, 2007: 73-76).

O teórico acreditava que o segredo para a convivência cordial dos povos e sua liberdade residia na constituição de uma Federação Peninsular, e na qual se descentralizariam as forças governativas, dando voz a todos os setores existentes nas nações ibéricas. Desapareceria a nacionalidade dos países ibéricos, dando lugar, ao que o próprio autor apelidou de “*abraço ibérico*” (MARQUES, 2007: 77-78).

Outro autor português acérrimo deste ideal político foi Teófilo de Braga, que também traçou linhas para a federação Ibérica, na qual Espanha passaria a ser uma república dividida em territórios autônomos, e onde Lisboa seria a capital Federal.

Do lado espanhol, Valle-Inclán apresentou um modelo muito mais prático, propondo a tradução de obras literárias portuguesas, nomeadamente as de Eça de Queirós, e a inclusão da nossa literatura no seio literário espanhol (INCLÁN, 1928).

Também propôs um modelo governativo, na qual a península Ibérica se dividiria em quatro zonas principais: Cantábria, Bética, Tarraconense e Lusitânia. Cada uma das áreas teria a sua capital: Bilbao, Sevilha, Barcelona e Lisboa. Madrid seria o centro de um governo federal.

Outros dois autores portugueses se manifestaram a favor de uma união ibérica através de uma base mais literária e cultural. Joaquim Pedro de Oliveira Martins defende uma aproximação de pensamento, uma ligação de intelectualidade e sentimentalidade ibérica (MARTINS, 1988). Acreditava que os países separados não teriam futuro e que seria na sua aliança que poderiam ter uma voz no panorama internacional. O autor ainda propõe uma Aliança Peninsular, onde ambos os países têm o seu domínio sobre o seu território, mantendo-se assim o seu poder político, mas que se juntam numa coligação para reavivar o esplendor nas nações ibéricas.

António Sardinha, célebre autor português, vai mais longe, afirmando que não existia para Portugal maior humilhação do que ter ódio de Espanha. Para o autor, a separação entre Portugal e Espanha só traria fragilidade para os dois países e engrandecimento para outros (SARDINHA, 1975). Relembra também o período da Renascença, onde o intercâmbio cultural era uma constante, em que o país não era visto como um inimigo mas sim como uma fonte de cultura e de aprendizagem. Sardinha propõe um sistema político que garantisse a independência dos dois estados. Defende a existência de duas coroas conjuntas, duas casas reais e dois poderes centrais numa aliança única entre Portugal e Espanha.

Certo é que, uma voz intelectual significativa para a consolidação da Península Ibérica resultou em variadíssimos de modelos de integração, propostos por autores do século passado. Certo é que, as exigências para a integração na Comunidade Europeia dos dois países

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

forçaram esta aproximação, outrora tão proclamada por vários intelectuais. Atualmente, Portugal e Espanha têm vindo a reconhecer-se amigavelmente a passos largos.

Citando Padre António Vieira “*Todos nos cansamos em guardar Portugal dos Castelhanos, e devêramo-nos cansar mais em o guardar de nós. Guardemos o nosso Reino de nós, que nós somos os que lhe fazemos a maior guerra*”⁸

Teorias Anti-Iberistas

As teorias anti-iberistas, surgiram de igual forma que as pró-iberistas, nos dois lados da fronteira com a finalidade de se oporem aos teóricos que defendiam acerrimamente a unidade peninsular. Para os anti-iberistas a soberania dos países apresenta-se como uma corrente contrária ao Iberismo e a qual defende a integridade e independência da Pátria.

Desta corrente surgem os movimentos nacionalistas, que consideravam o modelo ibérico pouco sólido e de fraca implementação prática.

Maria da Conceição Meireles Pereira refere que o fenómeno do Iberismo é um “*Discurso eminentemente teórico, carente ora de franca implantação, ora de confirmação histórica, o Iberismo não foi todavia, longe disso, exclusivamente académico, pelo que suscitou uma vastíssima literatura apologética e de contestação...*” (PEREIRA, 1992: 237).

E pese embora a corrente pró-iberismo identificada nos séculos XIX e XX, pelos autores identificados no ponto anterior, certo é que, em Portugal, nunca se formou um partido iberista que desse fundamento a todas as propostas apresentadas pelos intelectuais referidos. Atualmente, existe em Portugal Movimento Partido Ibérico, que fraca expressão têm na demanda pela unificação Ibérica.

Teixeira de Pascoaes (1877-1952)⁹ refere que “*... o país resiste há oito séculos ao poder invasivo de Castela, o que faz de si a nação com mais força e raça de entre todas as demais*” (PASCOAES, 2007).

Num discurso inteiramente nacionalista, o autor recupera o passado e enaltece Portugal, lembrando os seus feitos, e afirma que não necessita de se render a nenhuma força externa para se afirmar no panorama internacional. Defende ainda que a Questão Ibérica não passará de uma saída desesperada dos que não lutam afincadamente pela glória do seu país.

⁸ VIEIRA, Padre António (Sermões I).

⁹ Teixeira de Pascoaes é autor do célebre livro “A Arte de ser Português”, no qual apresenta uma análise das características mais significativas do povo português.

Outro autor anti-iberismo que marcou a sua posição foi Hipólito Raposo que, no livro *“Folhas do meu cadastro”*, chama de *“traidores”* a republicanos progressistas que, segundo o autor, vendiam o próprio país e fomentavam a invasão espanhola sobre o nosso território (RAPOUSO, 1940: 25).

Franco Nogueira (1918-1993) enaltece o espírito nacionalista e reaviva o dever de defesa da pátria mãe, fazendo alusão aos grupos pró-iberistas dos dois lados da fronteira, salientando que o movimento português deseja uma integração e colaboração enquanto o movimento espanhol deseja anexar Portugal e detê-la sob o seu poder para alcançar o domínio total do território e chegar ao Atlântico (NOGUEIRA, 1924: 384).

O século XXI continua a ser palco de discussão em torno da ideologia ibérica, e o escrito Paulo da Pitta Cunha refere que não existe uma necessidade real de anexarmos Portugal a Espanha, uma vez que, em termos estratégicos, Portugal escolheu o caminho do Atlântico, sendo a passagem por Espanha insignificante. Refere ainda que, da mesma forma que poderiam chegar a Portugal ameaças de Espanha, também poderiam chegar ameaças a Espanha por mar, o que faria temer-nos tanto como nós a eles. (PITTA E CUNHA, 2008).

Valentín Cabero Diéguez, autor e investigador espanhol refere também, no seu livro *“Iberismo e Cooperação - Passado e Futuro da Península Ibérica”* refere que há um território fronteiro entre os dois países condenada à discriminação, ficando desaproveitado em relação ao resto da península, considerando que assim permanecerá por mais esforços de união que possam haver. Considera que Portugal tem uma enorme riqueza no seu interior por explorar mas que não é viável nem positivo procurar ajuda de um parceiro que não irá investir nessa área, pois não é do interesse do *“hispano”*. (DIÉGUEZ, 2005).

Perante os factos supra mencionados poderemos referir que, apesar da história inerente aos dois países e dos esforços realizados para uma União Ibérica, na verdade nunca houve um verdadeiro esforço para justificar na sua plenitude essa união e implementar um modelo de governação conjunta, tendo sido já apelidado, por muitos intelectuais de *“utopia”* ou *“o sonho ibérico”*.

A identidade ibérica, se na verdade ela existe, e aí remete-se para a colonização de toda a península e do que daí conjuntamente foi herdado, poderia ser um fator importante para haver uma identificação com essa possível união. Mas na realidade, as lutas pela nossa independência e a ação que a estrutura/nação teve nos cidadãos, ao longo dos tempos, para lhes incutir o sentido de nacionalismo e a defesa da pátria, através de campanhas nacionalistas de glorificar atos heróicos dos nossos antepassados, ditaram uma identidade muito própria do povo português.

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

Poder-se-á sim falar em simetrias identitárias comuns aos dois estados, que poderão ser um forte impulsionador à cooperação entre Portugal e Espanha.

“Entre Portugal e Castela não há montanhas, não há rios, não há mares que os separem: mas há uma distância infinita entre um e outro país que são os sentimentos humanitários”¹⁰

1.3.2. A Identidade como locomotiva da Cooperação Transfronteiriça em espaço europeu no pós II Guerra Mundial

Com a adesão dos dois estados à União Europeia, e sendo uma das premissas a diversidade cultural e o respeito pela identidade de cada Estado, nos processos de integração, importa ressaltar que a União Europeia teve um papel preponderante na proximidade entre os dois Estados, com a implementação de programas comunitários que visam o desenvolvimento territorial, através da cooperação bilateral.

“Transformar uma fronteira que divide numa fronteira que une e assegurar um desenvolvimento económico e social equilibrado em todo o território sem linhas de descontinuidade foram e continuam a ser os grandes desígnios da cooperação territorial europeia” (SOEIRO e BELTRÁN, 2016).

A cooperação transfronteiriça é definida pelo Comité das Regiões como *“a cooperação bilateral, trilateral ou multilateral entre autarquias locais e regionais (podendo ainda envolver atores da esfera semipúblico ou privada) de regiões limítrofes, ou separadas por mar”* e que *“tem por principal objetivo a integração de regiões separadas por fronteiras nacionais que enfrentam problemas comuns e que carecem de soluções comuns”* (CE, 2003: 6).

Pelo anteriormente referido, relativo às variáveis comuns aos dois estados para a prossecução das boas relações entre Portugal e Espanha, destaca-se o papel que a União Europeia deteve na proximidade entre os dois estados peninsulares. Nos capítulos seguintes abordaremos a cooperação transfronteiriça, por nos parecer que o propósito da União Ibérica estar distante de ganhar consenso. Não só porque Portugal se afirma como nação soberana, não se perspetivando alguma possibilidade política para essa fusão, constituindo-se enquanto “Estado Federal” mas também pela fragilidade que Espanha atravessa nas suas relações com as próprias regiões internas. O caso da Catalunha, é um claro exemplo do risco de fragmentação que o território espanhol atravessa, pondo em causa toda uma soberania e as políticas de coesão interna.

¹⁰ A Opinião, Lisboa, n.º 994, 25 Abr. 1860: 1.

Por outro lado, após de anos de ditadura vivenciadas quer em Portugal e Espanha, o processo de democratização dos dois Estados, teve como sustentáculo a CEE, que viu no término dos dois sistemas autoritários, uma porta para tão ambicionada estabilidade na Europa.

A integração europeia ganhou força no pós II Guerra Mundial, como resposta a uma Europa fragilizada que tentava precaver-se de episódio bélicos futuros e ambicionava uma estabilidade económica bem como a manutenção da paz alcançada para o “Velho Continente”.

Com base nos valores definidos para a UE, patentes no Tratado de Lisboa e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, onde a inclusão, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a não discriminação, são valores invioláveis, a CEE viu na integração de Portugal e Espanha e nessa identidade inerente aos dois estados, uma possibilidade de vincar uma Europa cada vez mais coesa e unida. Consciente das afinidades mas também das atribuições relacionais entre estados, que se encontravam em subdesenvolvimento, Portugal e Espanha era um território que, aos olhos dos estados membros seria um espaço com a necessidade de se aplicarem políticas e estratégias de desenvolvimento regional, urgentes.

O conceito de fronteira, até então vivido pelos dois estados, era a de um espaço fechado, isolando-o em relação às sociedades estrangeira. Com a adesão à CEE esse conceito foi-se dissipando, tendo as zonas raianas assumido um papel fundamental no processo integracionista através do *“reconhecimento das solidariedades transfronteiriças que apoiam o modelo de mercado apoiado nessa componente, de onde deriva a livre circulação de mercadorias, de pessoas e de capitais”* (MARCHUETA, 2002: 11).

Assim se abandona o conceito de “fronteira”, muito vincado em relação ao Estado Soberano Nacional, tendo assumido neste processo de integração um efeito integrador, de união e de relação mútua.

No início da integração estas fronteiras eram caracterizadas por espaços com constrangimentos vários, nomeadamente *“barreiras, impedindo ou dificultando os movimentos de pessoas e bens que (...) podem afetar negativamente as economias regionais dividindo as áreas de influência, aumentando os custos de transação, impondo custos alfandegários, barreiras linguísticas, criando potenciais conflitos políticos e militares, transformando-as em regiões periféricas, tanto do ponto de vista geográfico como económico”* (PIRES e PIMENTEL, 2004: 3).

Nos finais da década de 1980, e principalmente com o alargamento da UE, assume-se um novo paradigma no conceito de fronteira e uma relevância para as regiões transfronteiriças. Até então, essas fronteiras internas que serviam como tampões territoriais, assumem-se como espaços de ancoragem dos novos membros da UE.

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

Assim, a Comissão Europeia estimulou a criação de programas de atuação em espaços de fronteira, de forma a suprir as necessidades de *“integração das zonas fronteiriças internas num mercado único e reduzir o isolamento das zonas fronteiriças existentes, no interesse das populações locais”* (DGDR, 2003: 1).

Importante também ressaltar o reconhecimento que a cooperação transfronteiriça em espaços que partilham os mesmos problemas pode resultar em afinidades do ponto de vista político, institucional, socioeconómico e cultural, como poderemos verificar nos capítulos consequentes.

Sendo o espaço transfronteiriço ibérico, um território significativamente extenso, com uma superfície total de 136 640 Km² (IFDR, 2009: 7), foi para a Comissão Europeia um espaço de referência para a necessidade de uma boa aplicação dos princípios do ordenamento do território, aos olhos das políticas de desenvolvimento territorial.

Em 1980, e dentro o intento da Comissão Europeia para a criação de políticas de desenvolvimento e coesão territorial dos Estados Membros, surge o primeiro esforço, ainda que não vinculativo, para a criação das Estruturas de Cooperação Transfronteiriça (ECT), que fornecerá as linhas orientadoras para a aplicação da cooperação transfronteiriça, com o objetivo de facilitar acordos entre entidades locais e regionais em espaços transfronteiriços dos Estados signatários. Trata-se da Convenção-Quadro Europeia para a Cooperação Transfronteiriça entre as comunidades ou Autoridades Territoriais (SILVA, 2015: 104).

Em 1985 surge o Agrupamento Europeu de Interesse Económico que tinha como objetivo facilitar e desenvolver atividades económicas dos membros, através da concentração e distribuição de recursos. Nesse mesmo ano surge a Carta Europeia de Autonomia Local que pretende tornar o princípio da autonomia das autoridades locais reconhecido dentro das leis internas dos Estados. Em 1995 surge o Protocolo Adicional à Convenção-Quadro de Madrid com o intuito de reforçar a Convenção-Quadro ao reduzir os obstáculos legais à cooperação transfronteiriça.

O Protocolo N.º2 à Convenção-Quadro de Madrid surge em 1998, como complemento à Convenção-Quadro de Madrid e o Protocolo Adicional.

Em 2006 surge o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) como estrutura legal de forma a facilitar e a promover a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional entre os Estados Membros.

O protocolo N.º3 à Convenção-Quadro de Madrid, em 2009, surge com o intuito de melhorar a Convenção-Quadro de Madrid, prevendo já os estatutos legais do AECT (IDEM, 2015: 204).

Perante o exposto, será pertinente destacar o papel da União Europeia na proximidade dos países ibéricos e na prossecução de um projeto peninsular com os olhos colocados na Europa. Poderemos afirmar que o alargamento do projeto europeu aos países peninsulares projetou não só economicamente os dois países, como a sua visão e postura social numa Europa cada vez mais multicultural, mantendo cada um dos Estados a sua autonomia política e a sua identidade própria, mas que pela proximidade e pelo papel dos espaços transfronteiriços ao longo de séculos de história é um espaço repleto de afinidades e variáveis comuns.

Capítulo II - A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha

2.1. Contextualização Histórica

Pese embora a fronteira entre Portugal e Espanha ser descrita como uma das mais antigas e estáveis no sistema internacional, cumpre-nos sublinhar os períodos de instabilidade inerentes aos dois povos, nomeadamente na conquista de território. Foi no século XIX que a ambas as coroas concretizam esforços para estabelecer definitivamente a linha territorial que os separa, delimitando a fronteira, como a podemos encontrar nos dias de hoje. O Tratado de Limites, em 1864 e o Convénio dos Limites, em 1928, foram os principais esforços para o início das relações entre ambas as coroas, de forma a resolverem definitivamente algum mau estar acumulado ao longo de anos de discórdia e de lutas por um território (CALDERON, 1998). Na década de 1930 a península Ibérica viu-se dominada por um regime ditatorial que determinaria ainda um maior afastamento dos dois países, quer em termos sociais, como económicos e políticos, prevalecendo relações diplomáticas por interesses comuns com o assombramento da II Guerra Mundial.

Portugal viu a ascensão do regime ditatorial em 1932 (precedido pelo regime militar desde 1926), aquando a entrega da presidência do Governo a Oliveira Salazar, estabelecendo um projeto de cariz corporativo, autoritário e católico. O Estado Novo, implementado por António de Oliveira Salazar, era apoiado por um partido único, a União Nacional¹¹. Este partido teve o apoio bastante acentuado da igreja, e era vigiado por uma polícia política, a PIDE, que teve como função “*controlar os inimigos do Estado*” (TORGAL, 1997: 5-32).

No lado de Espanha, o nacionalismo assoberbado ganhou forma com o fim da Guerra Civil, em 1939 com a vitória dos autodenominados *nacionalistas* ou Movimento Nacional. Francisco Franco passou a ser o Chefe de Estado, apoiado por simpatizantes do fascismo, tal como membros do exército espanhol, a burguesia conservadora e grande parte da classe média, além de setores da Igreja, bem como pelo partido fascista “*Falange*” (TORGAL e PAULO, 2008).

¹¹ A União Nacional, partido único do novo regime, entra em vigor em 1930, assumindo uma filosofia antiparlamentar e antipartidária, recusando o epíteto de “partido” e assumindo-se como uma “associação cívica aberta a todos os portugueses de boa vontade” (TORGAL, 1997: 5-32).

Dentro do cenário acima exposto, o Tratado de Amizade de Não Agressão (1939) e o seu Protocolo Adicional (1940), irão representar as bases das relações de paz dentro do espaço ibérico, quando a Guerra Civil Espanhola ainda não tinha terminado e iniciava-se a Segunda Guerra Mundial.

Oliveira Salazar, antiparlamentarista e anticomunista tinha razões para temer o regime republicano espanhol. Aquando a Guerra Civil Espanhola, em 1936, estava em causa a implementação de um regime republicano parlamentar, constituído por democratas liberais, anarquistas, socialistas e comunistas, apoiado pela União Soviética e México, com perspectiva de se poder estender a toda a Europa, ou um regime fascista, apoiado pela Alemanha e Itália. Os governos republicanos tinham apoiado a oposição ao regime salazarista e apelavam a uma União Ibérica, o que colocava Portugal em causa, enquanto país independente. Outro temor que Salazar tinha em relação aos governos republicanos é que estes eram apoiados pela União Soviética. Sendo Salazar anticomunista, receava a influência da União Soviética na Península Ibérica. Assim, Salazar, não hesitou em apoiar o regime de Francisco Franco (NOGUEIRA, 1978: 5-6).

Pedro Teotónio foi o enviado português a abrir as portas ao diálogo com a vizinha Espanha, tendo sido um elemento fundamental para o papel que Portugal viria a desempenhar na dissuasão do alinhamento de Espanha com as potências do Eixo, na criação de um bloco ibérico neutro e na aproximação de Espanha aos Aliados (HOARE, 1946: 124-125).

Em 1938, Oliveira Salazar reconhece oficialmente o Governo de Franco e em 1939 é assinado, em Lisboa, o Tratado Luso-Espanhol de Amizade e Não-Agressão, no qual ambos os países reconheciam as suas fronteiras, estabeleciam relações de amizade em prol da segurança e independência na área peninsular, e comprometiam-se a efetuar consultas diversas entre si, com vista a uma ação concertada e conjunta, que salvaguardasse os interesses de cada Estado (JIMENEZ, 2013: 187-214).

O Reino Unido apoiou esta aliança uma vez que poderia ser vista como um travão às intenções expansionistas da Alemanha e de Itália. Em 1940, após a capitulação de França e a entrada do exército alemão nos Pirenéus, Salazar propôs uma adenda ao Tratado, reiterando neste Protocolo Adicional a neutralidade peninsular na II Guerra Mundial. Posteriormente, mais dois protocolos adicionais foram implementados: o II Protocolo Adicional, em 1948 e o III Protocolo Adicional, em 1970 (KAY, 1970).

Este diálogo e, mais tarde, a proclamação do “Pacto Peninsular” consolidar-se-á num encontro de Franco e Salazar, em Sevilha, no ano de 1942. Este Pacto reafirmará a cooperação e a boa vizinhança em espaço ibérico (REDONDO, 2013).

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

O Pacto Peninsular, também conhecido por Pacto Ibérico foi o instrumento jurídico-político criado para dar forma ao entendimento peninsular, o qual englobava o Tratado Luso-Espanhol de Amizade e Não-Agressão e os sucessivos protocolos adicionais. Com efeito, acabaria por se revelar um importante instrumento diplomático para as relações bilaterais entre Portugal e Espanha e para as suas relações extra peninsulares, nos palcos internacionais (TÍSCAR, 2014: 43-46).

Teve como objetivo a preservação das boas relações em tempo de paz e foi uma ferramenta essencial para o entendimento em tempo de guerra, nomeadamente na preservação dessas relações, que poderiam ser ameaçadas em cenários de conflito internacional, com intervenção na Península Ibérica, como foi o caso da II Guerra Mundial e a Guerra Fria.

Este conjunto de acordos que culminaram no Pacto Peninsular de defesa mútua, conheceu, em 1952 um órgão de coordenação militar, a Conferência dos Estados Maiores Conjuntos Peninsulares (CEMCP). Este surgiu como um contraponto à estruturação militar da Aliança Atlântica, que se desenhou nesse mesmo ano na Conferência de Lisboa. Este órgão de coordenação militar teve um papel preponderante na cobertura política à ajuda militar de Portugal e Espanha nos conflitos da descolonização (IDEM: 15).

No entanto, o Pacto Peninsular teve também discórdias entre os estados que o compunham. O primeiro desentendimento surge em 1949 aquando a integração de Portugal na NATO e Espanha fica excluída, mostrando diferentes interpretações da compatibilidade do Pacto Ibérico com a Aliança Atlântica. O segundo momento de desentendimento surge em 1956, quando Espanha estabelece relações diplomáticas com a União Indiana, numa altura em que Portugal e Índia viviam um período de tensão diplomática, que terminou em 1961 com a anexação de Goa, Damão e Diu (IDEM: 18).

Um terceiro momento surge ainda no âmbito da NATO, quando em 1963, a Aliança Atlântica instalou em Oeiras o Comando da Área Ibero-Atlântica (COMIBERLANT), não tendo Portugal dado conhecimento a Espanha desta situação.

Um quarto momento de tensão surge em 1965, quando o General Humberto Delgado é assassinado em pleno território espanhol, situação que deixou sequelas nas relações estatais até ao fim dos dois regimes autoritários em vigor na Península Ibérica.

Pese embora estes quatro momentos de desconforto e de desentendimento entre os dois Estados, é aparentemente clara a importância que o Pacto Peninsular teve na diplomacia ibérica. Com uma duração de 38 anos, este Pacto teve início com a Guerra Civil Espanhola, foi reforçado na II Guerra Mundial e manteve-se durante a Guerra Fria (IDEM: 18).

Durante este período, o Pacto Peninsular foi um indispensável meio na coordenação para a defesa peninsular dentro do bloco ocidental e representou uma “janela” aberta que Franco teve para a NATO, revelando-se um instrumento essencial de cobertura para a contribuição espanhola na Guerra Colonial Portuguesa (IDEM: 8).

No entanto, e pese embora os esforços diplomáticos havidos para a defesa de todo um território comum a Espanha e Portugal, a “*fronteira da desconfiança mútua quando o falangismo deixou transparecer o seus desejos anexionistas e imperialistas sobre Portugal*” (DIEGUEZ, 2004: 38), originou que esta “*amizade*” não fosse mais do que um pacto que, verdadeiramente, deixou de procurar uma real convergência de interesses, à exceção da defesa comum contra a oposição interna e externa, com o principal objetivo de fazer subsistir os regimes ditatoriais vigentes nos dois estados (IDEM: 39).

A emigração para a Europa, o êxodo rural, onde a população dos campos se movimentou fortemente para as cidades, levou à crise económica de 1973, culminando na Transição Democrática do sistema governativo, em território espanhol.

Em Portugal, a repressão seguida de uma guerra colonial iniciada em 1961, e uma emigração clandestina para o norte da Europa, conduzirá à Revolução dos Cravos, em Abril de 1974.

Valentín Cabero Diéguez¹² referia que “*Meio século (1926-1974) de experiência autoritária hipotecará, em nome da estabilidade e da ordem, o desenvolvimento económico do país vizinho, o exercício dos direitos fundamentais e a efetiva cooperação entre vizinhos*” (DIEGUEZ, 2004: 39).

Franco, assume posições desenvolvimentistas, através da adoção de políticas de modernização, com a reestruturação dos grandes setores da economia, nomeadamente da agricultura, da construção naval, da siderurgia e no setor têxtil, que se traduziu no aumento de emprego e no desenvolvimento da economia nacional. Este período ficaria conhecido pelo “*milagre espanhol*”.

¹²Valentín Cabero Diéguez é Catedrático de Geografia (Análise Geográfica Regional) da Universidade de Salamanca e Diretor do Departamento de Geografia. Atualmente é Decano da Faculdade de Geografia e História da Universidade de Salamanca. Com a sua tese de doutoramento sobre as montanhas galaico-leonesas, que recebeu o prémio extraordinário da Universidade e Investigação (Diputación de León), inicia uma linha de investigação sobre áreas raianas e de montanha. Inserem-se neste contexto os trabalhos e publicações relacionados com os limites fronteiriços entre Espanha e Portugal e os correspondentes diagnósticos territoriais. Destacam-se, entre muitas publicações, as obras: *Espacio Agrario y economia de subsistencia en las montañas galaico-leonesas*; *El espacio geográfico castellano-leonés*; *La frontera hispano-portuguesa en el marco de la nueva Europa: la región fronteriza de Salamanca*. É membro da Comissão Executiva do Centro de Estudos Ibérico e impulsor dos seus Cursos de Verão; é membro do Comité Científico e de Especialistas da Asociación de las Regiones Fronterizas de Europa (ARFE) e coordenador do Instituto Rei Afonso Henriques de Cooperación Transfronteriza. É professor convidado das Universidades de Voronez (Rússia), Estadual Presidente Prudente (São Paulo, Brasil) Universidade da Beira Interior e Universidade de Coimbra (Portugal).

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

Na perspetiva de Linz, a chave da sobrevivência do franquismo foi a habilidade de Franco manter a unidade de um conjunto tão heterogéneo, repartindo entre ele as responsabilidades do Governo, e aproximando-se sucessivamente de uns de outros. Esta pluralidade dentro do franquismo levou com que Juan José Linz definisse este sistema como um sistema autoritário em vez de totalitário (LINZ, 1970: 251-283).

Por outro lado Salazar, mantém o seu ruralismo conservador (MORODO, 1985). Ambas as posições levaram ao quase declínio de duas sociedades.

Pese embora o enraizamento de ambas as ditaduras se encontrasse já minado pelas transformações sociais e culturais dos anos sessenta, o arranque da transição democrática em Portugal e Espanha dá-se imediatamente a seguir à queda dos modelos políticos autoritários vigentes nos dois estados. É em 1976 que iniciaram as relações abertas e autocríticas, através de um encontro dos ministros dos negócios estrangeiros, na cidade da Guarda (Areilza e Melo Antunes), abrindo assim caminho para uma colaboração mais construtiva, apelidando os novos modos de comportamento da reunião “*O Espírito da Guarda*” (DIEGUEZ, 2004: 40).

Ainda que as relações diplomáticas que vincavam uma preocupação de cariz defensiva a opositores internos e externos, ficaram para trás 40 anos de fronteiras fechadas e de pactos que mantiveram economia, a cultura, a educação nacional em total “cativeiro”, desprovendo as suas gentes de condições básicas de vida, de raciocínio e massa crítica.

Com o fim das ditaduras em ambos os países (a de Portugal em 1974 e a de Espanha em 1976) a tensão e a desconfiança vincada até então, começam a reverter-se, dando o início ao arranque para a constituição de um espaço ibérico democrático e à “corrida” para a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), sendo as negociações de adesão um forte motivo de aproximação entre os dois Estados. Em 1977, com a entrega do pedido formal de adesão à CEE, o Pacto Peninsular será substituído pelo Tratado de Amizade e Cooperação Hispano-Portuguesa, tratado bilateral, assinado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha a 22 de novembro de 1977 e ratificado a 17 de abril de 1978, com o objetivo de reforçar os laços de amizade e solidariedade entre os dois países europeus, que visava a melhoria das acessibilidades entre os dois países¹³.

Entre 1982 e 1986 fecharão esse processo com a incorporação conjunta na construção de uma Europa comunitária. Com efeito, a integração de Portugal e Espanha na CEE será o marco para uma aventura conjunta, de onde resultam várias consequências, nomeadamente o fim das alfândegas entre ambos os países em que as duas economias ver-se-ão estimuladas a integrar-se, e por outro lado a realização de projetos conjuntos alvos de financiamento pela

¹³Informação consultada em:
<http://www.ministeriopublico.pt/instrRelativa%20à%20Melhoria%20das%20Acessibilidades%20entre%20os%20Dois%20Paísesumento/tratado-de-amizade-e-cooperacao-entre-portugal-e-espanha> a 09/08/2018

Comunidade Europeia, que levou a uma atenuação de velhos receios embutidos nas mentalidades mais conservadoras, munindo as relações políticas e sociais dos dois estados de um elevado grau de cooperação transfronteiriça.

Em 1989-90 ratificam a Convenção de Madrid-Quadro 1, que formaliza, em 1980, a cooperação transfronteiriça em espaço europeu, lançando aí o primeiro conjunto de linhas orientadoras, sendo este o primeiro esforço para formalizar e facilitar a cooperação na Europa. Nesse período em que a convenção de Madrid é ratificada, Portugal e Espanha entram no primeiro período de programação INTERREG.

Com Portugal e Espanha dentro da Comunidade Europeia, é assinado em 1992 o Tratado de Maastricht, que deu origem ao que hoje é a União Europeia. A aproximação que se vinha a verificar desde a década de 1950, de países europeus a criarem blocos visando o crescimento integrado, com o capitalismo a sobrepor-se ao comunismo, com a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, proporcionou-se a adesão de novos países ao capitalismo, diversificando-se a riqueza económica europeia proveniente dos recursos naturais e tecnológicos que se encontravam espalhados pelo continente. Tendo em conta estas condicionantes, estavam reunidas as condições necessárias para integrar a Europa num único bloco, possibilitando assim o crescimento económico de todos os países aderentes¹⁴. O Tratado de Maastricht¹⁵ estabeleceu metas para facilitar a circulação de pessoas, produtos, serviços e capitais em espaço europeu, tendo como objetivo marcar a estabilidade política na Europa após anos de instabilidade. Para alcançar estes objetivos, o tratado foi elaborado tendo em vista três pilares de atuação: assuntos sociais e económicos que permitissem o crescimento do bloco, tratando da agricultura, da saúde, da educação, da energia e da investigação; o segundo pilar seria a abordagem do bem comum, como política externa e segurança; e o terceiro pilar seria a cooperação policial e judiciária em matéria penal.

Destaca-se também no Tratado de Maastricht a Cidadania Europeia, que confere, entre outros, a qualquer cidadão de um país da UE o direito a livre circulação e residência no território da UE, o que promoverá a diversidade cultural potenciando uma identidade europeia comum a todos os cidadãos dos países integrantes da UE.

A União Europeia mostra, no século XXI, o seu sucesso com o crescimento e o desenvolvimento das relações do bloco com os países integrantes. Em 2002 alcança-se a união monetária, já materializada, com a implantação do Euro como moeda única no continente

¹⁴Informação consultada em: <http://www.histriasiglo20.org/europortug/maastricht.htm> em 10/08/2018

¹⁵Informação consultada em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:xy0026> em 10/08/2018

2.1.1. A Cooperação transfronteiriça no pós integração europeia

Segundo Tiago Sequeira (2001: 7), até 1985 os dois países mantiveram-se sem qualquer relação económica. Após a integração na Comunidade Europeia, e com a eliminação das fronteiras, assistimos a uma convergência ibérica estabelecendo-se formas díspares de cooperação e colaboração entre os dois Estados, tendo havido uma multiplicação de contactos públicos entre Portugal e Espanha, fomentando as relações bilaterais e regionais.

Apesar das Cimeiras¹⁶ celebradas com as mais altas instâncias governamentais entre Portugal e Espanha se traduzirem em resultados bastantes positivos, as políticas de aproximação e de colaboração, numa primeira fase, foram protagonizadas por responsáveis públicos regionais e por personalidades e agentes sociais de ambos os países.

A década de 1990 a 2000 foi de facto onde se fomentaram de forma mais persistente as relações de Portugal e Espanha, nomeadamente, com a assinatura de protocolos de cooperação entre todas as regiões transfronteiriças e com a criação de Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças e Comunidades de Trabalho, com objetivos bastante ambiciosos. Entre outros figuravam:

- Alcançar um bom nível de cooperação e intercâmbio de informação entre as entidades mais próximas (em cidades de fronteira);
- Promover encontros regulares;
- Elaborar propostas, projetos ou programas de ação conjuntos;
- Impulsionar as relações entre as Universidades, organismos, entidades e associações que pudessem contribuir para o desenvolvimento;
- Criar condições que permitam relações fluidas nos setores sociais, culturais e económicos;
- Promover a investigação e o estudo para demonstrações e experimentações, com o intuito de aproveitar os recursos e meios disponíveis;
- Estudar medidas de gestão sustentável dos recursos naturais, da proteção e conservação desses espaços protegidos ou à reabilitação e recuperação do património eco-cultural.¹⁷

Era nos atores locais e regionais que residia o papel fulcral de levar avante este ambicioso projeto de cooperação transfronteiriça, que se irá reger por regras e princípios de cooperação.

¹⁶ Entre 1983 e 2018 realizaram-se 29 cimeiras (Anexo A), com o objetivo de fortalecerem relações através da cooperação entre estados e com o intuito de discutirem assuntos de grande interesse para ambos os países. Estes encontros bilaterais são realizados pelo Presidente do Governo de Espanha e pelo Primeiro-ministro de Portugal.

¹⁷ Informação consultada em: <https://www.euro-ace.eu/pt-pt/cooperacao-transfronteirica/antecedentes> em 30-05-2018

Entre estes princípios, consta o princípio da subsidiariedade, o qual responsabiliza e delega nas escalas inferiores do território a tomada de decisões e a proposta de objetivos. O segundo princípio de cooperação refere-se à elaboração de projetos e programas comuns tendo em conta as diferentes escalas de intervenção: local ou concelhia, provincial, regional, estatal ou comunitária.¹⁸

Estes dois princípios, e principalmente o da subsidiariedade, nem sempre foram respeitados, no que concerne à gestão dos fundos destinados à cooperação transfronteiriça.

O programa de Cooperação Territorial Europeia, conhecido pelo acrónimo INTERREG, foi uma grande alavanca financeira para suportar, numa primeira fase, o arranque desta cooperação transfronteiriça, mas na realidade, os investimentos do INTERREG I e II (1989-1999) foram aplicados maioritariamente no melhoramento da rede viária, deixando aquém os objetivos da integração económica e social, a que estava inicialmente proposto (DIÉGUEZ e MANSVELT, 1999: 21-27).

As medidas para o INTERREG III (2000-2006) direcionaram-se para a promoção do policentrismo e reforçar a competitividade do sistema urbano, para o desenvolvimento dos espaços rurais de baixa densidade populacional, e por último para as lógicas de conexão, nomeadamente da rede interior e inserção nos sistemas europeus de transporte, com um financiamento total de 9,689 milhões de euros, segundo dados do INTERREG Sudoe.¹⁹

O INTERREG III permitiu um franco aumento no orçamento e no número de projetos implementados, tendo também inovações em termos de governança, possibilitando um gestão mais colaborativa de projetos transfronteiriços (SOEIRO e BELTRÁN, 2016: 21).

Até 2007, Portugal e Espanha gozaram de ajudas provenientes dos Fundos Estruturais e dos Fundos de Coesão, as quais garantiram melhorias em equipamentos e infra-estruturas. Portugal, no período compreendido entre 1989 e 2006 recebeu € 74 003 M em fundos estruturais e de coesão.

¹⁸Informação consultada em: https://www.aebr.eu/files/publications/140901_A1_El_Marco.pdf em 30-05-2018

¹⁹Informação consultada em: <https://www.interreg-sudoe.eu/prt/programa/programa-interreg-iii-b-2000-2006> em 30-05-2018

Tabela 1 - Período de Programação Anual dos Fundos Estruturais em Portugal

	1989-1993	1994-1999	2000-2006
FEDER	€ 7 091M	€ 14 168M	€ 18 514M
FSE	€ 3 827M	€ 5 162M	€ 6 574M
FUNDO DE COESÃO	€ ----	€ 4 120M	€ 4 594M
FEOGA-O/FEADER	€ 2 214M	€ 3 095M	€ 3 179M
IFOP/FEP/FEAMP	€ 27M	€ 337M	€ 327M
LOE-PEDIP	€ 774M	€ ----	€ ----
TOTAL	€ 13 933M	€ 26 883M	€ 33 187M

Fonte: Luís Madureira Pires, 2017: 21. Adaptado pela autora

Os subsídios facultados pela Política Agrícola Comum da União Europeia (PAC), também ajudaram os agricultores a manterem níveis de rendimentos adequados. E neste sentido, as iniciativas comunitárias e programas como o LEADER e o INTERREG, mantiveram expectativas bastante positivas no que concerne aos projetos de desenvolvimento rural e transfronteiriço, com ações destinadas e implementadas para a cooperação entre regiões e países.

Após 2007, Portugal e Espanha, integrados numa Europa que se preparava para o alargamento dos 27 membros, encararam conjuntamente os desafios de cooperação num quadro europeu e ibérico. Nos dez anos seguintes, previa-se que o modelo europeu levasse a um quadro natural de relações interpeninsulares que, integrados num processo de globalização cada vez mais acentuado, poderiam converter a Península Ibérica num sub-mercado regional europeu (DIÉGUEZ, 2004:47).

Com efeito, alguns setores portugueses, nomeadamente políticos e económicos, interpretam estas relações económicas como uma perda relativa das referências nacionais, atribuindo às empresas espanholas parte das dificuldades que alguns setores económicos atravessavam na sua adaptação ao mercado único.

Por outro lado, as relações assimétricas que caracterizavam o intercâmbio comercial e investimentos luso-espanhóis eram consideravelmente mais positivas para os espanhóis do que para o lado português, uma vez que estas *“aumentam a perceção de submissão à expansão económica espanhola e criam condições para recuperar e fortalecer sentimentos de identificação renacionalista”* (IDEM:46).

E neste ponto, o autor considera difícil manter a diferença entre interesses económicos de grupos poderosos, tanto portugueses como espanhóis, e as instituições que representam o Estado, não devendo, portanto, a cooperação e a construção ibéricas apoiar-se unicamente no mercado, nem a coesão se deverá interpretar baseada em aspetos económicos.

A cooperação e a construção ibéricas deveriam, portanto, passar pela dimensão da cidadania e da política das iniciativas comunitárias e reforçarem assim um modelo de convivência respeitando o exercício de poder de cada Estado no espaço ibérico.

A sociedade civil, através das fundações, associações, instituições e organizações conjuntas assumem um papel preponderante na criação de ligações entre a sociedade portuguesa e espanhola, sendo as principais vozes a favor de *“relações mais naturais e sensatas entre Portugal e Espanha, afastadas da desconfiança e dos preconceitos coletivos que o tempo fossilizou em fronteiras psicológicas e culturais difíceis de superar”* (IDEM: 46). Em território de fronteira entre Portugal e Espanha, de Norte a Sul, foram criadas vários organismos com o intuito de convergirem esforços e dinâmicas institucionais, de forma a potenciar-se esta cooperação transfronteiriça. A Asociación Ibérica de Municipios Ribereños del Duero, tem como missão desenvolver, potenciar, defender e impulsionar toda linha do Rio Douro; o Centro de Estudos Ibéricos, com sede na Guarda, desenvolve trabalho na área da investigação e ensino de temas comuns aos dois Estados; a BINSAL - Comunidad Territorial Beira Interior Norte-Provincia de Salamanca, com o objetivo de criar dinâmicas de cooperação entre territórios de fronteira da Beira Interior Norte e a Provincia de Salamanca; Eixo Atlântico, entidade sem fins lucrativos e composta por 38 municípios do Norte e da Galiza, tem como missão apoiar iniciativas que fomentem a cooperação transfronteiriça e diversas áreas como a cultura, o turismo, o desporto e a economia; Eurociudad Chaves - Verin, que pretende promover a convergência institucional económica, social, cultural e ambiental entre Chaves e Verin; Eurociudad del Guadiana, organismo transfronteiriço composto pelos Municipios de Vila Real de Santo António e Castro Marim, e Ayuntamiento de Ayamonte, tem como objetivo definir conjuntamente a estrutura do que será o primeiro Plano Base Transfronteiriço de acordo com a metodologia do Plano Habitat da UNESCO; Fundação Rei Afonso Henriques, que surge com o objetivo de reforçar a cooperação entre Portugal e Espanha, nomeadamente na promoção do desenvolvimento sócio-económico e cultural da bacia Douro hispano-portuguesa; ZAS-NET, entidade gestora da Reserva Meseta Ibérica, com sede em Bragança, visa promover e facilitar a cooperação territorial entre os seus membros, reforçando a coesão económica e social.

As pontes internacionais construídas, com ajuda europeia, no Minho, Douro, Tejo e Guadiana, contribuíram em muito, não só para a incrementação de trocas comerciais e integração europeia, como também para o fortalecimento de laços socioculturais entre os dois estados peninsulares, dando sentido, em termos humanos e cívicos, à cooperação e aos Fundos Estruturais de Coesão.

Alguns projetos que avivaram as relações entre cidadãos espanhóis e portugueses, e que de certo modo, trouxeram alento ao novo quadro de relações e à integração social e económica

da Península no contexto da União Europeia, foram os projetos transfronteiriços, que vieram a manter esta relação de proximidade com o país vizinho.

Foram eles:

- Encuentros/Encontros, pelo “Ayuntamiento” de Olivença e pela “Ditutación” de Badajoz, em 1985, com o símbolo da Ponte da Ajuda²⁰ como mensagem de cooperação; a continuidade da Revista Encuentros/Encontros e a investigação interdisciplinar em torno de Olivença que mantiveram um espírito de colaboração afastando o da confrontação;
- A criação da Fundação Rei Afonso Henriques²¹ (Zamora/Porto), em 1994, com intelectuais ligados ao Instituto de Estudos Zamoranos Florián de Ocampos e o apoio de instituições público-privadas de Espanha e Portugal.
- O Centro de Estudos Ibéricos (CEI)²² que nasce na Guarda em 2000, promovido pela Câmara Municipal da Guarda e apoiado pelas Universidades de Salamanca e Coimbra, em que procurará ser um espaço de conhecimento e investigação das diferentes culturas peninsulares e dinamizador de projetos que promovam o desenvolvimento económico, educativo e cultural.
- A Associação Cultural Área Ibérica nasce nas Astúrias em 2002, e tem como objetivo primordial, fomentar o conhecimento das culturas ibéricas e conseguir uma maior aproximação do povo português e espanhol.

Verificando as propostas de trabalho e de projetos dinamizados pelos organismos elencados, e que obedecem a diretrizes favoráveis a um desenvolvimento equilibrado e sustentado da União Europeia, será fácil definir, para Valentín Cabero Diéguez três grandes eixos estratégicos de cooperação transfronteiriça: o cultural, o territorial e o do meio ambiente.

Na área cultural, ambos os estados receberam um grande impulso com as Comemorações do V Centenário do Descobrimento da América Latina, na cidade espanhola de Sevilha, em 1992, e com as Comemorações da chegada de Vasco da Gama à Índia, em Lisboa, no ano de 1998.

Embora tenha surtido alguns aspetos positivos no âmbito do fortalecimento atual do Instituto Cervantes e do Instituto Camões, os discursos comemorativos prenderam-se aos atos heróicos

²⁰Foi mandada erguer por Manuel I de Portugal com a função de assegurar a operação das forças militares portuguesas na margem esquerda do rio Guadiana, em apoio ao Castelo de Olivença, e a 19 de Dezembro de 1510, no chamado local de Nossa Senhora da Ajuda. Foi parcialmente destruída pelo exército castelhano durante a Guerra da Restauração, em Setembro de 1646, tendo sido reparada após o fim da guerra. Mais tarde, em 1709, na Guerra da Sucessão Espanhola, o exército castelhano fez explodir a ponte, destruindo-a mais uma vez parcialmente. A partir dessa altura, a ligação entre Elvas e Olivença passou a ter que ser realizada através de terras espanholas. A ponte permanece em ruínas desde essa data até hoje, não tendo sofrido qualquer restauro.

²¹ Um dos exemplos mais inovadores da cooperação transfronteiriça, que facilitou o contacto intelectual e empresarial entre o Norte de Portugal e Castela e Leão, sendo um potenciador para projetos futuros na área económica e animação cultural.

²² O Centro de Estudos Ibéricos é o organismo a ser apresentado no estudo de caso, que será esmiuçado no Capítulo 3

passados e ao particularismo nacionalista de ambos os países, quebrando assim um possível discurso de futuro ibérico.

A consolidação de projetos comuns ligados à Expo Sevilha (1992), Jogos Olímpicos de Barcelona (1992) e à Expo Lisboa (1998) elevou críticas e protestos anti-ibéricos derivados ao protagonismo cultural dos espanhóis em Lisboa. Daí Valentín Cabero Diéguez referir outras escalas de colaboração mais modestas e muito mais eficazes na área educativa e permeáveis à boa colaboração entre estados vizinhos. Refere dois projetos culturais de destaque, que contribuíram para a normalização das relações recíprocas e para o enriquecimento cultural mútuo. São eles, Porto Capital Europeia da Cultura, em 2001 e Salamanca Capital Europeia da Cultura, em 2002, na qual figurou a exposição de Grão Vasco, figura ímpar da pintura renascentista portuguesa, que pela primeira vez se pôde contemplar em Espanha.

O autor refere, no entanto, uma lacuna na cooperação cultural, nomeadamente na busca efetiva de elementos especificamente ibéricos, relacionados com características comuns e traços que ultrapassem os limites da ibéria, chegando à América Latina, colonizada por portugueses e espanhóis. *“Sem que cada país renuncie à sua própria identidade e aos seus projetos, as relações da Europa e da Península com as nações ibero-americanas ou com as nações de língua portuguesa põem em relevo a necessidade de definir estratégias de cooperação de índole cultural, baseadas na defesa dos direitos humanos, da democracia e da solidariedade, abandonando velhas fórmulas de dependência e de relação hierárquica”* (DIÉGUEZ, 2004: 52).

No âmbito da cooperação territorial, no que se refere às infraestruturas, é notório o desenvolvimento e investimento dos dois estados, a partir de 1989. Até então, o subequipamento e a precariedade das infraestruturas tinham valores que se situavam entre os 40 e os 60 por cento abaixo da média comunitária (RIET, 2016). Portugal era um país onde termos como *“inovação”*, *“modernização”* e *“desenvolvimento”* não existiam, estando praticamente desprovido de estruturas capazes por um lado de se desprender de um passado praticamente fechado e isolado da Europa, e por outro de se projetar num projeto europeu.

Assim, nos vinte anos seguintes à adesão à CEE, e com a finalidade de se estabelecerem num mercado único europeu, tanto Portugal como Espanha, são alvo de um processo de modernização incidido na renovação e na inovação, substituindo o antiquado e obsoleto e agregando meios e serviços inexistentes até então. O atraso económico estava diretamente relacionado com o subequipamento das infraestruturas. A grave lacuna existente na construção de vias rápidas e autoestradas representava um aumento considerável da distância-tempo nas deslocações dentro da Península Ibérica e principais centros de mercados europeus, criando também um gravíssimo obstáculo às próprias dinâmicas de estruturação e articulação ibéricas.

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)²³, programa de coesão e estruturação, direcionado a todas as regiões e cidades da União Europeia, com vista a apoiar a criação de emprego, a competitividade empresarial, o crescimento económico, o desenvolvimento sustentável e a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, foi porventura, uma das políticas comunitárias implementadas de maior relevo para a modernização e inovação da Península Ibérica. Todo este investimento levou a um aperfeiçoamento do mercado, a uma diminuição dos custos das deslocações e a uma melhoria considerável das acessibilidades.

Contudo, e principalmente nas zonas de fronteira, este investimento não se refletiu como o desejado. No caso português, estes grandes investimentos favoreceram, numa primeira fase, os grandes centros urbanos. O interior manteve-se “interiorizado”, sendo que as novas vias de circulação²⁴ apenas serviriam como pontos de passagem, não se tendo sentido investimento nas zonas transfronteiriças. As ferrovias permaneceram aquém das expectativas, denotando uma fragilidade à mobilidade das pessoas na raia ibérica (MEDEIROS, 2009: 45).

No âmbito da cooperação para o meio ambiente, e no que se refere à adoção de estratégias comuns para a utilização sustentada dos recursos naturais, também terão sido as políticas europeias a vincarem o interesse destes recursos como fator económico de crescente importância no desenvolvimento territorial. O espaço transfronteiriço hispano-português, considerado por si só um espaço marginal e subdesenvolvido, esconde nos seus rios e montanhas uma riqueza de recursos renováveis e não renováveis importantíssimos para os dois países. A qualidade do meio ambiente e a sustentabilidade da biodiversidade é assegurada pelos hectares de floresta e pelos quilómetros de rios que abarcam os dois estados.

Neste quadro de importância dos recursos naturais para o desenvolvimento territorial, a água, ou o uso inteligente da mesma, é o elemento que mais problemas tem trazido nas relações intraestatais, uma vez que os cursos fluviais ultrapassam as fronteiras impostas pelo homem. Refira-se a Barragem do Alqueva que causou alarme aos grupos mais conservadores do ambiente e da natureza, ou nos três rios portugueses que nascem em Espanha onde a problemática reside nos transvases de águas a montante, nos aproveitamentos de regadios e na poluição de que o estado vizinho é acusado. A propósito desta problemática Adélia Nunes, refere no seu artigo na coletânea Iberografias n.º8 (2006) que “... vale a pena acrescentar e reforçar que a gestão ambiental das áreas marginais não pode ser abandonada às leis do mercado nem tão-pouco estar sujeita a políticas económicas, quase sempre ausentes de base científica. É necessário um ordenamento dos espaços que torne compatível a proteção do

²³ Informação consultada em http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/what/investment-policy/esif-contribution/ a 30/04/2018

²⁴ A A25 a permitir a entrada para a zona Norte e Centro Litoral do país e a A23 a assegurar a entrada para a zona Centro e Sul do país.

A identidade: uma abordagem teórica

solo, dos recursos hídricos e da paisagem (...) numa perspetiva que integre as potencialidades económicas e, sobretudo, os recursos demográficos presentes” (CEI, 2006: 137).

2.1.2 A Política de Coesão da União Europeia para a cooperação transfronteiriça: as origens

A cooperação transfronteiriça na Europa surge informalmente, em meados dos anos cinquenta, nas fronteiras da Europa Central, tendo sido a primeira euro região constituída a de Euregio, entre a Alemanha e a Holanda.

Este projeto foi ganhando força durante as décadas seguintes, tornando-se um exemplo de cooperação transfronteiriça e reconhecida e incorporada nas políticas europeias.

A Convenção de Madrid (1980) foi o primeiro contributo formal para as políticas de cooperação transfronteiriças em espaço europeu, lançando as primeiras linhas orientadoras, que foram complementadas e melhoradas com a criação de três protocolos adicionais em 1995, 1998 e 2009.

O Comité das Regiões, órgão consultivo constituído por representantes eleitos de autoridades regionais e locais dos 28 países da EU, surge, em 1994, dentro das alterações institucionais previstas no Tratado de Maastricht, e tinha como função representar as autoridades locais e regionais europeias através desse órgão consultivo. É através do Comité das Regiões que as regiões e cidades passaram a ter voz ativa no processo legislativo europeu. O comité garante que os interesses e as necessidades das autoridades regionais e locais são devidamente tidas em consideração, constituindo-se como um espaço de partilha de opinião sobre a legislação europeia que tem impacto direto nas regiões e nas cidades.²⁵

O Comité das Regiões define a cooperação transfronteiriça como *“a cooperação bilateral, trilateral ou multilateral entre autarquias locais e regionais (podendo ainda envolver atores da esfera semipúblico ou privado) de regiões limítrofes, ou separadas por mar” e que “tem como principal objetivo a integração de regiões separadas por fronteiras nacionais que enfrentam problemas comuns e que carecem de soluções comuns” (CE, 2003: 6).*

Um dos grandes desafios para esta cooperação transfronteiriça foi de facto os diferentes sistemas administrativos e legais entre Estados-Membros, nomeadamente para a prossecução de projetos transfronteiriços comuns a dois estados, sujeitos a leis nacionais diferentes.

²⁵ Informação consultada em: https://europa.eu/european-union/about-eu/institutions-bodies/european-committee-regions_pt em 10/08/2018

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

Para colmatar esta lacuna, foi criado o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT), que se distinguiu pela sua personalidade jurídica, com candidatura, orçamento e gestão única, de forma a permitir a prossecução de projetos comuns em território transfronteiriço.

Desde a sua criação foram instruídos 57 AECT, sendo que, entre Portugal e Espanha, no ano de 2009, existiram 3, traduzindo-se num crescimento bastante relevante, uma vez que, em 2007/2008, o regulamento tornou-se aplicável em ambos os países. Até à data foram aplicados 5 AECT entre os dois países ibéricos.²⁶

Dentro da política de Coesão, os fatores sociais e económicos são os mais relevantes, sendo a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o programa INTERREG determinantes para a história da cooperação transfronteiriça em espaço europeu, nomeadamente, para Portugal e Espanha. O programa INTERREG iniciou em 1989-1993, contando já com mais 4 edições: 1994-1999, 2000-2006, 2007-2013 e 2014-2020.

A Galiza e o Norte de Portugal já mantinham relações transfronteiriças, ainda que bastante informais, em prol do desenvolvimento regional, já em inícios de 1980. Com a integração na Comunidade Europeia, sentiu-se a necessidade de se criar uma cooperação mais formal.

Assim, a partir de 1990. Foram criadas várias comunidades de trabalho ao longo da linha transfronteiriça que une Portugal e Espanha:

- Comunidade de Trabalho Galiza e Norte de Portugal, em 1991;
- Comunidade de Trabalho Alentejo-Extremadura, em 1992;
- Comunidade de Trabalho Andaluza-Algarve, em 1995;
- Comunidade de Trabalho Castela e Leão-Centro de Portugal, em 1995;
- Comunidade de Trabalho Bragança e Zamora, em 2000;
- Comunidade de Trabalho Andaluza-Alentejo, em 2001.

A Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça entre Instâncias e Entidades Territoriais, foi um marco importante para ambos, no que respeita à cooperação transfronteiriça. Assinada em 2002, em Valência, e também conhecia dela Convenção de Valência, para além de ter dado seguimento às linhas orientadoras da Convenção de Madrid, criou uma referencia legal para as iniciativas desenvolvidas ao longo da nossa fronteira, sendo que também previa que qualquer proposta deveria ser aprovada por organismos nacionais indicados para o efeito: do lado português, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão em Portugal; do lado espanhol, a Secretaria do Estado das Administrações Públicas.²⁷

²⁶Informação consultada em: <http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/94/agrupamento-europeu-de-cooperacao-territorial-aect-> em 05/06/2018.

²⁷In: “Uma fronteira que nos Une, Uma Fronteira de Desenvolvimento” de José Santos Soeiro e Carlos Beltrán.

Outra linha orientadora desta convenção previa também a definição de diferentes estruturas de cooperação transfronteiriça (ECT), nomeadamente as que têm personalidade jurídica, onde estão incluídas as associações de direito público e empresas intermunicipais (Portugal) e consórcios (Espanha), funcionando como instituições consultivas; das que não têm personalidade jurídica, nomeadamente as comunidades e grupos de trabalho, os quais lhes estavam adstritas tarefas mais práticas.

Um marco importante na cooperação transfronteiriça para Portugal foi a adaptação do Regulamento (CE) 1082/2006 para o Decreto-lei 376/2008, que previa a possibilidade de criação de Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT) na linha em território de cooperação entre Portugal e Espanha. Surgem assim o AECT Galiza-Norte de Portugal (2008), com sede em Vigo, o AECT Duero-Douro (2009), com sede em Salamanca, e o AECT ZASNET (2009), com sede em Bragança.

Ao longo dos anos outras ECT foram constituídas, impulsionadas pelos fundos estruturais INTERREG. Como poderemos verificar no Quadro 2, e segundo dados de Lange da Silva (2015), até 2014 criaram-se 37 ECT na linha de fronteira entre Portugal e Espanha

Tabela 2: Nº de ECT criadas segundo os períodos de programação INTERREG

Período de INTERREG	Nº ECT criadas
1989-1993	2
1994-1999	8
2000-2006	14
2007-2014	13

Fonte: SILVA, 2015: 21. Adaptado pela autora

A história de Portugal e Espanha ditou 40 anos de enclausura total para o mundo exterior e de discórdias, não só políticas como também sociais entre os próprios atores, com uma história ancestral comum e com vários períodos de clivagem. O nacionalismo assoberbado manteve-se aos olhos dos organismos externos e os interesses do cidadão comum estiveram marginalizados pelo poder. A adesão de Portugal e Espanha à CEE, em 1985, veio ditar uma nova era para o espaço Ibérico, que viram nesta adesão uma possibilidade de convergirem esforços para se afirmarem numa Europa unida e de atenuarem desconfianças sentidas até então. A exigência da Europa era a de um espaço comum, de paz, de solidariedade, sem fronteiras e de respeito entre os membros aderentes. A Comunidade Europeia e as novas mentalidades democráticas pós ditaduras dos estados peninsulares ditaram um volt face na

orgânica de cada estado, onde as relações intraestatais se voltaram entre elas, abertas ao diálogo e à cooperação, sem deixar cair a identidade própria de cada nação.

A economia dos dois países sofreu um forte impulso com a criação de infraestruturas capacitadas para gerar novos acessos que promovessem a circulação de pessoas e de comércio, e implementação de serviços inexistentes até então. Assiste-se à modernização e inovação de dois países caídos no marasmo e onde o existente era decrépito e obsoleto. Os programas INTERREG vieram assim dar um novo alento a dois estados esquecidos e virados para si próprios, fomentando o desenvolvimento territorial, não só na área económica como também na área social e cultural.

Nos primeiros anos de INTERREG notou-se que os financiamentos foram direcionados para a criação de infraestruturas, ficando de parte o investimento na área social e cultural, situação que se veio a reverter no INTERREG III, onde a maior preocupação se dirigiu não só para a inovação, uma vez que as zonas transfronteiriças padeciam de um atraso ao nível das infraestruturas, bastante acentuado, como também para a cooperação cultural, territorial e meio ambiente, uma vez que eram objetivos temáticos que poderiam potenciar esta cooperação, pela relação de proximidade espacial, nomeadamente no que concerne aos recursos hídricos e parques naturais que abarcam ambos os estados. O investimento nestes três pontos está patente na criação de organismos direcionados para a compreensão e investigação de aspetos inerentes à Península Ibérica, que em muito tem contribuído para a fomentação das relações transfronteiriças.

A história das relações intraestatais entre Portugal e Espanha começou verdadeiramente em 1985 e durante 33 anos de cooperação houve barreiras que se quebraram. No entanto, na utilização de recursos naturais conjuntos, verificam-se alguns constrangimentos de aproveitamento de poder, uma vez que interesses económicos se sobrepõem a todo o processo de cooperação transfronteiriço. Podemos verificar estes constrangimentos na gestão dos recursos hídricos e energéticos, que de alguma forma têm vindo a ditar alguma tensão entre Portugal e Espanha. Como já foi referido anteriormente, a história de Portugal e Espanha há muito que foi iniciada mas não está acabada. E, portanto, haverá ainda um longo caminho a percorrer para que outras barreiras sejam quebradas.

2.2. Desenvolvimentos recentes (2000-2017)

Para a apresentação deste ponto de investigação, focamo-nos num estudo promovido pela Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças (RIET), realizado por um conjunto de peritos que, com base na sua experiência pessoal, abordaram 14 anos de cooperação transfronteiriça, compreendidos entre o ano 2000-2014. O estudo “Uma Fronteira que nos une - uma fronteira de desenvolvimento. Balanço da cooperação transfronteiriça 2000-2014”, publicado em maio

de 2016, teve como objetivo avaliar os resultados dos programas INTERREG implementados nos anos acima referidos, sendo este um estudo exaustivo do território transfronteiriço entre Portugal e Espanha, e que tem como base de observação os relatórios anuais e finais dos programas INTERREG. De referir que os dados que serão apresentados como conclusivos referir-se-ão ao período compreendido entre 2000-2013, uma vez que o programa INTERREG V está ainda a decorrer (2014-2020), pelo que referir-se-á apenas, para este último quadro de apoio, o financiamento a ser contemplado e áreas temáticas de investimento. Será abordada a área de intervenção dos programas de coesão, os programas INTERREG III (2000-2006) e IV (2007-2013) e, pese embora o relatório apresentado pela RIET recaia sobre o estudo de 11 objetivos temáticos (OT) de investimento, da qual será apresentada uma abordagem geral, o presente ponto de estudo recairá sobre o OT6 referente à proteção do meio ambiente e promoção da eficiência dos recursos, onde estão enquadradas as rotas culturais do património transfronteiriço estabelecidas, espaços naturais reabilitados e edifícios culturais e turísticos reabilitados.

Por fim, abordar-se-ão programa INTERREG V-A (2014-2020) que, pese embora não seja possível apresentar dados estatísticos, já se encontra a decorrer.

2.2.1. A Cooperação Transfronteiriça Portugal e Espanha no âmbito dos programas de coesão

Desde 1990 que os programas INTERREG vieram desempenhar um papel fundamental na aproximação de dois territórios, divididos por fronteiras políticas, mas que conseguiram manter um espírito de cooperação nunca antes visto, e foi uma ferramenta essencial para a promoção de ações comuns desenvolvidas em estreita relação de cooperação.

E desta forma, se superou um espaço com dois territórios, há muito fechados entre si mesmo, que atualmente continuam em franca expansão colaborativa, através do alargamento quantitativo de atores e agentes da cooperação transfronteiriça.

A tabelas 3 reflete as ações aprovadas no período de 2007 a 2013 na zona Centro/Castilla y León.

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

Tabela 3: Projetos aprovados no Centro/Castilla y León entre 2007 e 2013

Projeto	Acronímico
Rede de Cooperação e Desenvolvimento	0267_CEI_RC&D_3_P
Apoio à Comunidade de Trabalho Castilla y León - Centro de Portugal e aos Gabinetes de Iniciativas (CENCYL)	0185_CENCYL_COOPERA_3_E
Intervenções nas Toxicodependências	0100_REDES_DROG_3_E
Prevencion de Riesgos Beira Interior Norte Salamar	0324_BIN_SAL_RIESGOS_3_E
Plano de Melhoria da Competitividade e Sustentabilidade Turística do Espaço Raiano Luso-Espanhol	0191_COMSOTUR_3_E
Património Cultural em Rede	0623_RED_PAT_3_E
Custodia del Territorio y Valorización des Espacio Natural Transfronterizo	0608_CUSTODIA_MEDIOAMBIENT E_3_E
Valorizar, Innovar Y Potenciar la Beira Interior Norte y la Provincia de Salamanca	0325_VIP_BIN_SAL_3_E
RED Escénica	0290_REDES_3_E
Plan de Mejora de la Competetiviad y Sostenibilida Tutistica del Espacio Rayano Hispano Luso II	0554_COMSOTUR_II_3_E
Juventud Empreendedora. Fomento del Espíritu Empreendedor en la Frontera	0619_EMPRENDEJOVE+_3_E
Rede de Transferência de Conhecimento Universid - Empresa. Região Centro de Portugal-Castilha y León	0693_INESPO_II_3_P
Caracterización Ambiental y Análisis de Riesgos en Cuencas Transfronterizas: proyecto piloto en Río Águeda	0410_AGUEDA_3_E
Prevención de Riesgos Beira Interior Norte-Provinc de Salamanca II	0341_BIN_SAL_RIESGOS_II_3_E
Apoio a la Comunidad de Trabajo Castilla y León Centro De Portugal y los Gabinetes de Iniciativas	0365_CENCYL+_3_E
Afirmar la Beira Interior Norte-Provincia de Salamanca (II)	0342_VIP_BIN_SAL_II_3_E
Centro de Estudos Ibéricas - Cooperação & Território Conhecimento, cultura e coesão territorial	0590_CEI_C&T_3_P
Rede de Cidades Sustentáveis CENCYL	0572_REDES_CIDADES_CENCYL_3_P
Metodologia de Rehabilitación Energética de Edific Patrimoniales	0475_RENERPATH_3_E

A identidade: uma abordagem teórica

Cooperación en Transportes y Logística en el Territorio Centro-Castilla y León	0366_LOGISTICA_CENCYL_3_E
Rede de Transferência de Conhecimento Universitário - Empresa. Região Centro de Portugal-Castilla y León	0561_INESPO_3_P
Red Escénica	0357_REDES_II_3_E

Fonte: http://www.poctep.eu/es/2007-2013/proyectos_aprobados?field_regi_n_tid%5B0%5D=97&combine=&page=2. Adaptado pela autora.

A tabela 4 reflete, os investimentos decorridos dos programas INTERREG.

Tabela 4 : Projetos e Investimentos dos programas INTERREG

Programas	Total EM	Dotação EU	Espaço de cooperação transfronteiriça ES-PT			
			Projetos	Unid mone t	Investimento total	FEDER
	nº	B€	nº	t	€	
			1406		2 425 200 039	1 380 293 714
INTERREG I (1990-1993)	11		226	ECU	279 573 082	
INTERREG II (1994-1999)	11/15	3,8	397	€	309 896 262	
INTERREG III (2000-2006)	15/25	5,8	563	€	1 098 671 689	823 910 103
INTERREG IV (2007-2013)	27/28	8,7	220	€	354 475 282	267 405 976
INTERREG V (2014-2020)	28	10,1	---	€	382 583 724	288 977 635

Fonte: RIET, 2016: 43. Adaptado pela autora

INTERREG IIIA (2000-2006)

Seguindo as orientações delineadas pela Comissão Europeia, no âmbito do programa INTERREG III, para a promoção e desenvolvimento equilibrado dos territórios de fronteira, no que concerne ao reposicionamento desses territórios enquanto economias periféricas da União Europeia, foram definidos os seguintes eixos prioritários de intervenção:

1. Infraestruturas, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço;
2. Valorização, promoção e conservação do meio ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais;
3. Desenvolvimento socioeconómico e promoção da empregabilidade;
4. Fomento da cooperação e integração social e institucional;
5. Assistência técnica.

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

Como se poderá verificar na tabela 5, foram aprovadas 563 operações com um investimento total de 1.098.671.689 euros e um apoio FEDER de 823.910.103 euros.

Tabela 5: Projetos e investimento INTERREG III

Eixo Prioritário	Projetos	Investimento total	FEDER
	nº	€	
	563	1 098 671 689	823 910 103
1	104	377 447 459	283 084 981
2	178	364 498 772	273 280 823
3	173	247 240 869	185 430 619
4	101	87 953 664	65 965 119
5	7	21 530 925	16 148 561

Fonte: Informação Final Programa INTERREG III A.MEH-IDFR. Adaptado pela autora

INTERREG IV 2007-2013 (POCTEP)

Para o programa INTERREG IV, as autoridades nacionais e locais e as administrações regionais das cinco áreas de cooperação, identificaram, em plena articulação, o plano de ação resultante dos objetivos do programa.

Assim, foram identificados os seguintes eixos prioritários de intervenção:

1. Promoção da competitividade do emprego;
2. Meio ambiente, património e prevenção de riscos;
3. Ordenamento do território e acessibilidades;
4. Integração socioeconómica e institucional;
5. Assistência técnica à cooperação transfronteiriça.

Como poderemos observar na tabela 5, foram aprovadas 220 operações, com um investimento total de 354.475.282 euros, e um apoio FEDER de 262.361.844 euros. Os valores apresentados do investimento realizado no âmbito do INTERREG IV foram relativamente inferiores ao investimento concretizado no INTERREG III A.

Tabela 6: Projetos e investimentos INTERREG IV

Eixo Prioritário	Projetos	Investimento total	FEDER
	nº	€	
	220	354 475 282	267 405 976
1	90	138 467 003	103 850 252
2	66	111 170 704	83 378 028
3	27	53 080 667	39 810 500
4	37	36 261 766	27 196 325
5	0	15 495 142	13 170 871

Fonte: Autoridad de Gestión. Secretariado Técnico. MH. Adaptado pela autora

- Investimentos no período 2000-2013

Será importante apresentar uma tabela com as OT (objetivos temáticos) de forma a conseguirmos perceber na sua generalidade as áreas de investimento, sendo que meu maior foco será a área inerente à cultura.

Tabela 7: Objetivos Temáticos

Objetivos Temáticos	
OT1	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
OT2	Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
OT3	Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas
OT4	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
OT5	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
OT6	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
OT7	Promover transportes sustentáveis e eliminar o estrangulamento nas principais redes e infraestruturas
OT8	Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral
OT9	Promover a inclusão social e combater a pobreza
OT10	Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
OT11	Forçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente

Durante o período de 2000 a 2013 foi realizado um investimento total elegível de 1.492 milhões de euros, sendo que os objetivos temáticos que mais se destacaram, nomeadamente

o OT6, evidenciando o maior volume de investimento para a proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos²⁸.

No que diz respeito ao investimento realizado em cada área de cooperação, a Comunidade Galiza-Norte de Portugal destaca-se com o maior investimento no OT1; Castilla y León-Norte de Portugal sobressai no OT6, com um investimento de 45,4% para esta área; Castilla y León-Centro de Portugal foi a comunidade que menos beneficiou neste período de estudo, tendo repartido as iniciativas de forma equilibrada (OT3, OT6 e OT9); Extremadura-Centro de Portugal-Alentejo tem uma significativa concentração no OT6, tendo havido um investimento com pouca expressão no OT5, 8 e 9; Andaluzia-Alentejo-Algarve canalizou a maioria do seu investimento para o OT7²⁹.

Relativamente às intervenções realizadas em igual período, foram concretizadas 730 operações, sendo que o OT6 concentra 34,4% do total de operações, seguido do OT3 com 10,3%³⁰.

Numa visão por área de cooperação, principal destaque para Galiza-Norte de Portugal, na qual foram realizadas 30,3% do total das intervenções, seguida de Extremadura-Centro de Portugal- Alentejo, com 22,7%³¹.

Principais ações realizadas na OT6

Durante o período de 2000-2013 foram concretizados projetos transfronteiriços, reconhecidos como boas práticas de cooperação.

No que se refere à OT6, subdividida em 8 categorias, e na qual consta espaços naturais reabilitados, edifícios culturais e turísticos reabilitados e as rotas culturais do património cultural transfronteiriço estabelecidas, poderemos observar na tabela abaixo o número de iniciativas, nestas três sub-categorias.

Observamos que ao longo de 13 anos houve um investimento em 265 iniciativas desenvolvidas em território de cooperação transfronteiriça.

Tabela 8: N.º de projetos dinamizados na OP6

Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência de Recursos	
ETAR construídas ou beneficiadas	n.º 275

²⁸ Anexo B gráfico 1

²⁹ Anexo B gráfico 2

³⁰ Anexo B gráfico 3

³¹ Anexo B gráfico 4

OT6	Redes de saneamento novas ou melhoradas	n.º	1.518
	Lixeiras seladas	n.º	28
	Centros de Tratamento de resíduos sólidos urbanos, agrícolas e industriais	n.º	79
	Área reflorestada	há	10.118
	Rotas culturais do património cultural transfronteiriço estabelecidas	n.º	57
	Espaços naturais reabilitados	n.º	91
	Edifícios culturais e turísticos reabilitados	n.º	117

Fonte: RIET, 2016: 69. Adaptado pela autora

- INTERREG V-A (2014-2020)

Perante os dados apontados nesta breve resenha e a evolução dos programas INTERREG, tendo em conta também as linhas de ação para o território definida das comunidades regionais, criou-se o INTERREG V-A, tendo como primeiro objetivo reforçar o crescimento e o emprego, e o segundo a cooperação territorial europeia.

Desta forma, foram fixados os seguintes objetivos temáticos:

1. Objetivo temático 1: Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
2. Objetivo temático 3: Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas;
3. Objetivo temático 5: Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos;
4. Objetivo temático 6: Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos;
5. Objetivo temático 11: Reforçar a capacidade institucional

O programa mantém as cinco áreas de cooperação dos anteriores programas, sendo que neste ultimo poderão participar como beneficiários entidades privadas, tendo sido adotados cinco eixos prioritários (SOEIRO e BELTRAN, 2016: 50):

1. Crescimento inteligente, através de uma cooperação transfronteiriça para a promoção da inovação;
2. Crescimento inclusivo, através de uma cooperação transfronteiriça a favor da competitividade empresarial;

3. Crescimento sustentável, através de uma cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhor gestão de recursos naturais;
4. Melhor capacidade institucional e eficiência da administração pública, através da cooperação transfronteiriça:
5. Assistência técnica

Tabela 9: Plano Financeiro por objetivo temático (2014-2020)

OBJETIVO TEMÁTICO		CUSTO TOTAL	FEDER
Total		382 583 724	288 977 634
1	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	102 564 377	76 923 282
3	Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas	74 018 585	55 513 939
5	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	26 971 246	20 228 434
6	Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	119 444 089	89 583 067
1	Reforçar a capacidade institucional	39 187 006	29 390 254
1	Assistência técnica	20 398 421	17 338 658

Fonte: RIET, 2016: 69. Adaptado pela autora

Perante ao exposto, verificando o percurso dos atores ibéricos para o alcance da democracia e a importância que os fundos estruturais tiveram na península ibérica, nomeadamente em espaço de fronteira entre os dois Estados, podemos concluir que de facto Portugal e Espanha passaram por transformações decisivas que iriam ditar a sua relação no futuro. A queda dos regimes ditatoriais, o restabelecimento da democracia e, no caso, português, o início do processo de descolonização, foram fatores decisivos para mudanças políticas e sociais, fundamentais para a sua adesão à CEE.

No entanto, o pedido dos países ibéricos para a integração na Comunidade Europeia, e as consequências sociais, políticas e económicas que daí poderiam advir, levantaram receios a alguns estados membros, nomeadamente a França. Giscard d'Estaing, presidente francês em funções, receava a competitividade espanhola, no setor agrícola, defendendo que o alargamento a Portugal e a Espanha não seria prioritário, devendo a CEE primeiramente reforçar as suas instituições³². No entanto, o alargamento da comunidade aos países ibéricos era de todo o interesse à CEE, uma vez que a Península Ibérica constituía um espaço natural para as trocas comerciais com a América-latina e com África (LOPES, 2002: 11). Por outro lado a Comunidade alcançava também a estabilidade do regime democrático a sul da Europa,

³² Consultado em <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000007405/> a 28/08/2018

fator importante para o fortalecimento da CEE. Em 1985 Portugal e Espanha, lado a lado, assinam o Tratado de Adesão à CEE, ficando, desde logo, evidenciado que os processos português e espanhol iriam permanecer interligados, significando um ponto de não retorno na democratização dos dois países³³.



Figura 1: Hastear das bandeiras portuguesa e espanhola em Bruxelas, a 1 de Janeiro de 1986

Fonte: <http://www.cvce.eu/>

Com a injeção de fundos estruturais e de coesão nos países ibéricos, Portugal e Espanha entram numa era de prosperidade social e económica. Portugal e Espanha iriam contrariar todo o seu percurso precedente à adesão, com uma nova visão de cooperação no horizonte proferida pela CEE. Os dois estados Ibéricos rapidamente perceberam que, tanto a sua localização geoestratégica, numa península aberta para o mercado internacional, bem como as várias possibilidades de trabalho integrado e cooperativo nas suas mais diversas áreas (económica, cultural, social, patrimonial, etc.), poderiam ser um in-put para a sua afirmação numa Europa unida.

Não faria sentido uma união europeia sem que Portugal e Espanha tivessem na sua linha de horizonte as boas relações institucionais de cooperação ibérica.

Eduardo Lourenço sublinha que “(*... tradições culturais de milénios, religiosas, falas tão próximas, deviam tornar por assim dizer, invisíveis as nossas mútuas fronteiras - e penso que, simbolicamente, e não apenas bem-vindos turistas, os nossos amigos espanhóis assim a atravessam*)” (CEI, 2006: 116).

³³ Consultado em http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=339 a 28/08/2018

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

A solidariedade ibérica ganha contornos neste grande passo do alargamento da CEE à Península Ibérica. Em 38 anos de percurso, aperceberam-se que ambos teriam muito mais a ganhar caminhando juntos, através da cooperação ibérica e das relações institucionais, que se vieram a aprofundar cada vez mais, do que traçarem um caminho isolado, pondo de parte todas as forças comuns aos dois países passíveis de união/cooperação.

As vinte e nove Cimeiras Ibéricas, realizadas até então, são um claro exemplo desta vontade cooperativa para um caminho traçado a dois, que tem como objetivo, entre outros, ganhar força no seio da UE, levando à mesa de discussão propostas de interesse e estratégias comuns aos dois Estados.

Os fundos estruturais foram fulcrais para o diálogo, quebrando fronteiras e unindo povos. Aquando a candidatura de Mário Centeno à presidência do Eurogrupo, o Ministro da Economia espanhol, Luis Guindos, apoiou publicamente esta candidatura, justificando o seu apoio com a “tradicional solidariedade ibérica”³⁴.

³⁴ Consultado em <https://expresso.sapo.pt/internacional/2017-11-07-Espanha-diz-que-apoiaria-uma-candidatura-de-Centeno-a-Presidencia-do-Eurogrupo#gs.d4WnZJUa> 28/08/2018

Capítulo III - Estudo de Caso: O Centro de Estudos Ibéricos

Sendo que um estudo de caso, segundo Yin (1994: 1), é aplicado com o objetivo de se compreender os diferentes fenómenos sociais, não devendo ser considerado apenas qualitativo mas também quantitativo, destaca-se a importância do referencial teórico no início de um estudo de caso. O autor refere ainda as limitações sobre a utilização de estudos de caso, nomeadamente o rigor e a generalização, salientando que o investigador deverá procurar o rigor científico no tratamento da questão. Yin reforça ainda que é conveniente considerar todas as evidências e ser analítico, visando uma boa análise dos dados recolhidos, devendo considerar os objetivos da investigação e as suas limitações. Esta mesma análise presume o uso de informações complexas e diferenciadas de ordem temporal e cronológica (YIN, 1994: 1-51).

Para Bennett (2007: 170), os estudos de caso de RI seguem um conjunto de prescrições cada vez mais padronizado e rigoroso e contribuem, juntamente com o trabalho estatístico e formal, para melhorar cumulativamente a compreensão da política mundial.

Não obstante, os métodos qualitativos têm sido importantes na pesquisa de RI, uma vez que os métodos de estudo de caso têm vantagens consideráveis no estudo de fenómenos complexos, através da teorização tipológica. No entanto, o mesmo autor, considera que os métodos estatísticos também contribuíram para o estudo das RI, defendendo que o estudo das RI progredirá mais rapidamente através de uma combinação de abordagens metodológicas (BENNETT, 2007: 170-171).

A escolha por este Estudo de caso refletiu, num primeiro momento, a facilidade da autora desta investigação, em obter informação do Centro de Estudos Ibéricos e, depois, e mais relevante, a avaliação de uma Comunidade “agregadora” de identidade ibérica e de construção cultural, social económica e política comum aos dois Estados em análise na presente investigação. De facto, se o Centro de Estudos Ibéricos reflete, aparentemente, uma construção identitária sub-nacional e regional, também tem “construído” uma identidade supra-nacional no contexto da *estrutura* ibérica. Por isso, considera-se do ponto de vista metodológico a opção pela avaliação do papel desta entidade e não por uma comparação com congéneres nacionais ou espanhóis. Com efeito, considera-se esta opção metodológica nas Relações Internacionais, segundo Bennett.

O Centro de Estudos Ibéricos, organismo de cooperação transfronteiriça, com sede na Guarda, sendo a sua linha de ação Coimbra Guarda Salamanca, através dos seus parceiros fundadores, Universidade de Coimbra, Câmara Municipal da Guarda e Universidade de Salamanca, tem vindo, ao longo dos seus 17 anos de ação, na área da investigação de temas comuns aos dois

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

países, evidenciar um olhar mais atento sobre a questão da identidade ibérica e as relações institucionais entre os dois países, nomeadamente na Raia Central Ibérica.

Sendo este o único organismo transfronteiriço sediado neste espaço, em que a Guarda, pela sua história nas relações transfronteiriças com a vizinha Espanha, é principal parceiro, parece-nos importante, debruçarmo-nos sobre o papel que desenvolve na investigação e divulgação da cultura ibérica e nas relações institucionais entre entidades fundadoras e cooperativas (Anexo C).

Assim, este estudo, pretende elaborar uma análise ao desempenho desta estrutura, evidenciando ao trabalho desenvolvido e referindo as lacunas existentes e principais dificuldades. Pretende-se verificar impacto cooperativo transfronteiriço da referida estrutura e verificar de que forma, sendo uma estrutura ligada ao estudo da civilização ibérica, onde a identidade ibérica é ponto essencial na base da sua fundação, esta mesma identidade é relevante nas dinâmicas implementadas pelo CEI.

Para investigação dos pontos referidos importa percebermos a dinâmica estrutural do CEI, nomeadamente a sua génese, a sua constituição, bem como a área geográfica em que se encontra, definida como área de intervenção no seu plano de ação.

A Cidade da Guarda desempenhou, ao longo de anos de discórdia e de conquistas, um papel de referência para a defesa do território nacional. A história refere precisamente a sua altivez na defesa do território, bem como na aproximação de ambos os países para o início da cooperação entre os dois estados. A sua localização geográfica estratégica bem como a intenção de servir de centro administrativo, de comércio e de defesa da fronteira contra povos inimigos, valeu-lhe a atribuição do foral em 1199 pelo Rei D. Sancho I (GUEDES, 2011:14).

Outra nota importante, e já anteriormente referida, foi a realização de um encontro entre os ministros dos negócios estrangeiros de Portugal e Espanha, Melo Antunes e José Maria Areilza respetivamente, para atenuar algum mau estar, provocado pelo assalto da embaixada de Espanha em Portugal, que levou a um afastamento dos dois estados, e que teve uma nova oportunidade ao diálogo em 1976. Esta reunião aconteceu na Guarda, sendo apelidado este encontro de “Espírito da Guarda” (DIEGUÉZ, 2004: 40).

Recuando ainda um pouco mais no tempo, socialmente sempre se verificou a partilha de vivências, nomeadamente na Raia Ibérica, proveniente de toda esta história de conflitos e aproximações que se fizeram sentir em ambos os países. A transumância³⁵, que obrigava os pastores procurarem zonas de pasto mais rico para a sobrevivência do seu rebanho e, conseqüentemente da sua família, e o contrabando, que nos remete para o difícil período de 1950/1960, que obrigou centenas de portugueses, oriundos da raia a transpor a fronteira

³⁵ Transumância era o nome dado à movimentação do gado das terras altas para zonas de pastagens ricas, quando o alimento faltava em pleno inverno. Na Guarda essa transumância far-se-ia para o Fundão, onde se juntavam a outros pastores, e seguiam para Idanha-a-Nova e também para Espanha, junto à raia.

espanhola, com a finalidade de venderem ou comprarem produtos, muitos deles de primeira necessidade (BATISTA, 2005: 148), são um claro exemplo dessas relações sociais, que ainda hoje pairam na memória dos mais velhos e no imaginário dos mais novos.

E terão sido estas e outras relações sociais, maioritariamente desenvolvidas na Raia Ibérica, que nos remetem para o entendimento de Cultura Ibérica como produto resultante “... da complexidade de muitas viagens, das emigrações e dos exílios: na periferia que vai à procura do centro, na miséria que vai à procura da abundância (...) é que nenhum destes deslocamentos é o simples abandono de um lugar: é a transfiguração do lugar (...) a herança cultural de um povo é fatalmente afetada por aculturações e por transformações de estrutura determinadas pela sua própria evolução” (PITA, 2005: 233).

Pode-se então afirmar que a Guarda sempre teve uma posição privilegiada ao longo da sua história, pela sua posição geoestratégica, social, económica e cultural, sendo um distrito marcado pela cultura ibérica, devido ao seu passado eminentemente carregado de memórias, vivências e raízes históricas. Terá sido, portanto, de fácil decisão para Eduardo Lourenço, por ocasião das Comemorações do Oitavo Centenário da Guarda, propor, para esta cidade, a criação de um Centro de Estudos Ibéricos (CEI) que contribuísse para o conhecimento e investigação da Civilização Ibérica.

Eduardo Lourenço, mentor do Centro de Estudos Ibéricos, refere-se, neste contexto, à cidade da Guarda como “a cidade que está mais vocacionada que nenhuma outra para ser o lugar de um diálogo com aqueles que foram nossos adversários durante séculos” (CEI, 2004: 5).

Outro aspeto fundamental para a implementação do CEI na Guarda terá sido a vertente ligada à investigação. Situada a meio caminho da Universidade de Coimbra e da Universidade de Salamanca (duas das principais instituições integrantes do CEI), a cidade da Guarda, foi assim considerada o local privilegiado para a sede do CEI. Fernando Rebelo, o então Reitor da Universidade de Coimbra, referiu que “as duas universidades acharam por bem aceitar o desafio da Câmara Municipal da Guarda e encontrarem-se a meio caminho para trabalharem em comum temas com interesse para os seus territórios e povos, (...) temas que envolvem problemáticas transfronteiriças. Assim surgiu o espírito da Guarda, um espírito de encontro e abertura” (CEI, 2004: 3).

A Cidade da Guarda e o CEI, dentro de um contexto de globalização e com a entrada de Portugal e Espanha na União Europeia, a qual obriga a medidas para proteção e manter presente o “fundo cultural”, que se tem tentado preservar ao longo dos tempos (FERREIRA; 2007: 126-128), têm um papel preponderante, através das suas ações, para a proteção desta cultura ibérica, tão estimada na Raia Ibérica. O passado histórico e cultural de fronteira continua enraizado nas memórias, nas vivências, nas tradições e na alma de um povo. E serão estas recordações que os iberistas pretendem preservar (CEI, 2010: 114).

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

A criação de um espaço de preservação da cultura ibérica e no qual se reforçam laços de cooperação, um espaço possuidor de largo significado para a memória coletiva, e o qual integra a memória histórica e a convivência e cumplicidade entre Portugal e Espanha, é portanto um espaço merecedor de estudo de caso no presente trabalho de investigação.

Ignacio Berdugo de la Torre, Reitor da Universidade de Salamanca aquando a criação do CEI (2002), refere *“Guarda significa guardar, proteger. Mas a Guarda não tem que proteger fronteiras; o que a Guarda tem que proteger agora são as relações entre Espanha e Portugal, garantindo as relações entre as regiões que lhe são mais próximas, entre Coimbra e Salamanca, neste caso”* (CEI, 2010: 14).

Enquadrados num período de globalização e de uma União Europeia, Eduardo Lourenço propõe as linhas orientadoras de ação do CEI, que se centravam essencialmente num espaço de conhecimento das diferentes culturas da península e para o estudo da Civilização Ibérica como um todo (CEI, 2010:9).

A Câmara Municipal da Guarda viu com bom grado a criação deste centro na cidade da Guarda, contando ainda, para a criação do CEI, com duas prestigiadas instituições transfronteiriças, modelo do ensino universitário na Península Ibérica e Europa durante séculos: a Universidade de Coimbra e a Universidade de Salamanca.

O envolvimento destas duas universidades no projeto CEI traduzir-se-ia num forte contributo para a relação social e imparcialidade territorial, integrando as suas potencialidades e recursos humanos disponíveis para um trabalho em prol da difusão do saber.

Destaca-se a importância das redes de trabalho, patente na “Declaração da Guarda”³⁶ (2002), documento subscrito pelas Universidades de Coimbra, Aveiro e Beira Interior (Região Centro de Portugal, e Universidades de Salamanca, Valladolid, León e Burgos (Região de Castilla y León de Espanha), que refere:

“A constituição das redes de trabalho em comum e de intercâmbio vem demonstrando, nos últimos tempos, as múltiplas vantagens culturais e científicas que acompanham estes processos. Por isso, apoiam e saúdam com esperança as iniciativas vinculadas à colaboração interuniversitária e todas as ações coerentes com a aplicação do espírito europeu e das novas modalidades de cooperação”.

Destacando o interesse destas redes, reitera-se o que já foi anteriormente referido pelo professor Valentín Cabero Diéguez (2004), e como sugere a Estratégia Territorial Europeia

³⁶ Artigo 4.º da Declaração da Guarda (Anexo C). A Declaração da Guarda surge a 12 de Abril de 2002, por via um encontro promovido pelo CEI, no qual se juntam à Universidade de Coimbra e Universidade de Salamanca mais 5 universidades (Universidades de Aveiro, da Beira Interior, de Valladolid, de León e de Burgos) de forma a alargar a área de atuação, à qual designaram por Região Centro da Península Ibérica.

A identidade: uma abordagem teórica

(ETE), de que esta cooperação não poderá apenas se dimensionar ao nível económico, mas ampliar-se à cultura, à educação e à criação de infraestruturas sociais.

A 28 de Novembro de 1999, a Assembleia Municipal da Guarda recomendou à Câmara Municipal da Guarda o empenho na criação deste “*pólo de civilização ibérica, apoiado no saber e conhecimento das Universidades de Coimbra, de Salamanca, e do Instituto Politécnico da Guarda*”.³⁷

No dia 27 de Novembro de 2000, um ano após Eduardo Lourenço ter lançado o desafio para a criação deste centro, foi assinado o protocolo para a criação do Centro de Estudos Ibéricos, entre a Câmara Municipal da Guarda, a Universidade de Coimbra e a Universidade de Salamanca.³⁸

Posteriormente o Instituto Politécnico da Guarda associar-se-ia a estas três instituições, comprometendo-se, em conjunto, a atingir os objetivos do CEI através de encontros, de reflexão e divulgação das culturas portuguesas e espanholas, a fortalecer a cooperação e investigação, a promover o intercâmbio entre organismos e departamentos que representassem áreas académicas e científicas dos dois países, e a promover a formação e a investigação.

O CEI constituiu-se, formalmente, associação em Maio de 2001, através da Escritura Pública entre os três principais intervenientes (Câmara Municipal da Guarda, Universidade de Coimbra e Universidade de Salamanca). Posteriormente, os estatutos são publicados em Diário da República, n.º171, III Série, de 25 de Junho de 2001.³⁹

3.1. Missão e objetivos do CEI

Os Estatutos do CEI estabelecem no artigo 1.º o carácter e objetivo da associação: “*associação sem fins lucrativos, de carácter permanente e natureza interdisciplinar e multidisciplinar, que visa a promoção, divulgação, coordenação da reflexão, estudo, investigação e ensino de temas comuns e afins a Portugal e Espanha, com especial incidência na região transfronteiriça*” (DR, 2001).

O n.º2 do artigo 2.º dos Estatutos refere as áreas prioritárias de atuação da associação, sendo elas Filosofia, Geografia, Sociologia, Economia, Direito e Relações Internacionais.

A Cidade da Guarda, situada num eixo comum, com forte peso cultural e histórico inerente aos dois países, e que liga Coimbra a Salamanca, procurou dar cumprimento ao desafio

³⁷ Ata da Reunião da Assembleia Municipal da Guarda de 28/12/1999

³⁸ Anexo D

³⁹ Anexo E

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

lançado por Eduardo Lourenço, na dinamização da proximidade entre os dois países, reforçando assim o diálogo ibérico. Jorge Sampaio, então Presidente da República, referiu-se ao projeto CEI como “*um fator de desenvolvimento através dos seus projetos de investigação e de cooperação transfronteiriça*”, uma vez que “*o conhecimento e a informação são dos mais sólidos alicerces do futuro de todos nós*” (CEI, 2010: 12).

Assim, as linhas de ação designadas para o CEI passariam pela promoção e a coesão regional, qualificação dos territórios e o atenuar o efeito fronteira, que durante anos ditou o afastamento cooperativo e relacional entre dois estados vizinhos.

Os objetivos e linhas orientadoras do CEI seriam definidos pela Comissão Executiva, que se debruçavam na cooperação com os organismos integrantes no projeto, para o desenvolvimento inter-regional e internacional, na atuação do CEI como uma plataforma aberta à reflexão, discussão, de encontro e de difusão das culturas espanhola e portuguesa, ligadas por um elo ibérico comum, na promoção, difusão, organização e apoio a programas de investigação, com temáticas incidentes no património cultural ibérico, nas relações da ibéria, aspetos geográficos, entre outros temas comuns aos dois países e dentro das áreas de atuação do CEI, patentes nos Estatutos, no usufruto da investigação bem como da capacidade intelectual dos recursos humanos das universidades parceiras, com o intuito de fortalecer o relacionamento e a cooperação inter-regional, na promoção a criação de redes de conhecimentos e investigação entre os organismos e departamentos afetos às áreas de atuação, com os membros integrantes do CEI, na colaboração dos membros integrantes que deverão colocar ao dispor os seus serviços para usufruto das comunidades académicas e educacionais, sempre que a Comissão Executiva assim o proponha, na promoção e realização de ações de formação, e, por fim, na utilização das novas ferramentas tecnológicas relativamente ao acesso a documentação e divulgação de informação, nomeadamente entre as Bibliotecas e Arquivos dos membros que integram o CEI (CEI, 2010:18).

Fundindo a ideia perspetivada de Eduardo Lourenço para a criação de um Instituto dedicado ao estudo da Civilização Ibérica, com o assento histórico da Guarda e a estratégia definida dos parceiros, o CEI adota o Lema “*O espírito da Guarda*”, o qual marcou o início das relações abertas e autocríticas entre, os dois Estados, em 1976, para enquadrar a sua missão e os seus objetivos.

Com este desafio, Eduardo Lourenço impulsionou a Guarda a reafirmar a sua centralidade, valorizando o espaço transfronteiriço no qual se enquadra, projetando-o numa visão integradora e ambiciosa (BENTO, 2013: 5-9).

A posição geoestratégica da Guarda na Raia Central Ibérica confere-lhe uma centralidade inquestionável para a promoção do diálogo transfronteiriço (CEI, 2010:70).

As intenções manifestadas no Protocolo assinado em 2000 e na escritura para a constituição formal, em 2001, foram reforçadas pelas quatro instituições (Universidade de Coimbra, Universidade de Salamanca, Câmara Municipal da Guarda e Instituto Politécnico da Guarda),

em Salamanca, a 30 de Setembro de 2002, com a assinatura de um acordo formal para a dinamização de iniciativas transfronteiriças.

Os principais objetivos que levaram à assinatura do Acordo foram os de transformar o CEI numa estrutura viva, com o propósito de promover o encontro, a reflexão e a divulgação das culturas ibéricas, em espaço de fronteira, mantendo assim o empenho na qualificação do território, e reforçar a sua estrutura com recursos que lhe permita um maior envolvimento nas dinâmicas inerentes às iniciativas de cooperação transfronteiriça.

O Centro de Estudos Ibéricos é, assim, uma estrutura vocacionada para a investigação, para a qualificação dos recursos humanos e para a promoção de iniciativas de cooperação transfronteiriça, com o objetivo de aproximar instituições, gentes e territórios ibéricos.

O Centro de Estudos Ibéricos formaliza-se no dia 18 de Maio de 2001, através de escritura pública entre a Câmara Municipal da Guarda, a Universidade de Coimbra e a Universidade de Salamanca. Em 2002, o Instituto Politécnico torna-se membro efetivo, tendo-se juntado às três instituições fundadoras.

Juridicamente, o CEI assume-se como uma associação sem fins lucrativos, constituída por uma Assembleia Geral, uma Direção, uma Comissão Científica, uma Comissão Executiva e pela Coordenação Local⁴⁰.

Ao longo de 17 anos de atividades, destacam-se três áreas prioritárias de atuação, que contextualizam os projetos implementados. São elas 1) a qualificação do potencial humano, através da transferência de conhecimento e divulgação técnica e científica, onde se incluem a organização de conferências, seminários, jornadas, cursos de formação contínua, cursos de verão e cursos intensivos de Língua e Cultura (Português e Espanhol); 2) valorização do território e interpretação das suas dinâmicas, na qual se incluem a criação e promoção de rotas culturais, elaboração de estudos que valorizem o papel do ensino e formação no desenvolvimento das áreas de baixa densidade, bem como a investigação sobre os processos de reestruturação económica e social nestas áreas e por fim a inventariação e divulgação dos recursos como património histórico; 3) promoção de eventos e atividades de carácter técnico, científico e cultural, onde se incluem a organização de exposições temáticas, catálogos, edições de divulgação cultural e científica e a promoção de concursos e iniciativas culturais e científicas. (ISIDRO, 2013: 99).

Assentando o seu objetivo na promoção da cooperação territorial, através da investigação dos processos de reestruturação das áreas de fronteira, da compreensão das suas atividades socioeconómicas e culturais, bem como na qualificação dos recursos humanos e dos territórios, com o intuito de se assumir como uma plataforma de conhecimento, desde logo o CEI elencou um programa formativo que considerava pertinente para o arranque da estrutura

⁴⁰ Anexo F - Estrutura do Centro de Estudos Ibéricos

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

local. Neste ponto destaca-se a organização de Encontros, Seminários, Conferências e Jornadas, que até então, têm marcado a atividade regular do CEI⁴¹.

Destaque para ao Ciclo de Conferências “O Direito e a Cooperação Ibérica”, “Saúde Sem Fronteiras”, “Escola: Problemas de Desafios”, que ao longo de 17 anos têm vindo a ser apresentadas, contando sempre com o testemunho e participação de intelectuais e especialistas das respetivas áreas, bem como com um público leal oriundo dos dois países.

As Jornadas Ibéricas “A criança e a leitura: experiências, estratégias e desafios”, realizadas em parceria com a Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço, com a Câmara Municipal da Guarda e com a Fundación Germán Sánchez Rui Pérez (Salamanca), pretende ser uma iniciativa de intercâmbio de conhecimentos e experiências, para a promoção da leitura na infância.

Ainda na área da formação, destaca-se o Curso de Verão, que conta já com dezoito edições (a última realizada em 2018). O CEI, enquanto plataforma de intercâmbio, debate e difusão de conhecimento sobre os territórios e as culturas ibéricas, criou esta, que foi a primeira iniciativa regular do Centro, tornando-se num ponto de encontro anual de investigadores, docentes, e alunos de Portugal e Espanha. Os objetivos primordiais dos Cursos de Verão são o conhecimento das culturas ibéricas, o reforço da identidade raiana e o estudo das novas relações entre Portugal e Espanha.

O Curso de Língua e Cultura Espanhola também é um marco na área formativa. Iniciou em 2011 e teve o apoio da Universidade de Salamanca, na afetação de docentes ao projeto como também na certificação. Este curso permite aos alunos, posteriormente, terem a possibilidade de realizar o exame DELE (Diploma Espanhol como Língua Estrangeira) no Instituto Cervantes.

O Prémio Eduardo Lourenço é outro baluarte das atividades desenvolvidas pelo CEI. Este prémio (anual) pretende galardoar personalidades ou instituições protagonistas de uma intervenção relevante no âmbito da cultura, cidadania e cooperação ibéricas.

Desde 2004, ano em que foi criado, que uma personalidade que se tenha destacado pelo trabalho desenvolvido em prol da aproximação de Portugal e Espanha é escolhida por um júri, constituído pelos Reitores das Universidades de Coimbra e Salamanca e Presidente da Câmara Municipal da Guarda (membros da Direção), por quatro elementos da Comissão Executiva e Científica do CEI, e ainda por quatro personalidades convidadas pelos Reitores de ambas as Universidades. Até ao momento, e à exceção do ano de 2005, foi atribuído ao Prémio Eduardo Lourenço às seguintes personalidades: Maria Helena da Rocha Pereira (2004), Agustín Remesal (2006), Maria João Pires (2007), Ángel Campos Pámpano (2008), Figueiredo Dias (2009), César António Molina (2010), António Emílio Leite Couto - Mia Couto (2011), José

⁴¹ Anexo G

A identidade: uma abordagem teórica

Maria Martín Patino (2012), Jerónimo Pizarro (2013), António Sáez Delgado (2014), Agustina Bessa-Luís (2015), Luís Sepúlveda (2016), Fernando Paulouro das Neves (2017).

Na área da investigação, o CEI também desenvolveu um trabalho preponderante no estímulo à investigação e ao conhecimento académico, com o projeto “*Culturas Ibéricas, Sociedades de Fronteira: Territórios, Sociedades de Fronteira e Culturas em tempo de mudanças*”. No âmbito deste projeto, mais de sessenta investigadores portugueses e espanhóis desenvolveram trabalhos académicos para o Centro. Os trabalhos apresentados por estes investigadores deram corpo às Conferências “*Território e Culturas Ibéricas*”.

Como estímulo ao desenvolvimento de projetos académicos relevantes para a missão do CEI, foi também criado um programa de Bolsas de Investigação, com o intuito de apoiar jovens investigadores de ambos os países, que apresentem trabalhos dentro das linhas definidas pelo CEI.

A atividade editorial do CEI é também um pilar do plano e relatório da estrutura local. Iniciaram-se em 2001 com a publicação de uma coletânea sobre a emigração e a diáspora intitulada “*Identidades Fúgidas*”. Em 2004 inicia-se uma longa viagem pelo estudo das culturas ibéricas, com a edição da coleção “*Iberografias*”. Com 34 volumes já editados, as temáticas passam pela cooperação territorial, ao património, à educação, ao direito e à história.

Toda esta rede de trabalho criada ao longo de dezassete anos intensificaram relações entre atores locais, comunidade, agentes culturais, sociais e económicos, sejam eles públicos e/ou privados, impulsionando a construção de um espaço social, económico e cultural mais unido, integrado e coeso.

O Professor Aníbal Cavaco Silva, então Presidente da República, profetiza “*Só quem conhece as dificuldades com que o interior do país ainda se defronta sabe o alcance de uma aposta, tão expressiva como esta, na valorização cultural das populações. (...) A cidade da Guarda compreendeu perfeitamente as transformações profundas que os novos tempos exigem. Soube apostar no conhecimento. Soube cultivar amizades do outro lado da fronteira, soube, acima de tudo, reconhecer na figura de Eduardo Lourenço, um símbolo à altura da sua justa ambição de se modernizar e vencer o isolamento, sem no entanto abdicar da sua identidade*” (CEI, 2010:12).

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

Tabela 10 - Iniciativas e número de participantes (de 2001 a 2017)

	Ensino e Formação		Investigação	Eventos		Edições		Total	
	Inici.	Parti.	Bolseiros	Inici.	Parti.	Inici.	Parti.	Inici.	Parti.
2001	4	235	--	1	100	2	100	7	435
2002	2	81	--	6	305			8	386
2003	10	532	--	1	10	1	150	12	692
2004	18	1335	13	2	230	5	485	25	2063
2005	10	800	8	1	350	5	285	16	1443
2006	23	3923	8	1	200	7	360	31	4491
2007	19	2791	8	3	630	4	180	26	3609
2008	9	1407	8	3	750	6	250	18	2415
2009	8	560	9	2	260	5	165	15	994
2010	8	1182	0	2	400	3	250	13	1832
2011	10	1007	0	4	1300	3	150	17	2457
2012	14	895	15	8	1820	3	240	25	2970
2013	13	1080	10	6	870	6	560	25	2520
2014	11	840	12	2	300	6	600	19	1752
2015	7	750	0	2	400	3	350	12	1500
2016	2	150	0	3	500	3	400	8	1050
2017	5	300	2	4	600	3	350	12	1252
	173	17868	93	51	9025	65	4875	289	31861

Fonte: Relatórios anuais do Centro de Estudos Ibéricos (2001 a 2017). Adaptado pela autora

Segundo os dados apresentados⁴², verificamos um pequeno decréscimo de iniciativas e públicos a partir de 2014. Em 2013, num relatório apresentado à Assembleia Geral do CEI, pela Sra. Coordenadora, Dra. Alexandra Isidro, dava-se já conta das fraquezas do Centro, que passariam pela debilidade para integrar entidades públicas e económicas no projeto, pela ausência de uma massa crítica e dinâmica na envolvente transfronteiriça, pela falta de colaboração em algumas instâncias universitárias e pela escassa colaboração escrita pela imprensa local e nacional. Ainda na perspectiva da Coordenadora, a falta de financiamento, a

⁴² Resultados de 2001 a 2010 publicados em “Centro de Estudos Ibéricos - conhecimento, cultura e cooperação: dez anos depois”. Resultados de 2011 a 2017 recolhidos nos relatórios anuais do Centro de Estudos Ibéricos, que gentilmente foram facultados pela Sra. Coordenadora do CEI, Dra. Alexandra Isidro, para a realização deste estudo.

A identidade: uma abordagem teórica

falta de envolvimento por parte de colaboradores, o despovoamento e desarticulação social e a perda de apoio social do projeto e do apoio das políticas nacionais, constituíam uma forte ameaça ao trabalho que se pretendia duradouro e de qualidade (ISIDRO, 2013: 115).

Os últimos três anos de atividade poderão já ser o reflexo dessas preocupações emanadas pela Sra. Coordenadora, em 2013.

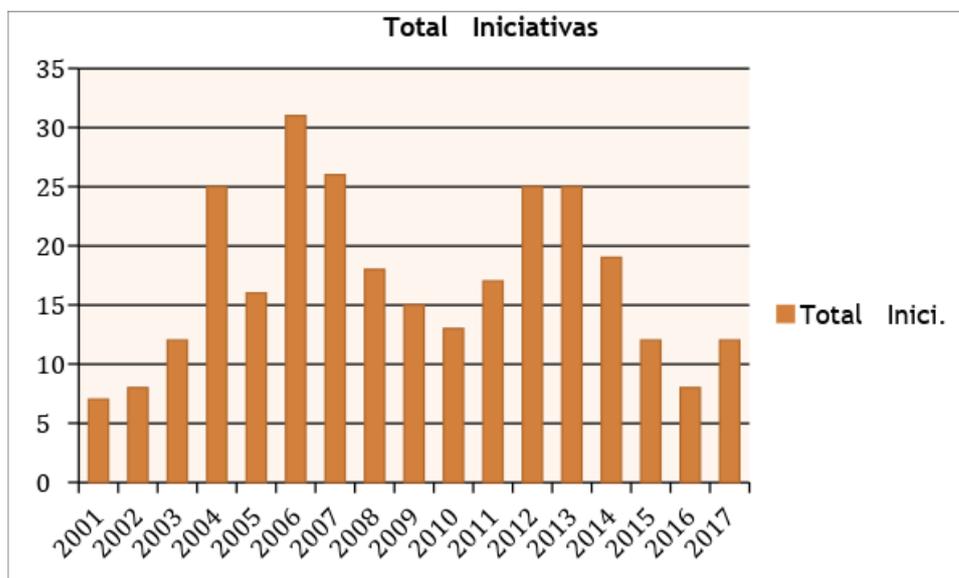


Gráfico 1- Evolução do número de iniciativas (2001-2017)

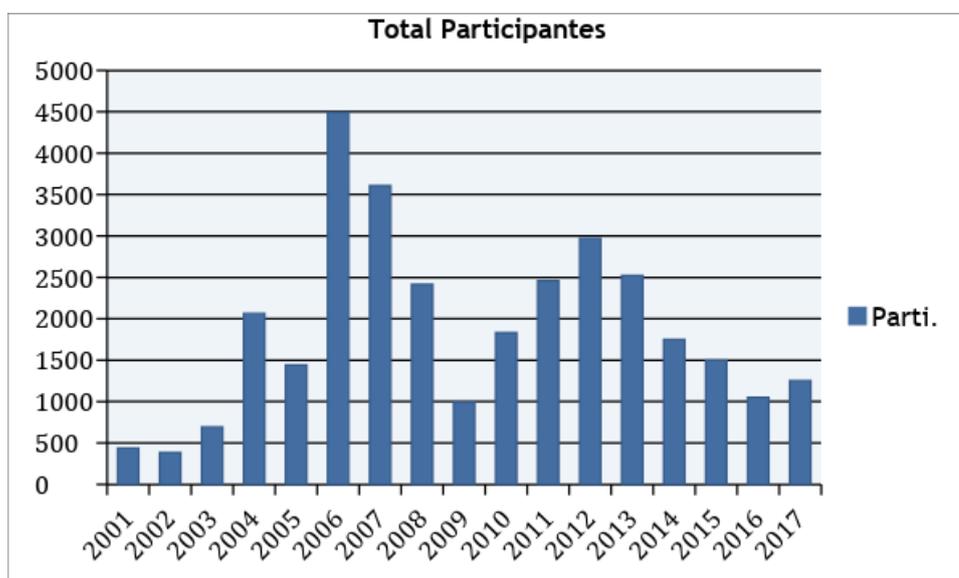


Gráfico 2 - Evolução do número de participantes (2001-2017)

3.2. O contributo do Centro de Estudos Ibéricos na cooperação cultural entre Portugal e Espanha

Apesar da Cultura Ibérica ter um forte significado para a Guarda e zona raiana, não só pela história que, antagonismos à parte, une estes dois estados, pese embora os conflitos e a linha que marca a separação entre ambos, verificamos que o conhecimento pela cultura ibérica ainda não está devidamente divulgado.

Pese embora o importante papel que a integração dos dois países na União Europeia teve para a aproximação e para o fortalecimento dos dois países, nomeadamente nas regiões transfronteiriças, constata-se que essas mesmas regiões não conseguiram acompanhar o ritmo de crescimento e estão ainda nos dias de hoje perante um “atraso social e económico que parece impossível de superar” (CEI, 20010:85).

Importa, portanto, referir que a região da Raia Central Ibérica destaca-se pela baixa densidade demográfica, económica e social, pelo envelhecimento e emigração, pela fraca produtividade e pelo escasso desenvolvimento urbano e industrial, que aliados ao peso da sua interioridade, fazem deste espaço um espaço com pouca procura.

As políticas da União Europeia para a coesão social e apoio às zonas transfronteiriças vieram, através de fundos comunitários, combater algumas lacunas de assimetrias regionais, pois contribuíram para suprimir os défices estruturais sentidos, nomeadamente na Raia Ibérica. No entanto, e numa primeira fase de financiamento, não foram suficientes para colmatar os “obstáculos culturais” que ainda hoje (felizmente cada vez menos) se fazem sentir.

No entanto, mesmo estando identificados problemas inerentes a ambos os lados da Raia, a fronteira sempre marcou, e continua a marcar, o relacionamento entre os dois lados. E na perspetiva do CEI, essa linha que a história ajudou a separar, poderá ser entendida como um traço de identificação e de união, respeitando as estruturas de cada um dos flancos. E para atenuar as barreiras físicas, psicológicas e económicas, a cooperação revela-se um passo importante e estratégico para relançar o desenvolvimento transfronteiriço na Raia Central Ibérica.

Medeiros refere que as populações transfronteiriças aperceberam-se dos impactos negativos do chamado “efeito barreira” da fronteira. E, portanto, este comportamento contribuiu para uma mobilização ativa para que esses obstáculos se fossem esbatendo através de uma nova postura de aproximação, reencontro e cooperação transfronteiriça. Esta perceção, bem como os programas comunitários, quebraram o conceito tradicional de “fronteira” entendida como uma “separação” e passou-se para um paradigma de “fronteira-cooperação” ou “fronteira-

reencontro”, onde os territórios e comunidades se reencontram. Geraram-se estratégias de ação, com estruturas, instituições e organismos locais de ambos os países, académicos, investigadores e curiosos, que ditaram um novo processo de mobilização e congregação de interesses (MEDEIROS, 2011).

A cooperação transfronteiriça foi também um forte suporte para o processo de integração europeia, não só através das iniciativas de intercâmbio como também na promoção da imagem da Europa como um território unido, fluído e sem fronteiras. Neste ponto de vista poderemos afirmar que as práticas inerentes à cooperação transfronteiriça contribuíram para o reforço de uma Europa unida. Seguindo esta linha de pensamento, o surgimento das redes de cooperação, constituídas por atores institucionais e territoriais, tornam-se, para além de agentes do processo de europeização, em importantes pilares para o desenvolvimento e integração da União Europeia.

Pese embora ainda se verifiquem lacunas e assimetrias nesta raia provida de interioridade, as políticas de cooperação transfronteiriça, que contam, na Raia Central Ibérica, com quase trinta anos de ação, para além da visibilidade no processo de europeização, tiveram um grande impacto no desenvolvimento económico dos territórios de fronteira, e no esbatimento de uma visão separatista de dois países, que contam uma história e vivências comuns.

Medeiros refere ainda que *“foi a dimensão relacional aquela que mais contribuiu para a articulação territorial da Raia Ibérica, não tanto pelo desenvolvimento de sinergias funcionais mas essencialmente na multiplicação de interações e contactos, nos avanços significativos dos níveis de cooperação e conhecimento mútuo e no estabelecimento de redes de atores e entidades de cariz transfronteiriço cada vez mais atuantes e consolidadas”* (MEDEIROS, 2011: 322).

3.2.1. Impactos e vantagens das iniciativas de cooperação transfronteiriça na Raia Central Ibérica, promovidas pelo CEI

Os programas de cooperação transfronteiriça foram cruciais para a criação de bases sólidas para o desenvolvimento de dinâmicas transfronteiriças, potenciando um equilíbrio na Raia Central Ibérica, através dos apoios à criação de infraestruturas de ligação transfronteiriça (através do investimento nas vias de circulação, que tão importantes foram para o fluxo e movimentações turísticas e para as transações comerciais e livre circulação de mercadorias), bem como através da criação e reforço de redes de cooperação ao nível intelectual, que têm vindo a estimular contactos entre entidades de ambas as fronteiras. Estes fatores, estruturais e imateriais, contribuíram em grosso modo para a coesão territorial, dentro de uma Europa unida.

Para o Centro, prevalecerá a aposta na cooperação como chave de desenvolvimento e da coesão territorial, transformando lugares outrora de conflitos em lugares de oportunidades,

contribuindo assim para que esta fronteira se converta num espaço de integração e intercâmbio sociocultural.

Rui Jacinto, membro integrante da Comissão Executiva do CEI, refere que *“apesar da língua diferente, não deixa de haver características, sentimentos, traços e afinidades comuns aos dois lados da fronteira que configuram uma certa “cultura” local, que podemos designar de identidade raiana. A memória do contrabando e outras manifestações populares (tradições, romarias, etc.) ajudam a construir uma cultura vivida que a fronteira nunca conseguiu estancar hermeticamente”* (PIRES, 2014: 50).

O Centro de Estudos Ibéricos afirma-se como uma plataforma de conhecimento, para a promoção desse mesmo conhecimento e da investigação, na concretização de iniciativas de divulgação técnica, científica e cultural, na cooperação e troca de experiências com organismos e instituições de Portugal e Espanha. As relações interinstitucionais que tem vindo a desenvolver ao longo de dezassete anos de trabalho, representam uma experiência sólida e uma iniciativa inovadora⁴³. Poder-se-á assim caracterizar o CEI como uma estrutura inovadora, que muito contribuiu para as dinâmicas entre atores locais, de transferência de conhecimento e difusão de boas práticas, incentivando as iniciativas de cooperação transfronteiriça.

Medeiros refere *“Progressos significativos no domínio dos estudos, acordos, conferências, colóquios e seminários realizados entre entidades de ambos os países, contribuem para aprofundar o relacionamento institucional e interpessoal, e conseqüentemente, para esbater as barreiras psicológicas”* (MEDEIROS, 2011: 323).

Isabel Pires de Lima, Ministra da Cultura em 2005, alude *“O Centro de Estudos Ibérico revela-se um exemplo vivo, bem sucedido e mesmo paradigmático, de como a interioridade de uma cidade não tem que significar nem isolamento, nem resignação, nem ambição contida. Num país que se quer desenvolvido, que queremos desenvolvido, não faz sentido assumir que só nas grandes cidades é que há lugar para grandes projetos de pendor cosmopolita como este”* (CEI, 2010: 40).

Ao fim de 17 anos de atividade importa agora realizar um balanço do trabalho desenvolvido pelo Centro de Estudos Ibéricos, nomeadamente verificar o seu contributo para a formação e promoção de uma identidade ibérica e verificar se, na realidade, veio a reforçar o que já existia.

O Centro de Estudos Ibéricos, apresenta-se, como já foi referido, como uma estrutura essencialmente de teor académico, com o objetivo de investigar e de divulgar a civilização ibérica, dedicando-se ao estudo de temas comuns aos dois estados ibéricos.

⁴³ Anexo H - Cooperação do CEI com outras instituições

Ao longo de 17 anos, estes estudos verificaram-se nas mais variadas edições promovidas pelo CEI, dos apoios a bolseiros, e nos diversos encontros entre académicos, abertos à comunidade onde se potenciou o conhecimento ibérico e a relação entre os dois estados, através das parcerias institucionais.

Da análise dos relatórios da atividade do CEI de 2001 a 2017, pode-se constatar que a estrutura tem desempenhado um importante papel na qualificação do território raiano, através da consolidação de parcerias estratégicas e da rede de cooperação, na melhoria do conhecimento da realidade económica e social em espaço de fronteira, na promoção das relações institucionais, comunidades locais e agentes económicos, sociais e culturais de Portugal e Espanha, na realização de eventos e iniciativas em espaços afetados pela sua interioridade, no reforço cultural e científico entre Coimbra e Salamanca, fazendo sobressair a Guarda como eixo central nos processos de cooperação territorial, na valorização das potencialidades das zonas de fronteira e no reforço da identidade raiana.

Na tabela 13, relativo às iniciativas e públicos do CEI, no período compreendido entre 2001 e 2017, verifica-se um total de iniciativas desenvolvidas de 289, com afluência de público na ordem dos 31 861 participantes (nacionais e internacionais). Globalmente o CEI tem uma avaliação bastante positiva, fruto de um trabalho sistemático e com elevados padrões de exigência e qualidade dos projetos que desenvolve.

O Centro de Estudos Ibéricos permitiu e tem continuado a permitir a criação de laços e canais de cooperação entre atores locais e instituições, unindo gentes e territórios que o efeito “fronteira” impôs durante séculos. Este é o maior contributo que esta estrutura pôde dar aos aficionados pela Civilização Ibérica e aos mais céticos à mudança de paradigma nas relações entre Portugal e Espanha. É uma estrutura que se destaca das demais estruturas de cooperação transfronteiriça, pelos seus objetivos definidos ligados à área académica, dentro da investigação, ensino e divulgação da identidade ibérica, protagonizados por altos especialistas académicos dos parceiros integrantes, nomeadamente Universidade de Coimbra, Universidade de Aveiro, Universidad de Salamanca, Universidad de Burgos, Univerdidad de Valladolid, entre outros, que dispõem ao mundo académico e curiosos um vastíssimo leque de artigos científicos de temas comuns aos dois Estados Ibéricos, nomeadamente artigos relacionados com a identidade dos dois povos (anexo G). Através dos seminários e colóquios apresentados ao longo de 17 anos de atividade, tem vindo a destacar o pensamento de investigadores quanto ao papel da Península Ibérica no contexto Europeu (anexo G).

Apesar das debilidades já assinaladas anteriormente, nomeadamente o decréscimo de públicos, o Centro de Estudos Ibéricos denota outras fragilidades para o que poderá ser a sua continuidade no trabalho que tem vindo a desenvolver. Assumindo-se como uma estrutura direcionada para a formação e investigação do conhecimento ibérico, sendo o seu plano de ação desenvolvido em torno do meio académico e de instituições portuguesas e espanholas, denota-se que a divulgação das suas iniciativas se limita aos órgãos de comunicação regional

(Portugal e Espanha), não havendo uma cobertura efetiva, no panorama nacional, das suas iniciativas. O prestigiado Prémio Eduardo Lourenço, é porventura a atividade que o CEI vê com maior destaque⁴⁴, e que tem vindo a colocar o nome da estrutura em relevo.

Sendo uma estrutura que está mais direcionada para o estudo, investigação e promoção da cultura ibérica, o próprio CEI denota que a Raia Central Ibérica, necessita de investimento superior aos valores consignados às quatro gerações do INTERREG-A e ao POCTEP, para suprir problemas estruturais e neutralizar os efeitos materiais e intangíveis, derivados da presença da mais antiga fronteira europeia (remeto para o quadro 9, relativo ao financiamento do INTERREG e POCTEP, no qual se verifica um decréscimo no apoio de fundos estruturais).

Outra lacuna que poderá colocar em risco a continuidade desta plataforma de conhecimento é a dificuldade sentida até agora em integrar entidades públicas e económicas e a ausência de massa crítica e dinâmica na envolvente transfronteiriça.

O despovoamento e a desarticulação social, a falta de apoio das políticas nacionais, a crise que se faz sentir nos núcleos intervenientes, a falta de financiamento são portanto fortes ameaças e limitações ao projeto, que, a médio prazo, poderá ver-se sem condições financeiras e humanas para a prossecução das suas atividades, limitando o seu plano de ação e, por sua vez, perdendo o devido destaque nos media nacionais.

Tabela 11 - Análise SWOT da Prestação do CEI

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• Rede de investigação com vocação interdisciplinar e transfronteiriça• Diversidade de áreas científicas e culturais das entidades envolvidas• Prestígio e reconhecimento alcançados• Realização de Cursos de transferência de conhecimentos• Integração da cooperação no âmbito	<ul style="list-style-type: none">• Debilidade para integrar entidades públicas e económicas• Ausência de uma massa crítica e dinâmica na envolvente transfronteiriça• Falta de colaboração em algumas instâncias universitárias (c. científica)• Escassa colaboração escrita na imprensa escrita dos colaboradores do CEI

⁴⁴https://www.rtp.pt/noticias/cultura/espanhol-basilio-losada-castro-vence-premio-eduardo-lourenco-2018_n1073854
<https://sicnoticias.sapo.pt/cultura/2018-09-03-Basilio-Losada-recebe-Premio-Eduardo-Lourenco-2018-na-sexta-feira>
<https://www.efe.com/efe/portugal-en-espanol/beira-sierra-de-estrela/convocada-la-xiv-edicion-del-premio-eduardo-louren-o-dotado-con-7-500-euros/50001007-3510928>
<http://www.europapress.es/castilla-y-leon/noticia-filologo-gallego-basilio-losada-castro-obtiene-premio-eduardo-lourenco-centro-estudios-ibericos-20180507171253.html>
<http://www.economista.es/ecoaula/noticias/9122123/05/18/El-Centro-de-Estudios-Ibericos-otorga-el-XIV-Premio-Eduardo-Louren-a-Basilio-Losada-Castro.html>
<https://www.dn.pt/tag/premio-eduardo-lourenco.html>
<https://www.publico.pt/2018/05/04/culturaipilon/noticia/espanhol-basilio-losada-castro-vence-premio-eduardo-lourenco-2018-1827224>
<http://www.culturante.gov.pt/pt/noticias/premio-eduardo-lourenco/>

<p>das universidades e do politécnico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fonte de publicações com uma dimensão inovadora • Estrutura de coordenação eficaz 	
<p style="text-align: center;">Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alargamento das actividades a novas áreas temáticas • Diversificação das actividades e dos meios de divulgação • Novas dinâmicas de cooperação imaterial e material • Implementação de I&DI (Conhecimento Ciência, Cultura) • Colaboração em projectos de alcance regional • Reforço da implantação de jovens investigadores • Promoção de novos projectos • Aposta nas NTI e sistemas digitais de comunicação 	<p style="text-align: center;">Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de financiamento • Alguma falta de envolvimento por parte de colaboradores • Despovoamento e desarticulação social • Crise dos núcleos intervenientes • Perda de apoio social do projecto e do apoio das políticas nacionais

Fonte: Relatórios e Planos de Atividades do CEI (2001-2017). Adaptado pela autora

Contudo, a imagem positiva do CEI, que se verifica através da afluência de públicos nas suas iniciativas, é uma mais-valia para a sua continuidade, devendo no entanto estar mais aberta a novas colaborações. O CEI deverá também alargar o seu âmbito de difusão territorial, dando a conhecer a sua atividade e potencial de cooperação, bem como acentuar o seu papel no desenvolvimento dos espaços de fronteira, junto das instituições parceiras.

Assim, e apesar de alguns constrangimentos, o CEI tem condições para continuar a desempenhar um papel relevante na Raia Central Ibérica, assim sejam asseguradas as condições básicas, nomeadamente o financiamento e o envolvimento, que se pretende empenhado, das instituições parceiras, devendo assentar, num futuro próximo, na intensificação do envolvimento na cooperação territorial, através do desenvolvimento de atividades em espaços de baixa densidade, no reforço de parcerias e da programação, direccionada para a formação, a investigação e a divulgação científica e cultural e, por fim, na ampliação da rede internacional de investigadores.

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

Conclui-se portanto que o Centro de Estudos Ibéricos, contribuiu para o reforço de uma identidade ibérica já existente, através do estudo, da investigação e da divulgação da civilização ibérica, dentro da teorização de Alexander Went, que defende que as identidades resultam de processos relacionais, realçando a relação entre agentes e estruturas, incutindo ao discurso um papel fundamental para a unificação de interesses estatais. A Península Ibérica viveu, durante séculos, estes processos relacionais entre agentes e estrutura, auferindo a esta área geográfica uma identidade própria. Os desenvolvimentos históricos ditaram a criação de dois estados, com características comuns, herança de um passado conjunto, e que hoje se traduzem, numa relação cordial e de cooperação ibérica, apesar de momentos de tensão ao longo da sua história e das discórdias de recursos partilhados, que se verificam ainda hoje.

Considerações Finais

A Identidade Ibérica esteve sempre presente na mente dos povos ibéricos. Apesar da Península ibérica, pela força da história, ser constituída por dois Estados soberanos, com identidade, língua e constituição próprias, muitos são os elos que identificam este espaço geográfico como um só. O espaço de fronteira é uma zona privilegiada para encontrarmos esses elos de ligação que unem gentes, saberes, tradições e culturas. Elos que permaneceram mais fortes do que toda a conjuntura política e social vivida em tempos por ambos os países.

A investigação que aqui se apresenta procurou, numa primeira fase, encontrar uma plataforma de entendimento sobre o conceito de “identidade” do indivíduo e/ou grupo e “identidade” nacional, na qual se dá ênfase ao papel dos atores sociais na correlação com as instituições dominantes ou Estado, para a constituição de uma identidade própria.

Integrados numa Europa unida, sem fronteiras, foi imperativo abordar o “multiculturalismo” nesta Europa localizada num espaço geográfico pluricultural, de diversidade linguística, cultural e institucional, com tradições e culturas integradas num só espaço, no qual existe o reconhecimento dos estados soberanos que compõem a Europa, e onde estas culturas se aceitam e convivem harmoniosamente. Visto por uns como o respeito pelas identidades culturais, pela igualdade de direitos humanos e elemento fundamental numa Europa democrática, é também entendido por outros por um género de tribalismo que poderá pôr em causa a integridade e unidade nacionais. No entanto, e nos dias que correm, aos olhos da Comissão Europeia este multiculturalismo, sendo ele também fruto dos fluxos migratórios, defende que o diálogo entre as diferentes culturas e deverá implicar uma participação ativa dos cidadãos de forma a se tornarem protagonistas neste diálogo.

No enquadramento do multiculturalismo em espaço europeu foi importante para esta investigação, aprofundar a história de dois países que durante séculos sofreram mutações políticas, sociais e culturais, que culminariam no afastamento dos dois Estados. O regime autoritário implementado nos dois estados e o sentimento e identificação da “raça” lusitana se, por um lado ditaram um aprofundamento dessa distância marcada pela falta de diálogo pelo efeito fronteira que se viveu até à década de 1970, por outro lado, e com a ameaça da influência da União Soviética em toda a península Ibérica, durante a Guerra Civil Espanhola, Oliveira Salazar marcou a sua relação diplomática com o país vizinho, reconhecendo publicamente o Governo de Francisco Franco. O Tratado Luso-Espanhol de Amizade e Não Agressão, bem como o Pacto Peninsular foram dois instrumentos fundamentais para o incremento das relações diplomáticas entre Portugal e Espanha bem como para as suas relações nos palcos internacionais. Além de reconhecerem as suas fronteiras, foram potenciadores para a relação de amizade em prol da segurança e independência peninsular,

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

bem como um instrumento fulcral para o posicionamento neutral dos países peninsulares na II Guerra Mundial e Guerra Fria.

Apesar dos esforços diplomáticos de Oliveira Salazar para as boas relações com a vizinha Espanha, certo é que em termos sociais, tanto Portugal, como Espanha, mantinham-se fechados neles próprios, ditando o subdesenvolvimento dos países e o estrangulamento social. Portugal sofria de um atrofiamento económico atroz, com uma população maioritariamente analfabeta, que sobrevivia do que a terra lhes dava, o sistema de saúde praticamente inexistente, infraestruturas decrépitas, ditaram na década de 1960 um fluxo migratório como nunca antes visto. Do lado de Espanha, apesar de Franco manter uma posição mais desenvolvimentista, com uma economia em crescendo, o povo sofria do mesmo atrofio social que Portugal. O contrabando, terá sido porventura um forte elemento de relação social (entre indivíduos e comunidades da Raia Central Ibérica) que fez perdurar até aos dias de hoje, na memória dos mais velhos e nos contos e histórias dos mais novos, esta relação, esta identidade entre dois povos que sofreram, acima da conjuntura política, as mesmas penas, as mesmas dores, as mesmas lacunas, a mesma fome, o mesmo espírito de alcançar uma vida melhor.

Com o forte fluxo migratório de ambos os países ibéricos, a queda dos dois modelos políticos autoritários foi inevitável, dando-se na década de 1970 o início da democratização peninsular, com um importante encontro entre os dois países “O Espírito da Guarda”, que preconizava as boas relações abertas e autocríticas entre os dois Países.

A entrada, simultânea, dos países ibéricos na Comunidade Europeia, em 1985, dita finalmente, e pelas imposições de adesão à CE, as relações de Portugal e Espanha, tendo na sua linha de horizonte a cooperação ibérica, onde as fronteiras seriam cada vez mais ténues. Os fundos estruturais e de coesão social foram ferramentas importantíssimas para que os dois países “*subnutridos*” ganhassem “*empoderamento*” nas dinâmicas económicas, sociais, culturais e políticas numa Europa unida.

A Convenção de Madrid foi o primeiro contributo formal para a criação de políticas de cooperação transfronteiriça, sendo que o Comité das Regiões foi o órgão que deu voz às regiões e cidades da Europa para a identificação de lacunas, através dos seus atores regionais, e conseqüentemente para a criação de dinâmicas socioeconómicas em territórios fragilizados. Estas dinâmicas regionais conferiram a estes atores locais e regionais um papel preponderante para o objetivo traçado pela CEE, de uma Europa organizada, multicultural, económica e socialmente em desenvolvimento, auferindo aos estados membros um saudável equilíbrio estrutural, dando consistência a este ambicioso projeto europeu de união política, social, cultural e económica.

O INTERREG e o FEDER foram as principais ferramentas que contribuíram para o desenvolvimento económico e social de Portugal e Espanha, nomeadamente para a modernização de infraestruturas, incrementando a livre circulação de pessoas e comércio em ambos os países.

No âmbito do INTERREG, que conta já com quadro edições, foi importante a criação das comunidades de trabalho em espaço de fronteira, entre Portugal e Espanha, estando neste momento implementadas seis comunidades de trabalho, que muito têm contribuído para as relações entre os dois países, nomeadamente em território de fronteira. Esta relação, para além de económica tem vindo a apostar nas relações sociais, culturais, ambientais e patrimoniais, que se traduzem na preservação de uma herança material e imaterial comum às duas fronteiras. Destaca-se que, de 2000 a 2013, o maior investimento por objetivos temáticos refere-se precisamente ao objetivo temático “Proteção do ambiente, promoção e eficiência dos Recursos”, onde se inclui a área cultural, do património material e imaterial, tangível e intangível.

Um dos projetos que merece destaque neste estudo, pelo contributo prestado na divulgação e difusão da identidade ibérica, foi o Centro de Estudo Ibéricos, com sede na Guarda.

Criado formalmente em 2001, enquanto associação sem fins lucrativos, é um claro exemplo de cooperação transfronteiriça, integrando organismos e instituições dos dois países ibérico, nomeadamente a Universidade de Coimbra e a Universidade de Salamanca, instituições ibéricas de relevância para conhecimento académico e investigação.

Nascido de um sonho do professor Eduardo Lourenço, para o conhecimento da cultura e da Civilização Ibérica, o CEI surge com o objetivo de aprofundar laços transfronteiriços, de promover uma identidade comum e difundir o conhecimento desta cultura e desta identidade que outrora se mantiveram à margem de ideais políticos.

Ao longo de dezassete anos o CEI concretizou quase trezentas iniciativas de formação e investigação, contribuindo para a aproximação de territórios e para o desenvolvimento social transfronteiriço na Raia Central Ibérica. Assumindo-se como uma plataforma de encontros, de reflexão, o CEI pretende estimular o desenvolvimento socioeconómico e cultural, utilizando os recursos académicos ao dispor pelas entidades fundadoras, para fortalecer o relacionamento e a cooperação inter-regional. No entanto, pese embora os esforços académicos para a potencialização desta cultura ibérica, denota-se que ainda é alvo de alguma desconfiança tanto do lado espanhol como do lado português, inquestionavelmente marcado pela história inerente aos dois países.

No entanto, o trabalho desta estrutura local debate-se com fragilidades, nomeadamente a baixa densidade demográfica, o envelhecimento populacional, a falta de investimento do exterior e a fraca produtividade. Estes são elementos dissuasores para a prossecução de um

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

trabalho importante na criação de laços, no cooperação inter-regional e internacional a que o CEI se tem proposto.

Outro ponto de reflexão no presente trabalho foi o papel que a União Europeia deteve na incrementação destas relações transfronteiriças, nomeadamente na Raia Central Ibérica, que observamos ter sido fundamental para a afirmação de Portugal e Espanha no palco político europeu.

Para respondermos à pergunta de partida (e que será a finalidade do presente trabalho), qual o papel do Centro de Estudos Ibéricos na potencialização das dinâmicas culturais e institucionais em espaço de fronteira?

Verifica-se que, da análise dos relatórios da atividade do CEI de 2001 a 2017 (Anexo F), pode-se constatar que a estrutura tem desempenhado um importante papel na qualificação do território raiano, através da consolidação de parcerias estratégicas e da rede de cooperação, na melhoria do conhecimento da realidade económica e social em espaço de fronteira, na promoção das relações institucionais, comunidades locais e agentes económicos, sociais e culturais de Portugal e Espanha, na realização de eventos e iniciativas em espaços afetados pela sua interioridade, no reforço cultural e científico entre Coimbra e Salamanca, fazendo sobressair a Guarda como eixo central nos processos de cooperação territorial, na valorização das potencialidades das zonas de fronteira e no reforço da identidade raiana.

Na tabela 12, relativo às iniciativas e públicos do CEI, no período compreendido entre 2001 e 2017, verifica-se um total de iniciativas desenvolvidas de 289, com afluência de público na ordem dos 31 861 participantes (nacionais e internacionais). Globalmente o CEI tem uma avaliação bastante positiva, fruto de um trabalho sistemático e com elevados padrões de exigência e qualidade dos projetos que desenvolve. Contudo, existem aspetos a serem melhorados, nomeadamente no aumento das parcerias que atualmente poderão ser insuficientes para dar resposta às expectativas dos atores locais, no aumento da rede de investigadores do centro alargando-a a investigadores internacionais, engrandecer a participação do IPG na estrutura, bem como na contínua procura de outros parceiros institucionais que contribuam e tragam novos desafios ao Centro de Estudos Ibéricos.

Num momento cronológico mais recente, os atores perceberam as consequências negativas do efeito fronteira, mobilizando-se ativamente para que estes obstáculos fossem ultrapassados através desta cooperação transfronteiriça, aliando sinergias em prol de interesses comuns que se reflitam no bem-estar económico, social e cultural de ambos os Estados. A chave para preservar esta identidade e cultura ibérica é trabalharem lado a lado na cooperação, implementando projetos comuns de forma a fomentar a coesão territorial e atenuar o efeito “fronteira”.

Ao longo da investigação dilucidou-se que, na Raia Central Ibérica, a identidade ibérica, a cooperação transfronteiriça e o papel do CEI tiveram um papel essencial nas relações transfronteiriças e numa “união ibérica” ad hoc, num patamar institucional, tendo sido estes três vértices cruciais para as relações atuais entre os dois países, neste espaço de fronteira.

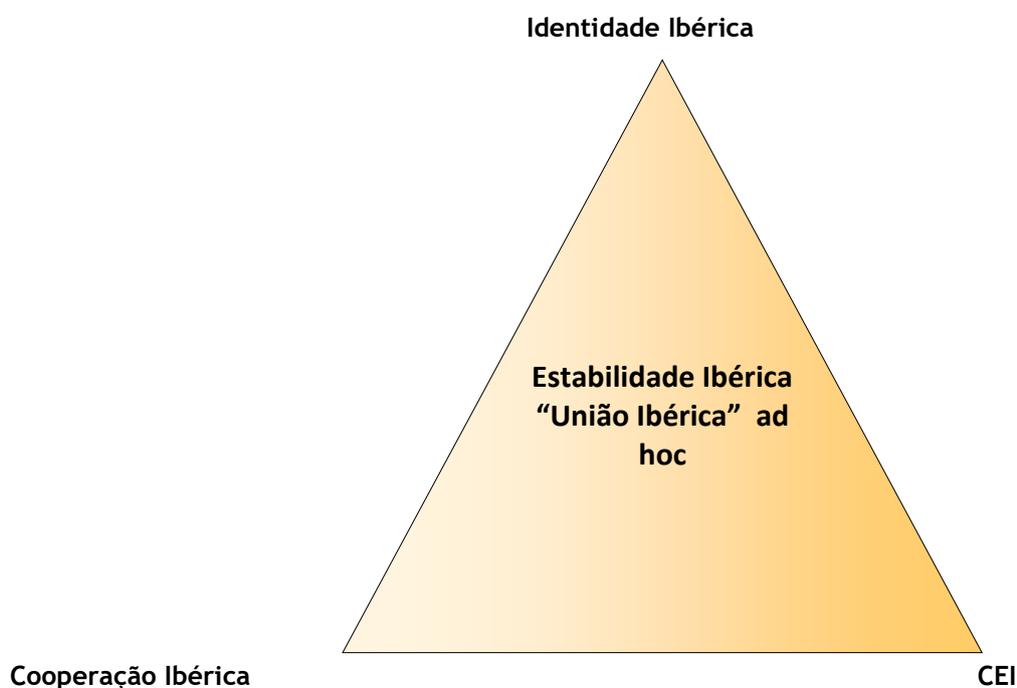


Figura 2: Vértices para uma “Uma União Ibérica” ad hoc

As 29 cimeiras ibéricas realizadas até então, são um reflexo iniludível que justificam esta identidade como potenciadora para o desenvolvimento territorial e para a posição ibérica na União Europeia, aliando esforços para levar à mesa de discussão das mais altas instâncias europeias, fragilidades comuns com resolução comum. A “Solidariedade Ibérica” está portanto cada vez mais patente no contexto internacional, proveniente de uma identidade comum, que durante anos se manteve marginalizada.

Para esta relação ibérica a União Europeia foi, porventura, para além dos atores locais e sociais, a grande impulsionadora destas relações, justificando os fundos de coesão territorial aplicados na fronteira ibérica com esta relação de identidade ibérica.

Importa no futuro, traçar linhas de investigação para o que será a continuidade da cooperação transfronteiriça, numa Europa que denota algumas fragilidades, nomeadamente nas políticas migratórias e de asilo, que não são consensuais a todos os estados membros, mas que são fundamentais para a segurança da Europa, mas sobretudo para a identidade cooperativa e humanista da Europa.

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

Por fim, e um vez que a presente investigação não conseguiu encerrar na sua plenitude algumas questões que ao longo do trabalho se foram colocando, apresentamos direções futuras para uma investigação que espelham as preocupações relativas ao projeto Europeu, como o conhecemos nos dias de hoje.

É fundamental que futuras investigações mantenham a, avaliação da cooperação transfronteiriça e acompanhem os desenvolvimentos, nos anos vindouros. Igualmente necessário será verificar em que medida o CEI, terá a capacidade, face às fragilidades que apresenta, continuar a assegurar um bom serviço. E finalmente, refletir se na verdade, a aparente debilidade da UE não poderá conduzir a uma fragmentação dos próprios estados, e agonizar as relações entre os Estados Membros, não só através do recuo do processo integrativo, mas também através da cooperação entre os Estados-membros. Será que esta identidade é perene ou irá fragmentar-se e entrar em profunda “recessão”?

Bibliografia

ARAÚJO, Luís Manuel de (1983). “*Os muçulmanos no ocidente peninsular*”. In: José Hermano Saraiva. História de Portugal. S.l.: Alfa.

BARREIRA, Aníbal; MOREIRA, Mendes (2003). “*Rumos da História*”. Porto: Edições ASA.

BATISTA, Delfina Ermelinda Pinheiro Campanha (2005). “*Caminhos do Contrabando*”. In: Centro de Estudos Ibéricos Territórios e Culturas Ibéricas - Coleção Iberografias N.º5. Porto: Campo das Letras.

BAUMAN, Zygmunt (2009). “*A Sociedade Individualizada*”. Rio de Janeiro: Zahar.

BENNETT, Andrew (2007). “*Case Study Methods in the International Relations*”. London: SAGE Publications.

BENTO, Virgílio (2013). “O desígnio do pensador, o espírito do lugar”. In: Vida partilhada - Eduardo Lourenço, o CEI e a cooperação cultural. Guarda: Âncora Editora(Centro de Estudos Ibéricos).

BERRY, J. (2005). “Acculturation: living successfully in two cultures”. In: International Journal of International Relations, 29.

BEYNON, John, et al, (2001). “*Civilisation of Integrated Europe: studies in cultural perspectives*”. Lodz: Lodz University Press.

BOBBIO, Norberto (1992). “*A era dos direitos*”. Rio de Janeiro: Campus.

BOXER, Charles Ralph (1969). “*Four Centuries of Portuguese Expansion, 1415-1825: A succinct survey*”. Berkeley: University of California Press.

CÁLDERON, Jesús Garcia (1998). “*La frontera luso española: Historia y realidad*”, Madrid: Revista del Ministerio Fiscal nº 5, Ministerio de Justicia.

CARAMELO, Sérgio (2017). “*União Europeia, Fronteira e Território*”. Col. Iberografias. Vol.10. Guarda: Âncora Editora.

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

CARVALHO, J.M. (2003). “*Nação Imaginária: memória, mitos e heróis*”. In: NOVAES, A. A Crise do Estado-Nação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CASTELLS, M, (1999). “*O poder da identidade*”. Vol II . São Paulo: Editora Paz e Terra.

CE, C. E. (2003). “*Parecer do Comité de Regiões sobre “Estratégias para a promoção da cooperação transfronteiriça e inter-regional numa Europa alargada - um documento fundamental de orientação para o futuro”*”. Bruxelas: Comité das Regiões.

CEI (2001). “Estatutos”. In: Diário da República, n.º171, III Série, de 25 de Julho de 2001. Lisboa: INCM.

CEI (2003). “*A Ibéria no Contexto Europeu*”. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

CEI (2004). “*Centro de Estudos Ibéricos: O Espírito da Guarda*”. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

CEI (2006). “*Coleção Iberografias, Vol. 8*”. Porto: Campo das Letras

CEI (2010). “*CEI: conhecimento, cultura e cooperação - 10 anos depois*”. Guarda: Peres - Scoctip Industrias Gráficas, S. A.

CHECKEL, Jeffrey T. (1999). “*Social Construction and Integration*”. Journal of European Public Policy.

COELHO, Eduardo Prado (2004). “*O Fio da Modernidade*”, Cruz Quebrada, Editorial Notícias.

COMISSÃO EUROPEIA (2002). “*Construir a Europa dos Povos - A União Europeia e a Cultura*”. Bruxelas: Comissão Europeia.

COX Robert (1986). “*Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*”. In: LINKLATER, Andrew. International Relations. Vol. IV. Florence: Routledge.

CRUZ, António (1983). “*Do início da reconquista à fundação do Condado Portucalense*”. In: José Hermano Saraiva. História de Portugal. S.l.: Alfa.

DEVETAK, Richard (1995). “*The Project of Modernity and International Relations Theory*”, Millenium: Journal of International Studies.

DGDR (2003). “*Iniciativa Comunitária: INTERREG II A. Desenvolvimento e cooperação transfronteiriça*” - Relatório Final.

DIEGUEZ, Valentín Cabero (2004). *“Iberismo e Cooperação, Passado e Futuro da Península Ibérica”*. Porto: Campo das Letras.

FERREIRA, António Bartolomeu Jácomo (2007). *“O Édipo Iberista. Teoria Assimptótica do Iberismo Filosófico. Um paradigma da especificidade filosófica da Península Ibérica”*. In: Academia 6. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

FINNEMORE, Martha and SIKKINK, Kathryn (2001). *“Taking Stock. The Constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics”*. Annual Review of Political Science.

GELLNER, Ernest (1993). *“Nação e Nacionalismo”*. Lisboa: Gradiva.

GIDDENS, Anthony (1991). *“As Consequências da Modernidade”*. São Paulo: Editora UNESP.

GIDDENS, Anthony (2002). *“Modernidade e Identidade”*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Lda.

HABERMAS, Jürgen (1988). *“Teoria de la acción comunicativa”*. Vol II . Madrid: Taurus.

HALL, Stuart (1992). *“A Identidade Cultural na Pós-Modernidade”*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

HALL, Stuart (2006). *“A identidade cultural na pós-modernidade”*. Rio de Janeiro: P&A.

HALL, Stuart (2009). *“Quem precisa de identidade?”*. In: Silva, Tomaz Tadeu da, et.al. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

HOARE, Samuel (1946). *“Ambassador on Special Mission”* (em inglês). Londres: Collins.

HOLLIS, Martin e SMITH, Steve (1990). *“Explaining and Understanding International Relations”*. Oxford: Clarendon Press.

ISIDRO, Alexandra Isabel Santos Correia (2013). *“Políticas de Cooperação territorial: O Centro de Estudos Ibéricos e a cooperação transfronteiriça na Raia Central Ibérica”*. Relatório profissional para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Políticas Públicas. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade de Lisboa.

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos (2013). *“Salazar y el salazarismo vistos desde el exterior: sistema político, atraso económico y realidad social”*. *Espacio, tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea* (em espanhol) (25): 187-214. Consultado em 29 de maio de 2018.

JUAN, Linz (1970): *“An Authoritarian Regime: Spain”*, in Erik Allasd

KAY, Hugh (1970). *“Salazar and Modern Portugal”* (em inglês). NY: Hawthorn Books.

LAPID, Yosef (1989). *“The Third Debate: On the Prospects of International Theory on a Post-Positivist Era”*. *International Studies Quarterly*, Vol. 33, n.º 3.

LOOF, Manuel (1996). *“Salazarismo e Franquismo na época de Hitler 1936-1942”*. Porto: Campo das Letras.

LOURENÇO, Eduardo (1990). *“Nós, a Europa ou as duas razões”*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

LOURENÇO, Eduardo (1999). *“Oito Séculos de Ativa Solidão”*. In: *O Outro lado da lua - A Ibéria segundo Eduardo Lourenço* editado por M.M. Baptista. 2005. Guarda: Campo das Letras/Centro de Estudos Ibéricos.

LOURENÇO, Eduardo (2006). *“Discursos de Eduardo Lourenço”*. In: Centro de Estudos Ibéricos

MARCHUETA, M. (2002). *“O Conceito de fronteira na época da mundialização”*. Lisboa: Cosmos e Instituto da Defesa Nacional.

MARQUES, Fernando Pereira (2007). *“A Questão Ibérica em Antero de Quental”*. In: *Revista Respublic*.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira (2007). *“História da Civilização Ibérica”*. Lisboa: Guimarães Editores.

MARTINS, Oliveira (1988). *“História de Portugal”*. Lisboa: Imprensa nacional Casa da Moeda.

MEDEIROS, Eduardo José Rocha (2009). *“A Cooperação transfronteiriça na Raia Ibérica: uma síntese geográfica dos impactos territoriais do INTERREG-A”*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

MEDEIROS, Eduardo Rocha (2011). *“Efeito barreira e cooperação transfronteiriça na Raia Central Ibérica - Impactos Territoriais do INTERREG - A”*. Guarda: Âncora/Centro de Estudos Ibéricos.

A identidade: uma abordagem teórica

MORODO, Raúl (1985). “Los orígenes ideológicos del franquismo: acción española”. Madrid: Alianza Editorial.

NOGUEIRA, Franco (1924). “*As crises e os Homens*”. Lisboa: Ática.

NOGUEIRA, Franco (1978). “*Salazar*”, Vol.6. Lisboa: Civilização Editora.

NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar (2005). “*Teoria das Relações Internacionais - Correntes e Debates*”. Rio de Janeiro: Elsevier.

NUNES, Adélia (2006). “*Abandono do espaço agrícola na Beira Transmontana*”. In: Centro de Estudos Ibéricos. Guarda: Ancora/Centro de Estudos Ibéricos.

ONUF, Nicholas, 1998 - “*Constructivism: A User's Manual*”. In: KUBÁLKOVÁ “*International Relations in a Constructed World*. Armonk, NY: M.E. Sharpe.

ORTIZ DE VILLAJOS, Salvador de Moxó (2000). “*Castilla, Principado Feudal?*”. In: Feudalismo, señoría y nobleza en la Castilla medieval. Madrid: Real Academia de la Historia.

PASCOAES, Teixeira de (2007). “*A Arte de ser Português*”. Lisboa: Assírio & Alvim.

PEREIRA, Maria da Conceição (1992). “Iberismo e nacionalismo no pensamento de José Barbosa Leão - o futuro de Portugal visto do Porto 1881”. In: Revista da Faculdade de Letras do Porto, N.º237. Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Letras.

PEREIRA, Pedro Teotónio (1987). “*Correspondência de Pedro Teotónio Pereira Oliveira Salazar*”. [S.l.]: Presidência do Conselho de Ministros. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista.

PIRES e PIMENTEL (2004). “*Revisitando a região transfronteiriça ibérica: potencialidades e estrangulamento no novo contexto da integração ibérica*”. Lisboa: Universidade de Lisboa e PIREs, Marisa Salgueira (2014). Relatório de Estágio Curricular no Centro de Estudos Ibéricos, para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

PITA E CUNHA, Paulo (2008). “*A União Ibérica e a União Europeia: refutando a tese iberista*”. In: Jornal Público.

PITA, António Pedro (2005). “*Margens e Culturas - Enquadramento*”. In: Centro de Estudos Ibéricos - territórios e Culturas Ibéricas - Coleção Iberografias N.º5. Porto: Campo das Letras.

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

QUENTAL, Antero (2008). *“Causa da decadência dos Povos Peninsulares”*. Lisboa: Tinta-da-china.

RAPOSO, Hipólito (1940). *“Folhas do meu caderno”*. Vol.1. Lisboa: Gama.

RENAN, Ernest (1997). *“O Que é uma Nação?”*. São Paulo: Plural Sociologia USA.

RISSE, Thomas (2004). *“Social Constructivism and European Integration”*. In: DIEZ, Thomas & WIENER, Antjie (eds), *“European Integration Theory”*. Oxford: Oxford University Press.

ROCAMORA, José António (1994) - *“El nacionalismo Ibérico - 1792-1936”*. Col. *“Serie História y Sociedad”*. N.º 36. Valladolid: Secretariado de Publicaciones - Universidad de Valladolid.

RODRIGUES, Ernâni Lopes (2002). *“O Processo de Integração de Portugal nas Comunidades Europeias - Uma avaliação geral, década e meia depois”* in RIBEIRO, Manuela Tavares [org.], *Portugal e a Construção Europeia*. Coimbra: Almedina.

SARDINHA, António (1975). *“A aliança peninsular”*. Cap. I. QP

SEN, Amartya (2006). *“Identity and Violence: The Illusion of Destiny”*. New York: W.W. Norton&Company.

SEQUEIRA, Tiago Neves (2001). *“Crescimento económico no pós-guerra: os casos de Espanha, Portugal e Irlanda”*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

SILVA, Emily Lange da, (2015). *“Cooperação Transfronteiriça como Oportunidade de desenvolvimento das Regiões de Fronteira”*. Tese de doutoramento. Braga: Universidade do Minho.

SILVA, G.F. (2003). *“Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação”*. In: FLEURI, Reinaldo Matias. *Educação intercultural: mediações necessárias*. Rio de Janeiro: DP&A.

SILVA, Tomaz Tadeu da, (2009). *“Identidade e Diferença”*. Rio de Janeiro: Editora Vozes

SMITH, A. (2000). *“O Nacionalismo e os Historiadores”*. In: BALAKRISHANAN, G (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto.

SOEIRO, José Santos e BELTRÁN, Carlos (2016). *Uma fronteira que nos une, uma fronteira de desenvolvimento*. Universidad de Extremadura: Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças.

A identidade: uma abordagem teórica

TÍSCAR, Maria José (2014). *“O Pacto Ibérico, a NATO e a Guerra Colonial”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

TORGAL, L.R. e PAULO, Heloísa (2008). *“Estados autoritários e totalitários e suas representações”*. Maia: SerSilito.

TORGAL, Luis Reis (1996). *“Salazarismo, Europa e América”*. Revista Portuguesa de História. 1. XXXI, Vol.1.

TOURAINÉ, Alain (1998). *“Iguais e diferentes: podemos viver juntos?”* Petropolis, RJ: Vozes. Universidade Nova de Lisboa.

VIEIRA, Lizst (2009). *“Identidade e Globalização - Impasses e perspectivas da identidade e a diversidade cultural”*. In: COSTA, Sérgio *Diferença e Identidade*. São Paulo: Editora Record.

WALTZ, Kenneth (1979). *“Theory of International Politics”*. Reading, Mass, Addison Wesley

WENDT, A. (1987). *“The Agent-Structure Problem in International Relations Theory”*. In: International Organization, vol. 41, n.3.

WENDT, A. (1992). *“Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics”*, International Organization, vol. 46, ponto 2.

WENDT, A. (1994). *“Collective Identity Formation and The International State”*. In: American Political Science Review, vol. 88, n.º2 .

WENDT, A. (1999). *“Social Theory of International Politics”*. Cambridge: Cambridge University Press.

YIN, Robert (1994). *“Case of Study Research: design and methods”*. London: SAGE Publications.

Websites

<http://aimrd.es>

<https://www.ayamonte.info/eurociudad-del-guadiana-ayamonte-castro-marim-vila-real-santo-antonio/>

<http://www.biosfera-mesetaiberica.com/pt-pt/pt/o-zasnet>

http://www.cei.pt/cei/discursos_el.htm

<http://www.culturanorte.gov.pt/pt/noticias/premio-eduardo-lourenco/>

<http://www.cvce.eu/>

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

<http://www.economista.es/ecoaula/noticias/9122123/05/18/El-Centro-de-Estudios-Ibericos-otorga-el-XIV-Premio-Eduardo-Lourenco-a-Basilio-Losada-Castro.html>

<http://www.eurociadachavesverin.eu/>

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/what/investment-policy/esif-contribution/

http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=339

<http://www.europapress.es/castilla-y-leon/noticia-filologo-gallego-basilio-losada-castro-obtiene-premio-eduardo-lourenco-centro-estudios-ibericos-20180507171253.html>

<http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/94/agrupamento-europeu-de-cooperacao-territorial-aect->

http://www.frah.es/index_pt.asp

<http://www.gddc.pt/siii/docs/dl654-1970.pdf>

<http://www.histriasiglo20.org/europortug/maastricht.htm>

<http://www.ministeriopublico.pt/instrRelativa%20à%20Melhoria%20das%20Acessibilidades%20entre%20os%20Dois%20Paísesumento/tratado-de-amizade-e-cooperacao-entre-portugal-e-espanha>

<http://www.qca.pt/iniciativas/interreg.asp> em 24/08/2018

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:xy0026>

https://europa.eu/european-union/about-eu/institutions-bodies/european-committee-regions_pt

<https://expresso.sapo.pt/internacional/2017-11-07-Espanha-diz-que-apoiaria-uma-candidatura-de-Centeno-a-Presidencia-do-Eurogrupo#gs.d4WnZJU>

<https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000007405/>

<https://sicnoticias.sapo.pt/cultura/2018-09-03-Basilio-Losada-recebe-Premio-Eduardo-Lourenco-2018-na-sexta-feira>

https://www.aebr.eu/files/publications/140901_A1_El_Marco.pdf

<https://www.dn.pt/tag/premio-eduardo-lourenco.html>

<https://www.efe.com/efe/portugal-en-espanol/beira-sierra-de-estrela/convocada-la-xiv-edicion-del-premio-eduardo-lourenco-dotado-con-7-500-euros/50001007-3510928>

<https://www.euro-ace.eu/pt-pt/cooperacao-transfronteira/antecedentes>

<https://www.interreg-sudoe.eu/prt/programa/programa-interreg-iii-b-2000-2006>

<https://www.publico.pt/2018/05/04/culturaipilon/noticia/espanhol-basilio-losada-castro-vence-premio-eduardo-lourenco-2018-1827224>

https://www.rtp.pt/noticias/cultura/espanhol-basilio-losada-castro-vence-premio-eduardo-lourenco-2018_n1073854

Anexos

Anexo A - Cimeiras Ibéricas

Informação recolhida do site do Ministério dos Negócios Estrangeiros

1.ª Cimeira - 11 e 12 novembro 1983 - Lisboa

Mário Soares (Portugal) e Felipe González (Espanha)

Assinatura Declaração de Lisboa, institucionalização cimeiras, relações comerciais, pescas, transportes, indústria, energia, agricultura

2.ª Cimeira - 25 Maio de 1985 - Cáceres

Mário Soares (Portugal) e Felipe González (Espanha)

Adesão à CEE, cooperação transfronteiriça, agricultura

3.ª Cimeira - 25 novembro 1986 - Guimarães

Cavaco Silva (Portugal) e Felipe González (Espanha)

Questões comunitárias e fundos comunitários, cooperação económica, energia, combate à toxicoddependência, agricultura, transportes.

4.ª Cimeira - 11 e 12 novembro 1987 - Madrid

Cavaco Silva (Portugal) e Felipe González (Espanha)

Questões comunitárias, cooperação económica, relações comerciais, transportes.

5.ª Cimeira - 2 e 3 novembro 1988 - Lisboa

Cavaco Silva (Portugal) e Felipe González (Espanha)

Questões comunitárias, presidência espanhola, mercado único europeu, relações comerciais, transportes, energia, cooperação transfronteiriça.

6.ª Cimeira - 2 e 3 fevereiro 1990 - Sevilha

Cavaco Silva (Portugal) e Felipe González (Espanha)

Questões comunitárias, alargamento, livre circulação, relações comerciais, transportes, energia, cooperação transfronteiriça, assuntos culturais, energia, política marítima.

7.ª Cimeira - 5 dezembro 1990 - Quinta do Lago

Cavaco Silva (Portugal) e Felipe González (Espanha)

Questões comunitárias, segurança, moeda única, cooperação transfronteiriça, energia.

8.ª Cimeira - 14 dezembro 1991 - Trujillo

Cavaco Silva (Portugal) e Felipe González (Espanha)

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

Questões comunitárias, segurança, transportes.

9.ª Cimeira - 4 e 5 dezembro 1992 - Madeira

Cavaco Silva (Portugal) e Felipe González (Espanha)

Questões comunitárias, segurança, justiça, educação, desporto.

10.ª Cimeira - 17 e 18 dezembro 1993 - Palma de Maiorca

Cavaco Silva (Portugal) e Felipe González (Espanha)

Questões comunitárias, recursos hídricos, segurança, transportes.

11.ª Cimeira - 18 e 19 novembro 1994 - Porto

Cavaco Silva (Portugal) e Felipe González (Espanha)

Questões comunitárias, fundos comunitários, segurança, transportes.

12.ª Cimeira - 17 e 18 janeiro 1996 - Madrid

António Guterres (Portugal) e Felipe González (Espanha)

Questões comunitárias, recursos hídricos, comissão conjunta para resolução questões comuns.

13.ª Cimeira - 29 e 30 outubro 1996 - Ponta Delgada

António Guterres (Portugal) e José María Aznar (Espanha)

Questões comunitárias, recursos hídricos, transportes.

14.ª Cimeira - 18 e 18 novembro 1997 - Madrid

António Guterres (Portugal) e José María Aznar (Espanha)

Questões comunitárias, recursos hídricos, comissão conjunta para resolução questões comuns.

15.ª Cimeira - 29 e 30 novembro 1998 - Albufeira

António Guterres (Portugal) e José María Aznar (Espanha)

Questões comunitárias, recursos hídricos, pescas, política social, segurança, transportes.

16.ª Cimeira - 25 e 26 janeiro 2000 - Salamanca

António Guterres (Portugal) e José María Aznar (Espanha)

Questões comunitárias, Mercosul, Organização Mundial do Comércio, pacote fiscal, transportes, segurança.

17.ª Cimeira - 29 e 30 janeiro 2001 - Sintra

António Guterres (Portugal) e José María Aznar (Espanha)

Questões comunitárias, segurança, transportes, energia.

A identidade: uma abordagem teórica

18.ª Cimeira - 2 e 3 outubro 2002 - Valência

Durão Barroso (Portugal) e José María Aznar (Espanha)

Questões comunitárias, NATO, saúde, pesca, cooperação económica e transfronteiriça.

19.ª Cimeira - 7 e 8 novembro 2003 - Figueira da Foz

Durão Barroso (Portugal) e José María Aznar (Espanha)

Questões comunitárias, transportes, energia, cooperação económica e transfronteiriça.

20.ª Cimeira - 1 outubro 2004 - Santiago de Compostela

Santana Lopes (Portugal) e José Luiz Rodriguez Zapatero (Espanha)

Questões comunitárias, UE, transportes, energia, cooperação económica e transfronteiriça, portos.

21.ª Cimeira - 18 e 19 novembro 2005 - Évora

José Sócrates (Portugal) e José Luiz Rodriguez Zapatero (Espanha)

Questões comunitárias, ciência e tecnologia, cooperação, educação, investigação, energia, transportes.

22.ª Cimeira - 24 novembro 2006 - Badajoz

José Sócrates (Portugal) e José Luiz Rodriguez Zapatero (Espanha)

Questões comunitárias, ciência, saúde, proteção civil, política externa, energia, ambiente, defesa e segurança.

23.ª Cimeira - 18 e 19 novembro 2008 - Braga

José Sócrates (Portugal) e José Luiz Rodriguez Zapatero (Espanha)

UE, ciência e tecnologia, energia, cooperação transfronteiriça, pesca, saúde.

24.ª Cimeira - 21 e 22 janeiro 2009 - Zamora José Sócrates (Portugal) e José Luiz Rodriguez Zapatero (Espanha)

Crise, UE, ciência e tecnologia, energia, cooperação transfronteiriça, saúde, defesa, terrorismo, investimento.

25.ª Cimeira - 8 maio 2012 - Porto

Pedro Passos Coelho (Portugal) e Mariano Rajoy (Espanha)

UE, união bancária, crise, reformas estruturais e contenção orçamental, transportes e energia.

26.ª Cimeira - 13 maio 2013 - Madrid

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

Temas europeus - incluindo a união bancária e o sistema financeiro, o mercado de gás e as ligações ferroviárias, defesa, política social, transportes e finanças.

27.ª Cimeira - 04 junho 2014 - Vidago

Pedro Passos Coelho (Portugal) e Mariano Rajoy (Espanha)

Energia e interligações, cooperação transfronteiriça em setores como combate a incêndios, proteção civil e saúde.

28.ª Cimeira - 22 junho 2015 - Vigo

Pedro Passos Coelho (Portugal) e Mariano Rajoy (Espanha)

UE, relações económicas, defesa, energia

29.ª Cimeira - 29 e 30 maio - Vila Real

António Costa (Portugal) e Mariano Rajoy (Espanha)

Cooperação transfronteiriça em área como a energia, infraestruturas e ambiente.

Anexo B - Gráficos

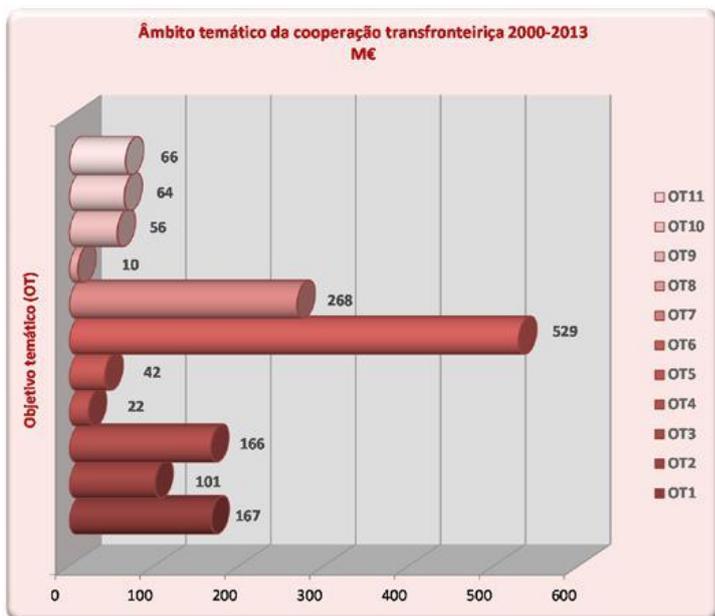


Gráfico 1: Investimento por objetivos temáticos (2000-2013)

Fonte: RIET, 2016: 56

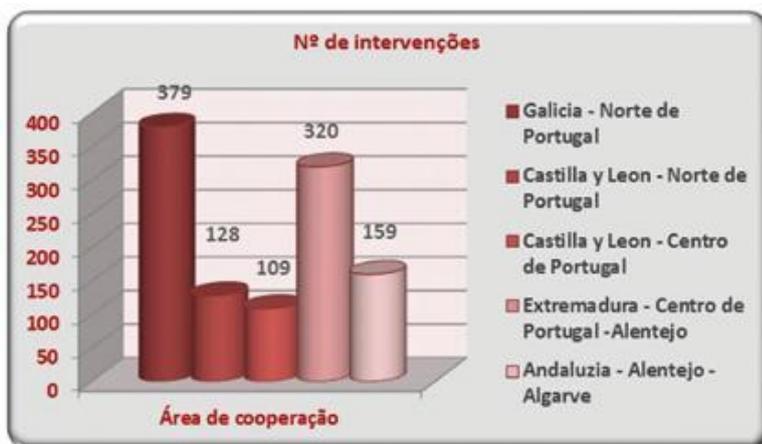


Gráfico 2 - Intervenções apoiadas em cada área de cooperação (2000-2013)

Fonte: RIET, 2016: 5

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira



Gráfico 3: Quantitativo de intervenções por objetivo temático (2000-2013)

Fonte: RIET, 2016: 58

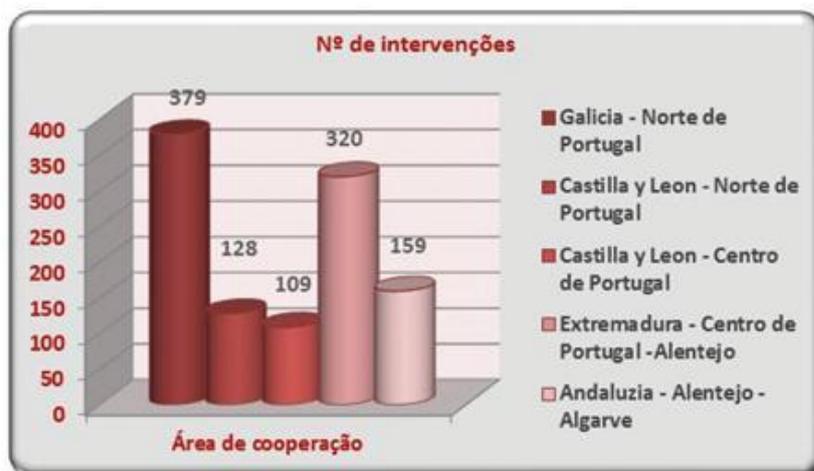


Gráfico 4: Quantitativo de intervenção por área de cooperação (2000-2013)

Fonte: RIET, 2016: 59

Anexo C - Declaração da Guarda

Por ocasião da reunião de carácter inter-universitário e transfronteiriço que a Universidade de Coimbra, a Universidade de Aveiro e a Universidade da Beira Interior (da Região Centro de Portugal) e a Universidade de Salamanca, a Universidade de Valladolid, a Universidade de León e a Universidade de Burgos (da Região de Castilla y León de Espanha), realizam na cidade da Guarda, no âmbito do Centro de Estudos Ibéricos, manifestam conjuntamente:

Primeiro - As universidades acima referidas mantêm um compromisso histórico, assumindo o seu papel na construção de ideias e de valores universais, cuja defesa proclamam uma vez mais, ao confrontarem-se, hoje, com uma globalização carregada de incertezas e, ao mesmo tempo, de capacidades inovadoras e surpreendentes.

Segundo - As universidades mais antigas (Salamanca, Coimbra e Valladolid), pioneiras no intercâmbio científico e cultural dentro da Península Ibérica, da Europa e de além-mar, unem-se aos novos laços e às energias que incorporam as universidades de León, Aveiro, Beira Interior ou Burgos, na tarefa de um ensino universitário mais acessível aos cidadãos e aos territórios, conjugando deste modo a própria autonomia universitária e, ao mesmo tempo, a complementaridade e a colaboração entre povos e regiões.

Terceiro - A construção da União Europeia, alicerçada nos princípios da solidariedade e no exercício dos valores democráticos, requer o envolvimento das universidades em prol do fortalecimento da cidadania, da difusão do saber e na melhoria da qualidade de vida. Nesta perspetiva, a procura da coesão social e da equidade territorial encontra obstáculos particularmente graves nas periferias ou nas regiões desfavorecidas, como naquela em que nos encontramos, no extremo sudoeste da Europa e no espaço de uma fronteira histórica.

Quarto - As universidades subscritoras estão conscientes da contribuição necessária de esforços renovados na resolução dos problemas de formação e investigação, objetivos primeiros da sua ação, assim como da integração das suas potencialidades e dos seus recursos humanos no âmbito geográfico mais próximo, sem perder a sua vocação universal e sem diminuir a qualidade do ensino superior. A constituição de redes de trabalho em comum e de intercâmbio vem demonstrando, nos últimos tempos, as múltiplas vantagens culturais e científicas que acompanham estes processos. Por isso, apoiam e saúdam com esperança as iniciativas vinculadas à colaboração inter-universitária e todas as ações coerentes com a aplicação do espírito europeu e das novas modalidades de cooperação.

Guarda, 12 de abril de 2002

Os subscritores,

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

Reitor da Universidade de Coimbra - Fernando Manuel da Silva Rebelo

Reitora da Universidade de Aveiro - Maria Helena Vaz de Carvalho Nazaré

Reitor da Universidade da Beira Interior - Manuel José dos Santos Silva

Rector da Universidad de Salamanca - Ignacio BerdugoGómez de la Torre

Rector da Universidad de Valladolid - JesúsMaríaSanzSerna

Rector da Universidad de León - Ángel Penas Merino

Rector Magnífico de la Universidad de Burgos - José María Leal Villalba

Anexo D - Protocolo

No âmbito das comemorações do Oitavo Centenário da Guarda decidira, Câmara Municipal da Guarda e a Associação Oitavo Centenário, levar a cabo um conjunto de iniciativas que permitiam uma reflexão, estudo e investigação, sobre os valores da Guarda e de toda a região transfronteiriça, onde se situa. Tal desiderato tem sido alcançado através de vários ciclos de Conferências e Colóquios que têm trazido à Guarda, entre outros, vários ilustres docentes das universidades de Coimbra e Salamanca, os quais têm vindo, ao longo do tempo, a investigar e estudar diversos temas relacionados com esta região.

Porque assim é, afigura-se de todo aconselhável, - no acolhimento do já proposto pelo eminente Professor Doutor Eduardo Lourenço, aquando da Sessão Solene da Comemoração do Oitavo Centenário da Guarda, - a criação, sob os auspícios da Câmara Municipal da Guarda, de um Centro de Estudos Ibéricos, sediado na Guarda e que reúna entre outros, docentes das universidades de Coimbra e Salamanca, com o objetivo de estudarem, investigarem e ensinarem temas comuns e afins a Portugal e Espanha.

Com vista à prossecução deste objetivo é celebrado entre:

A Câmara Municipal da Guarda representada pela Excelentíssima Senhora presidente, D. Maria do Carmo Pires Almeida Borges, e a Universidade de Coimbra representada pelo seu Magnífico Reitor e a Universidade de Salamanca representada pelo seu Magnífico Reitor, o seguinte:

PROTOCOLO

1ª. - A Câmara Municipal da Guarda, preocupada com a necessidade de continuação e aperfeiçoamento do estudo, investigação e ensino, dos mais diversos aspetos culturais de Portugal e Espanha, com especial incidência nesta zona transfronteiriça, compromete-se a desenvolver todas as diligências necessárias com vista à concretização de realizações que contribuam para a execução de tais propósitos.

2ª. - As Universidades de Coimbra e Salamanca comprometem-se a contribuir com apoio científico e técnico, com vista ao desenvolvimento das ações a definir.

3ª. - A disponibilização de instalações, recursos humanos e materiais competirá à Câmara Municipal da Guarda ou a Entidades por esta a designar, já existentes ou a criar.

4ª. - Por todos os aqui intervenientes, serão acordadas as formas específicas de prossecução das ações definidas por este Protocolo, quer caso a caso, quer através de aditamentos ao mesmo, conforme for julgado mais convenientes.

5ª. - O presente Protocolo entra em vigor no dia da data da sua assinatura podendo ser revisto em qualquer altura, mediante proposta fundamentada de uma das partes.

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

6ª. - Este Protocolo vigorará pelo prazo de um ano, automaticamente renovável, exceto se, 90 dias antes do termo da sua validade, alguma das partes manifestar, por escrito, o desejo de o denunciar.

Guarda, 27 de Novembro de 2000

Anexo E - Estatutos do Centro de Estudos Ibéricos

Publicados no Diário da República, nº 171, III Série, de 25 de Julho de 2001

CAPÍTULO I. DEFINIÇÃO E OBJECTIVOS

Artigo 1º

Definição

O Centro de Estudos Ibéricos, adiante designado por Centro, criado na sequência do Protocolo outorgado entre a Câmara Municipal da Guarda e as Universidades de Coimbra e de Salamanca, é uma associação sem fins lucrativos, de carácter permanente e natureza interdisciplinar e multidisciplinar que visa a promoção, divulgação e coordenação da reflexão, estudo, investigação e ensino de temas comuns e afins a Portugal e Espanha, com especial incidência na região transfronteiriça.

Artigo 2º

Objetivos

1. São objetivos gerais do Centro:

- a. cooperar com a Câmara Municipal da Guarda e as Universidades de Coimbra e de Salamanca no desenvolvimento inter-regional e internacional, no âmbito definido no artigo anterior;
- b. atuar como polo de encontro, de reflexão e de divulgação das culturas portuguesa e espanhola, unidas por um laço ibérico comum;
- c. promover, divulgar, coordenar e apoiar programas e projetos de investigação sobre o património cultural comum, as relações ibéricas, a especificidade geográfica e todas as restantes áreas compreendidas no âmbito definido no artigo anterior;
- d. reforçar o relacionamento e a cooperação inter-regional através da investigação e do ensino universitários e da atividade de instâncias cívicas e culturais;

e. contribuir para o intercâmbio entre organismos e departamentos ligados à investigação e ao conhecimento científico que integrem os membros do Centro e entre eles e entidades terceiras de idêntica natureza;

f. disponibilizar os serviços de cada um dos membros do Centro em benefício das comunidades académicas e educacionais dos restantes, conforme for decidido, segundo proposta fundamentada da Comissão Executiva;

g. apoiar a realização de ações de formação;

h. promover a utilização das novas tecnologias no acesso à documentação e à difusão de informação, designadamente entre Bibliotecas e Arquivos dos membros.

2. São áreas iniciais e prioritárias de ação do Centro, sem prejuízo de outras que venham a ser acolhidas, as seguintes:

- a. Literatura
- b. História
- c. Filosofia
- d. Geografia
- e. Sociologia
- f. Economia
- g. Direito
- h. Relações Internacionais

CAPÍTULO II. DOS MEMBROS

Artigo 3^a

Membros

O Centro tem três categorias de membros: os membros fundadores, os membros efetivos e os membros colaboradores.

1. São membros fundadores a Câmara Municipal da Guarda, a Universidade de Coimbra e a Universidade de Salamanca.

2. São membros efetivos os membros constantes no número anterior, o Instituto Politécnico da Guarda e outras Instituições que venham a ser designadas pela Direção.

3. São membros colaboradores todas as pessoas singulares ou coletivas que colaborem em trabalhos de investigação ou divulgação do Centro, desde que admitidos nos termos dos presentes estatutos.

Artigo 4^a

Direitos dos membros

1. São direitos dos membros fundadores:

- a. Tomar parte nas Assembleias Gerais, com direito de voto;
- b. Tomar parte na Comissão Científica, através de representantes por eles designados;
- c. Indicar representantes para os órgãos do Centro;
- d. Apresentar propostas ou sugestões reputadas úteis ou necessárias à prossecução dos objetivos estatutários.

2. São direitos dos membros efetivos:

- a. Tomar parte nas Assembleias Gerais, com direito de voto;
- b. Indicar representantes para os órgãos do Centro, nos termos dos presentes estatutos.
- c. Apresentar propostas ou sugestões reputadas úteis ou necessárias à prossecução dos objetivos estatutários.

3. São direitos dos membros colaboradores:

- a. Tomar parte nas Assembleias Gerais, nos termos dos presentes estatutos;
- b. Ter acesso às informações veiculadas pelo Centro.

Artigo 5^a

Deveres dos membros

1. São deveres dos membros:

- a. Desenvolver os trabalhos de investigação e de divulgação e todos os que forem julgados adequados para a prossecução dos objetivos do Centro;
- b. Desempenhar com zelo os cargos para que forem designados;
- c. Contribuir para o bom nome e o prestígio do Centro e para a eficácia da sua ação;
- d. Comparecer às reuniões da Assembleia Geral e às dos outros órgãos a que pertençam ou em que estejam representados.

Artigo 6^a

Da admissão e exclusão de membros colaboradores

1. A admissão de novos membros colaboradores depende da deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta da Direção.
2. Perdem a qualidade de membros os que pedirem formalmente a sua demissão em carta dirigida à Direção, que comunicará o facto à Assembleia Geral e às Comissões Executiva e Científica.
3. Os membros que, por motivos diversos, não justificados, não prestem colaboração assídua ao Centro, poderão ser excluídos por deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta da Comissão Executiva.

CAPÍTULO III. DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Artigo 7º

Órgãos do Centro

1. São órgãos do Centro:
 - a. A Assembleia Geral;
 - b. A Direção;
 - c. O Conselho Fiscal;
 - d. A Comissão Executiva;
 - e. A Comissão Científica.

SECÇÃO I. DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 8º

Composição

1. A Assembleia Geral é composta por todos os membros do Centro;
2. Os membros colaboradores podem participar nas sessões da Assembleia Geral, mas sem direito a voto.

Artigo 9º

Competências

1. Compete à Assembleia Geral:

- a. Debater as questões gerais relacionadas com a organização e o funcionamento do Centro;
- b. Propor à Direção as grandes linhas de ação do Centro;
- c. Apreciar e votar o Plano e Orçamento apresentados pela Direção;
- d. Apreciar e votar o Relatório, Balanço e Contas anuais da Direção e o parecer do Conselho Fiscal;
- e. Instalar anualmente a Mesa da Assembleia Geral e o Conselho Fiscal;
- f. Aprovar eventuais alterações dos estatutos;
- g. Deliberar a dissolução e liquidação do Centro;
- h. Exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei e pelos estatutos e as que não sejam da competência de outros Órgãos.

Artigo 10º

Funcionamento

1. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que tal for solicitado pela Direção, pela Comissão Executiva ou pela Comissão Científica
2. Para o seu funcionamento em primeira convocatória é necessária a presença da maioria dos seus membros, não contando para este quórum os membros colaboradores.
3. Não se verificando as presenças referidas no número anterior, a Assembleia Geral funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois da hora marcada para a primeira, com qualquer número de associados;

Artigo 11º

Da Mesa da Assembleia Geral

1. A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, designados, respetivamente, pela Câmara Municipal da Guarda e pelos Reitores das Universidades de Coimbra e de Salamanca.
2. Compete ao Presidente da Mesa:
 - a. Convocar as reuniões, estabelecer a ordem do dia e dirigir os trabalhos da Assembleia Geral;
 - b. Assinar as actas com o Vice-Presidente e o Secretário;
 - c. Despachar e assinar o expediente que diga respeito à Mesa.

SECÇÃO II. DA DIRECÇÃO

Artigo 12º

Composição

1. A Direção é composta por:
 - a. Diretor Honorífico Vitalício: Professor Eduardo Lourenço;
 - b. Presidente da Câmara Municipal da Guarda;
 - c. Reitor da Universidade de Coimbra;
 - d. Reitor da Universidade de Salamanca.

Artigo 13º

Competências

1. Compete à Direção
 - a. Representar o Centro em juízo e fora dele, por si ou seus delegados;
 - b. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e estatutárias, as deliberações da Assembleia Geral e as suas próprias resoluções;
 - c. Aprovar atividades e projetos que lhe sejam submetidos pela Comissão Executiva, no âmbito das linhas de ação definidas e submeter à apreciação da Assembleia Geral as questões que julgar convenientes;
 - d. Submeter o Plano e Orçamento, bem como o Relatório, Balanço e Contas do exercício do ano anterior à apreciação e votação da Assembleia Geral, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal.
 - e. Aprovar, coordenar e sancionar as atividades do Centro e assegurar a ligação com a Comissão Executiva e a Comissão Científica;
 - f. Zelar pela articulação entre o desenvolvimento das ações e dos projetos aprovados e os objetivos e orientações gerais definidos;
 - g. Promover a afetação de recursos humanos e materiais, nos termos do disposto no artº 26º, aos projetos e atividades do Centro.
 - h. Submeter à votação da Assembleia Geral a admissão de novos membros efetivos e colaboradores, após parecer da Comissão Executiva.
 - i. Conferir mandatos a representantes seus para representação em juízo e fora dele e para assegurar a conveniente realização dos objetivos do Centro.
 - j. Submeter à Assembleia Geral todos os assuntos da competência desta.

Artigo 14º

Funcionamento

A Direção reunir-se-á sempre que os seus membros o entenderem ou a Comissão Executiva o solicite.

Artigo 15º

Vinculação

1. Para vincular genericamente o Centro são necessárias e bastantes as assinaturas de dois membros da Direção.
2. A Direção pode delegar em funcionários qualificados a prática de atos de vinculação, através de procuração genérica ou específica para cada caso de que conste expressamente a competência delegada.
3. A Direção, sem necessidade de procuração, pode delegar em funcionários qualificados poderes para a prática de atos de expediente corrente, nomeadamente a assinatura de correspondência.

SECÇÃO III. DO CONSELHO FISCAL

Artigo 16ª

Composição

O Conselho Fiscal é composto por três elementos, um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, a indicar respetivamente pela Câmara Municipal da Guarda, e pelos Reitores das Universidades de Coimbra e de Salamanca.

Artigo 17ª

Competências

1. Compete ao Conselho Fiscal:
 - a. Velar pelo cumprimento das disposições legais, estatutárias e regulamentares;
 - b. Dar parecer sobre o Relatório, Balanço e Contas Anuais do Centro e os orçamentos ordinários e suplementares;
 - c. Examinar, sempre que entenda, a escrita do Centro e os serviços de tesouraria;

- d. Pronunciar-se sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos pela Assembleia Geral ou pela Direcção;
- e. Solicitar a convocação da Assembleia Geral, quando o julgar conveniente, e assistir às reuniões dela.

Artigo 18^a

Funcionamento

O Conselho Fiscal deverá reunir obrigatoriamente uma vez por ano para emitir os pareceres a que se refere a alínea b) do artigo anterior.

SECÇÃO IV. DA COMISSAO EXECUTIVA

Artigo 19^o

Composição

A Comissão Executiva é composta por: dois representantes da Universidade de Coimbra; dois representantes da Universidade de Salamanca; dois representantes do Instituto Politécnico da Guarda, a designar pelo seu Presidente; pelo Vereador do Pelouro da Educação da Câmara Municipal da Guarda; duas personalidades de reconhecido mérito designadas pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda.

Artigo 20^a

Competências

1. Compete à Comissão Executiva:
 - a. elaborar propostas de projetos e atividades, ouvida a Comissão Científica, e submetê-los à aprovação da Direcção;
 - b. promover a execução dos projetos e actividades aprovados pela Direcção e financiados pelos membros;
 - c. acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos projetos em curso;
 - d. propor à Direcção a aprovação de protocolos e convénios com instituições de ensino e /ou entidades públicas e privadas, sempre que tal se revele oportuno para a prossecução dos objetivos do Centro, salvaguardando a prévia autorização dos membros, sempre que legalmente necessária;
 - e. propor à Direcção a criação, alteração ou extinção de linhas de ação, sempre que o julgue conveniente, ouvida a Comissão Científica;

f. propor à Direção a admissão de membros colaboradores bem como a participação pontual de consultores científicos e/ou outras personalidades de relevo exteriores ao Centro;

g. Dar parecer sobre a nomeação do Coordenador da estrutura local do Centro.

Artigo 21º

Funcionamento

A Comissão Executiva deverá reunir pelo menos quatro vezes por ano, sendo condição bastante a simples convocatória por escrito e a presença de apenas um representante de cada instituição, podendo reunir extraordinariamente sempre que o julgar necessário ou sempre que a Direção o entenda, para resolução de qualquer assunto de interesse para o Centro.

SECÇÃO V. DA COMISSAO CIENTÍFICA

Artigo 22º

Composição

A Comissão Científica é composta por dois docentes das Universidades de Coimbra e de Salamanca, de cada uma das áreas de ação do Centro referidas no número 2 do artº 2º.

Artigo 23º

Competências

1. Compete à Comissão Científica:

- a. Elaborar projetos de actividades no âmbito do Centro, apresentando-os à Comissão Executiva, com vista à aprovação dos mesmos pela Direção;
- b. prestar consultadoria e apoio científicos aos projetos e actividades do Centro;
- c. colaborar na realização de projetos científicos, participando na definição dos curriculæ de cursos, ações de formação, seminários ou outras iniciativas;
- d. emitir parecer consultivo quanto à forma de prossecução das linhas de ação do Centro, sempre que tal lhe seja solicitado pela Comissão Executiva, diretamente ou a pedido da Direção.

Artigo 24º

Funcionamento

1. A Comissão Científica deve reunir ordinariamente por convocatória escrita da Comissão Executiva, pelo menos duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que a Comissão Executiva o considere necessário para o cumprimento das competências enunciadas no presente Regulamento ou para a apreciação e eventual resolução de qualquer outro assunto de interesse para o Centro, sendo condição bastante a presença de apenas um dos representantes de cada área de acção do Centro;

2. Nas sessões da Comissão Científica participarão os membros da Comissão Executiva.

CAPÍTULO IV. LOCALIZAÇÃO E RECURSOS

Artigo 25º

Localização e infraestruturas

Em obediência ao Protocolo que lhe deu origem, o Centro está localizado e sediado, provisoriamente, em instalações da Câmara Municipal da Guarda, dispondo de infraestruturas de uso comum e da participação de pessoal de apoio dos membros ou de terceiras pessoas a designar por eles.

Artigo 26º

Recursos humanos, materiais e financeiros

1. São recursos humanos e administrativos do Centro aqueles que vierem a ser colocados à sua disposição pelos membros, e ainda os que, por deliberação dos membros, vierem a ser julgados necessários ou próprios do Centro.
2. São recursos materiais e financeiros do Centro:
 - a. as contribuições e os bens que lhe vierem a ser afetos, a qualquer título, por qualquer dos membros;
 - b. quaisquer outras dotações económico-financeiras que venham a ser percecionadas diretamente pelo Centro ou, indiretamente, através dos seus membros ou de terceiras entidades, com a finalidade de serem afetados à prossecução dos objetivos do Centro.

Artigo 27º

Da Coordenação e Apoio Técnico

1. A Câmara Municipal da Guarda deverá afetar os técnicos necessários para a estrutura local de coordenação de medidas e ações de carácter administrativo, técnico e logístico necessárias à efetivação dos projetos e actividades do Centro;
 2. A Câmara Municipal da Guarda poderá nomear um elemento para a coordenação da estrutura local, após parecer vinculativo da Comissão Executiva.
3. No âmbito da coordenação técnica incluem-se as tarefas de:
- a. Efetuar a gestão financeira do corrente, necessária para a prossecução das actividades do Centro.
 - b. Secretariar as reuniões dos órgãos sociais do Centro e redigir as respetivas atas em ligação com a Comissão Executiva;
 - c. Recolher e organizar os dados necessários à elaboração dos planos e relatórios e colaborar estreitamente com a Comissão Executiva na mesma elaboração;
 - d. Executar, sob a orientação da Comissão Executiva e na sequência das decisões da Direção, a gestão corrente do Centro;
 - e. Manter estreita colaboração com o Vereador do Pelouro da Educação da Câmara Municipal da Guarda e dar seguimento a instruções dele recebidas no quadro das suas funções dentro da Comissão Executiva;
 - f. Coordenar a realização prática das actividades e iniciativas do Centro;
 - g. Organizar e conservar em arquivo toda a documentação e correspondência do Centro.

CAPÍTULO V. ACTIVIDADES E SERVIÇOS

Artigo 28º

Actividades

1. O Centro apoia e desenvolve actividades de produção e de difusão do conhecimento científico, no âmbito dos seus objetivos:
 - a. a produção do conhecimento desenvolve-se através dos projetos de investigação e através de iniciativas e ações levadas a cabo no âmbito dos planos de actividades do Centro;
 - b. a difusão do conhecimento desenvolve-se através de uma política editorial e do recurso às novas tecnologias da informação;
 - c. a difusão do conhecimento reveste ainda a forma de encontros académicos, socioculturais, conferências e intercâmbios a vários níveis;
 - d. sem prejuízo do recurso a outras entidades, o Centro utiliza prioritariamente os serviços e meios existentes nas Universidades de Coimbra e de Salamanca e na Câmara Municipal da Guarda.

Serviços

Para a consecução dos seus objetivos, em conformidade com as linhas gerais de actividades, o Centro desenvolverá, com os recursos que lhe forem afetos e outros, serviços especializados para apoio aos investigadores e à comunidade, designadamente um serviço de acesso às Bibliotecas das Universidades de Coimbra e de Salamanca, através da utilização de novas tecnologias.

CAPÍTULO VI. DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30º

Dúvidas e lacunas

As dúvidas e omissões surgidas na aplicação destes Estatutos serão resolvidas pela Comissão Executiva.

Artigo 31º

Alterações dos Estatutos

As alterações ou aditamentos aos presentes Estatutos carecem de aprovação da Assembleia Geral.

Anexo F - Estrutura do Centro de Estudos Ibéricos

Direção

- Prof. Doutor João Gabriel Silva - Reitor da Universidade de Coimbra
- Prof. D. Ricardo Rivero Ortega - Reitor da Universidade de Salamanca
- Dr. Álvaro dos Santos Amaro - Presidente da Câmara Municipal Guarda
- Prof. Eduardo Lourenço (Diretor Honorífico)

Assembleia Geral

- Prof.^a Doutora Clara Almeida Santos
- Prof. D. EfremYildizSadak

Conselho Fiscal

- Dr. Carlos Chaves Monteiro
- Prof. D. Javier González Benito

Comissão executiva

- Dr. Rui Jacinto
- Prof. Doutor Manuel Santos Rosa
- Prof. D. ValentínCabero
- Prof. D.EfremYildizSadak
- Prof. María Isabel MartínJiménez
- Prof. D. Enrique CaberoMorán
- Prof. Doutor Pedro Tadeu
- Prof. Doutor Pires Valente
- Prof. Doutor Victor Amaral

Comissão científica

Literatura

- Universidade de Coimbra
Cristina Robalo Cordeiro
Abílio Hernandez Cardos

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

- Universidade de Salamanca
Angel Marcos de Dios
Fernando Rodríguez de la Flor Adánez

História

- Universidade de Coimbra
Maria Helena da Cruz Coelho
Maria Manuela Tavares Ribeiro
- Universidade de Salamanca
Ángel Vaca Lorenzo

Filosofia

- Universidade de Coimbra
António Pedro Pita
Fernando Catroga
- Universidade de Salamanca
Cirilo Flórez Miguel
José Luis MolinuevoMartínez de Bujo

Geografia

- Universidade de Coimbra
Maria Fernanda Delgado Cravidão
Lúcio José Sobral da Cunha
- Universidade de Salamanca
José Manuel Llorente Pinto
Juan Ignacio PlazaGutiérrez

Sociologia

- Universidade de Coimbra
Carlos Guerreiro Fortuna
Pedro Hespanha

A identidade: uma abordagem teórica

- Universidade de Salamanca
Ángel Infestas Gil

Economia

- Universidade de Coimbra
João Alberto Sousa Andrade
Maria Adelaide Pedrosa da Silva Duarte
João José Soares Tolda
Vítor Manuel Leite Neves
- Universidade de Salamanca
Ricardo Robledo Hernández
Rafael Bonete Perales

Direito

- Universidade de Coimbra
António Avelãs Nunes
José Casalta Nabais
- Universidade de Salamanca
Jesus CarreraHernandez
Manuel AlcántaraSáez

Relações Internacionais

- Universidade de Coimbra
José Manuel Pureza
Fernando José Reino
- Universidade de Salamanca
Jesus CarreraHernández
Manuel AlcántaraSáez

Bibliotecas

- Universidade de Coimbra
Director da Biblioteca Geral
- Universidade de Salamanca
Director dos Serviços de Arquivos e Bibliotecas

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

Coordenação local

- Dr.^a Alexandra Isidro
- Dr.^a Ana Margarida Proença
- Sofia Martins

Anexo G: Cronologia de Atividades do Centro de Estudos Ibéricos

Ano	Mês	Atividade
1999	27/nov	Sessão Solene do VIII Centenário da Cidade da Guarda - Eduardo Lourenço lança o desafio ao Município da Guarda para a criação de CEI
2000	27/nov	Assinatura do protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal da Guarda, a Universidade de Coimbra e a Universidade de Salamanca
2001	19/jan	Primeira reunião da Comissão Executiva do CEI
	17/fev	Segunda reunião da Comissão Executiva do CEI
	21/abr	Primeira reunião da Comissão Científica do CEI
	18/mai	Assinatura da escritura pública que formaliza a criação do CEI
	18/mai	Colóquio "A Guarda no caminho da Europa"
	23/jul	Abertura do primeiro Curso de Verão "O espírito da Guarda: sociedades e culturas de fronteira"
	26/nov	Seminário "A Ibéria no contexto europeu"
	29/nov	Conferência "Identidade e Cidadania"
	07/dez	Apresentação do livro "Educação e cidadania na ilustração portuguesa - Ribeiro Sanches", de Fernando Augusto Machado
	2002	12/abr
12/abr		I Encontro de Bibliotecários das Universidades da Região Centro de Portugal e Região de Castilla y León de Espanha
12/abr		Encontro de Gestores e Administradores das Universidades da Região Centro de Portugal e Região de Castilla y León de Espanha
12/abr		Assinatura da "Declaração da Guarda": cooperação entre sete Universidades: Coimbra, Aveiro, Beira Interior, Salamanca, Valladolid, León e Burgos
22-26/jul		Curso de Verão "Conservação e ordenamento de paisagens da montanha ibérica: A Serra da Estrela em tempo de mudança"
30/set		Assinatura do "Acorde de parceria para a dinamização de iniciativas transfronteiriças"
03/nov		Cerimónia de lançamento da primeira pedra da futura sede do CEI
2003	24/fev	Assinatura do protocolo de cooperação entre o CEI, o Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados e o Colégio de Advogados de Salamanca, com vista à organização do Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica"
	22/mar	Conferência sobre "O Espelho de liberdade, segurança e justiça na União Europeia - aproximação geral" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

	11/abr	II Encontro de Bibliotecários das Universidades da Região Centro de Portugal e Região de Castilla y León de Espanha
	12/abr	Conferência "Responsabilidade Civil" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")
	10/mai	Conferência "Cooperação Judicial" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")
	23/mai	Apresentação do livro "Tempos de Eduardo Lourenço - Uma Fotobiografia", de Manuela Cruzeiro e Maria Manuel Baptista
	23 -25 jul	Curso de Verão "Património e Cultura"
	03/out	Encontro transfronteiriço "Turismo sustentado e desenvolvimento local: primeira edição em Huerta (Salamanca); segunda edição em Videmonte (Guarda) dia 24/10
	11/out	Conferência sobre "Direito das Empresas" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")
	08/nov	Conferência sobre "Direito dos Contratos" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")
	04/dez	Lançamento do concurso para a concessão de apoios à investigação: Projeto "Culturas ibéricas, sociedades de fronteira - territórios, sociedades e culturas em tempos de mudança"
2004	06/mar	Apresentação do livro "Iberismo e cooperação - passado e futuro da Península Ibérica", de ValentínCaberoDiéguez
	20/mar	Conferência "Cobrança de Dividas transfronteiriças" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")
	26/mar	Sessão de entrega de apoios à investigação: Projeto "Culturas ibéricas, sociedades de fronteira - territórios, sociedades e culturas em tempo de mudança"
	26/mar	III Encontro de Bibliotecários das Universidades da Região Centro de Portugal e Região de Castilla y León de Espanha
	16/abr	Conferência "Direito do urbanismo e meio ambiente" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")
	14/mai	Conferência "Cultura, saúde e doença" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

	22/mai	Conferência "Responsabilidade Médica" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")
	18/jun	Conferência "Medidas especiais do Direito processual penal" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")
	25/jun	Conferência "Envelhecimento e Gerontologia" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	16/jul	Conferência "Sinistralidade" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	19-23/jul	Curso de Verão "Cooperação Ibérica: novas fronteiras, novos intercâmbios
	19-23/jul	Primeiro Ciclo de Cinema Ibero-Americano
	23/jul	Apresentação do livro "Iberografias", de José Luís Lima Garcia
	17/set	Conferência "Sexualidade" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	08/out	Conferência "Propriedade horizontal e regulamentação dos condomínios" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")
	15/out	Conferência "Desafios biológicos: HIV/Sida" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	21-22/out	II Jornadas de património da Beira Interior
	12/nov	Conferência "Acidentes de trabalho: incapacidades, reparação em dinheiro e espécie, seguros" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")
	19/nov	Conferência "Formação: que modelos?" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	01-30/dez	Exposição Fotográfica "Fronteira, Emigração, Memória"
	01/dez	Apresentação da segunda edição do livro "A Guarda Formosa na primeira metade do século XX", coordenada por Jaime do Couto Ferreira
	02/dez	Sessão Solene de entrega do prémio Eduardo Lourenço a maria Helena da Rocha Pereira
	02-03/dez	Conferências "Territórios e Culturas Ibéricas"
	11/dez	Conferência "O Tratado Constitucional Europeu e o novo sistema de atos jurídicos da União Europeia" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")
	11/dez	Apresentação do livro "O Direito e a Cooperação Ibérica"
2005	08/mar	Conferência "Qualidade na Saúde: Terra, Água e Ar" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	15/abr	Conferência "Novos desafios da farmacologia e da Enfermagem" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

	maio	Exposição Fotográfica "Fronteira, Emigração, Memória" na Universidade de Salamanca
	20/mai	Conferência "Gestão da Saúde e da Doença" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	26/mai	Lançamento do livro "Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia"
	07/jun	Primeiro Fórum de Segurança Rodoviária
	17/jun	Conferência "Direito e Comunicação" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")
	24/jun	Primeiras Jornadas de Arquivo "O papel dos arquivos em Portugal e Espanha"
	04-08/jul	Curso de Verão "Património natural e o desenvolvimento dos espaços marginais"
	01/jul	Lançamento dos livros "Do outro lado da lua - a Ibéria segundo Eduardo Lourenço", "Territórios e Culturas Ibéricas" e "Entre margens e fronteiras - para uma geografia das ausências e das identidades raianas"
	01/jul	Sessão de entrega de apoios à investigação: Projeto "Culturas ibéricas, sociedades de fronteira - territórios, sociedades e culturas em tempo de mudança"
	09/set	Conferência "Camões e Cervantes: um diálogo ibérico"
	09/set	Apresentação do n.º1 da Revista "Iberografias"
	10/set	Inauguração da sede do CEI
2006	11/mar	Encontro de Solicitadores "Impostos sobre o património"
	17/mar	Conferência "Políticas educacionais" (Ciclo de Conferências "Escola: Problemas e Desafios")
	07/abr	Conferência "Gripe e doenças emergentes" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	13/abr	Inauguração de exposição e lançamento do catálogo "Manifesto de uma paixão"
	21/abr	Conferência "Dificuldades do ensino e aprendizagem" (Ciclo de Conferências "Escola: Problemas e Desafios")
	21-22/abr	Congreso para el desarrollo socioeconómico en las áreas transfronterizas de España y Portugal
	05/mai	II Fórum de Segurança Rodoviária
	19/mai	Conferência "Radiações Eletromagnéticas e Doença" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	19/mai	Apresentação do livro "Saúde Sem Fronteiras"
	26/mai	Conferência "Da desertificação à reorganização da rede escolar" (Ciclo de Conferências "Escola: Problemas e Desafios")

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

	08/jun	Sessão de entrega de apoios à investigação: Projeto "Culturas ibéricas, sociedades de fronteira - territórios, sociedades e culturas em tempo de mudança"
	03-07/jul	Curso de Verão "Cultura, Cooperação e Desenvolvimento"
	09/jun	Conferência "Direito Biomédico" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")
	09/jun	Apresentação do livro "O Direito e a Cooperação Ibérica II"
	23/jun	Sessão solene da entrega do Prémio Eduardo Lourenço a AgustínRemesal
	23/jun	Conferência "Alimentação e nutrição: das sopas aos antioxidantes" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	08/jul	Colóquio "A programação cultural hoje"
	14/jul	Conferência "Respirar para viver, respirar para morrer" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	22/set	Conferência "Novas tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas" (Ciclo de Conferências "Escola: Problemas e Desafios")
	29/set	Conferência "Stress, exercício físico e vida - do bom ao mau stress"" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	13/out	Conferência "O novo regime do arrendamento urbano" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")
	20/out	Conferência "Crise na Educação: fundamentos e desafios" (Ciclo de Conferências "Escola: Problemas e Desafios")
	27/out	Conferência "Infantários, infeção e imunidade" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	03/nov	Colóquio "Agostinho da Silva e a Ibéria"
	17/nov	Conferência "A Indemnização em acidentes de viação" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")
	24/nov	Conferência "Antes prevenir que curar" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	27/nov	Apresentação do livro "Um cruzamento de fronteiras - o discurso da Guarda em Cortes"
	28/nov	III Conferências "Territórios e Culturas Ibéricas"
	28/nov	Apresentação do livro "O interior raiano do centro de Portugal: outras fronteiras, novos intercâmbios"
	28/nov	Apresentação do n.º2 da Revista "Iberografias"
	15/dez	Conferência "Envelhecimento, a eterna realidade" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
2007	16/mar	Conferência "Formação de professores" (Ciclo de Conferências "Escola: Problemas e Desafios")

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

23/mar	Conferência "Direito dos menores: proteção, adoção e família" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")
25-27/mar	I Seminário Luso-Espanhol de Professores de Teoria da educação
20/abr	Conferência "Vida e doença: as faces genética e adaptativa" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
21/abr	Inauguração da exposição "Alembrações" e apresentação de catálogo
11/mai	Conferência "Métodos e Didáticas: novos desafios" (Ciclo de Conferências "Escola: Problemas e Desafios")
18/mai	Conferência "Saúde e qualidade de vida" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
08/jun	Sessão de entrega de apoios à investigação: Projeto "Culturas ibéricas, sociedades de fronteira - territórios, sociedades e culturas em tempo de mudança"
08/jun	Apresentação do livro "Territórios e Culturas Ibéricas II"
25-27/jun	I Congresso Ibérico da International Permafrost Association
29/jun	Conferência "Direito societário: desformalização e consequências" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")
29/jun	Conferência "Cirurgia no século XXI" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
02-06/jul	Curso de Verão "Cidade e território: urbanização, ordenamento e coesão"
06/jul	Apresentação do livro "União Europeia, Fronteira e Território"
06/jul	Sessão de entrega do Prémio Eduardo Lourenço a Maria João Pires
28/set	Conferência "Alimentação nas crianças e adolescentes: obesidade, bulimia e anorexia" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
19/out	Conferência "Família, sociedade e escola: educar para a cidadania" (Ciclo de Conferências "Escola: Problemas e Desafios")
26/out	Conferência "Doenças cardiovasculares: prevenção, atitudes e terapêuticas" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
09/nov	Conferência "Direito penal e processual penal: novas orientações" (Ciclo de Conferências "O Direito e a Cooperação Ibérica")
16/nov	Conferência "Necessidades educativas especiais e educação inclusiva" (Ciclo de Conferências "Escola: Problemas e Desafios")
23/nov	Conferência "Medicamentos: genéricos, generalização e racionalização" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
29-30/nov	I Jornadas Ibéricas de Engenharia Civil
06/dez	Conferências "Sociedades de fronteira: território, identidade e mobilidade"
06/dez	Apresentação do n.º3 da Revista "Iberografias"

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

2008	08/mai	Conferência "Doenças respiratórias" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	15-17/mai	Curso de Cooperação Judiciária (O Direito e a Cooperação Ibérica)
	23/mai	Sessão de entrega de apoios à investigação: Projeto "Culturas ibéricas, sociedades de fronteira - territórios, sociedades e culturas em tempo de mudança"
	23/mai	Lançamento dos livros "Existência e Filosofia. O ensaísmo de Eduardo Lourenço" e "Abandono do espaço agrícola na beira transmontana"
	29-30/mai	Colóquio "As escritas do eu no feminino"
	19/jun	Conferência "Desporto: benefícios e malefícios" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	02-05/jul	Curso de Verão "Desenvolvimento sustentável nos territórios de fronteira: estratégia e perspetivas"
	03/jul	Lançamento do Catálogo "Transversalidades"
	09/out	Conferência "Saúde oral" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	06/nov	Conferência "Saúde mental" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	26/nov	Colóquio "Ficção e realidade"
	26/nov	Lançamento do n.º4 da Revista "Iberografias"
	27/nov	Sessão de entrega do Prémio Eduardo Lourenço a Ángel Campos Pámpano
	27/nov	Inauguração da Exposição e lançamento do catálogo "Um (e)terno olhar - Eduardo Lourenço, Vergílio Ferreira e a Guarda"
	27/nov	Apresentação do livro "Leituras de Eduardo Lourenço - Um labirinto de saudades, um legado com futuro"
2009	30/abr	Seminário "Territórios e Culturas Ibéricas"
	15/mai	Conferência "Saber envelhecer" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	05-06/jun	II Encontro Luso-Espanhol de Nefrologia
	15-19/jul	Curso de Verão "O Património dos espaços fronteiriços: experiências e boas práticas de revitalização"
	18/set	Sessão de entrega de apoios à investigação: Projeto "Culturas ibéricas, sociedades de fronteira - territórios, sociedades e culturas em tempo de mudança"
	23/set	Apresentação dos livros "Educação: reconfiguração e limites das suas fronteiras" e "Escola: problemas e desafios"
	30/set	Exposição "Tarrafal e a Guerra Civil de Espanha" (esteve exposta até dia 7 de novembro)
	07-08/out	Seminário Internacional "Os países de língua portuguesa e as suas

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

		geografias: dinâmicas socioeconómicas e processos de reestruturação territorial"
	07-31/out	Exposição "Espaços rurais da beira"
	24/nov	I Jornadas "Preservação de recursos hídricos e florestais: uma abordagem transfronteiriça"
	27/nov	Apresentação do n.º5 da Revista "Iberografias"
	10-11/dez	Curso de Cooperação Judicial (O Direito e a Cooperação Ibérica)
2010	21/jan	Seminário "Manuel António Pina - palavras para além das fronteiras"
	05/mar	Conferência "Obesidade/anorexia/alimentos funcionais e nutracêuticos" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	11/mar	Seminário "Judiciarias da Raia - legado e futuro"
	09/abr	Conferência "A dor e os cuidados paliativos" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	23/abr	Conferência "Intensivismo e stress pós traumático" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	23/abr	Jornadas científicas "Cabeço das Fráguas: o santuário no seu contexto"
	30/abr	Assinatura do protocolo entre o CEI e a Fundación Duques de Sória
	21/mai	Conferência "Infeção Hospitalar" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	14-18/jun	Curso de Verão "Patrimónios e territórios culturais - recursos estratégias e práticas"
	25/jun	Conferência "Racionalização terapêutica" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	29/out	II Jornadas transfronteiriças "Biodiversidade e recursos florestais"
	29/out	Apresentação do livro "As novas geografias dos países de língua portuguesa - paisagens, territórios, políticas no Brasil e em Portugal"
	04/nov	Conferência "(Res) Públicas no espaço ibérico"
	25/nov	Conferência "Cooperação Territorial: novos desafios para as regiões de fronteira"
	26/nov	Conferência Comemorativa do X Aniversário do CEI
	26/nov	Apresentação do Catálogo "CEI - Cultura, cooperação, conhecimento"
	26/nov	Exposição CEI - Dez anos depois"
	26/nov	Apresentação do n.º 6 da Revista "Iberografias"
2011	22/mar	Seminário "As novas geografias dos países de língua portuguesa"
	08/abr	Curso de Língua e Cultura Espanholas (terminou a 25 de junho)
	07/abr	Conferência "Saúde e felicidade" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	28-30/abr	III Jornadas transfronteiriças "Paisagem, espaços protegidos, floresta"

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

	20/abr	Apresentação do livro "Interioridade/Insularidade; Despovoamento/Desertificação. Paisagens, riscos naturais e educação ambiental em Portugal e Cabo Verde"
	13/mai	Conferência "Cancro colo-rectal" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	14/mai	Fórum sobre Fibromialgia
	23/mai	Tertúlia "Vida e Obra de Eduardo Lourenço"
	25/mai	I Jornadas Ibéricas "A criança e a leitura: experiências, estratégias e desafios"
	31/mai	Conferência "Tabaco ou Saúde" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	17/jun	Conferência "Saúde Oral" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	06-09/jul	Curso de Verão "Diálogos Ibéricos e Cooperação: Terras, Gentes, Cultura"
	08/jul	Apresentação do livro "Efeito barreira e cooperação transfronteiriça na Raia Ibérica - impactes territoriais do INTERREG-A"
	14-17/jul	I Curso "Novos métodos de ensinar e aprender: educação em espaços abertos"
	06/ago	Homenagem a Eduardo Lourenço em S. Pedro do Rio Seco
	04/nov	Conferência "1 milhão de diabéticos" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	26/nov	Reunião do júri de avaliação dos apoios à investigação 2011
	26/nov	Inauguração da Exposição "Transversalidades: fotografias sem fronteiras"
2012	21/jan	Sessão de entrega de apoios à investigação: Projeto "Culturas ibéricas, sociedades de fronteira - territórios, sociedades e culturas em tempo de mudança"
	21/jan	Apresentação do livro "Patrimónios, territórios e turismo cultural: recursos, estratégias e práticas"
	27/jan	Curso de Língua e Cultura Espanholas (terminou a 31 de março)
	16-18/02	Seminário ibérico-brasileiro sobre dinâmicas territoriais
	12/mar	Exposição "Paisagem agrícola da fronteira" (esteve patente ao público até dia 28 de abril)
	24/mar	Seminário "Territórios e culturas em tempo de mudança: metodologia e investigação"
	29/mar	Conferência "Cirurgia estética" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	13-28/abr	II Curso "Novas metodologias para ensinar e aprender"
	26/abr	Colóquio "Eduardo Lourenço: as paisagens matriciais e os tempos de

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

	Coimbra"	
27/abr	Sessão de entrega do prémio Eduardo Lourenço 2011 a Mia Couto	
28/abr	Apresentação do livro "Heterodoxias", 1.º volume das obras completas de Eduardo Lourenço	
03/mai	Conferência "Qualidade do ar e saúde" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")	
01/jun	Exposição de Fotografia "La Raya Rota" (patente ao público até dia 7 de julho)	
14/jun	Conferência "Gestão da saúde" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")	
16/jun	II Jornadas Ibéricas "A Criança e a leitura: experiências, estratégias e desafios"	
04-07/jul	Curso de Verão "Fronteiras e Coesão Territorial"	
06/jul	Apresentação do livro "A cidade e os novos desafios urbanos"	
01/set	Concurso de Fotografia "Transversalidades: territórios, sociedades e culturas ibéricas em tempo de mudanças". Decorreu até 15 de dezembro	
17/set	Seminário "Dinâmicas socioeconómicas e processos de reestruturação territorial em Portugal e no Brasil"	
19/set	Seminário "Património e Cultura Judaica - potencialidades e forma de divulgação"	
20/set	II Seminário ibérico-brasileiro "Dinâmicas territoriais: geografia, meio ambiente e desenvolvimento transfronteiriço"	
18/out	Conferência "Envelhecimento ativo" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")	
15/nov	Conferência "Stress no local de trabalho" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")	
26/nov	Exposição "Entre páginas: o esplendor da dispersão em livros da biblioteca de Eduardo Lourenço". Patente ao público até dia 31 de dezembro	
27/nov	Sessão de entrega do Prémio Eduardo Lourenço 2012 a José María Martín Patino	
27/nov	Exposição "Paisagens de fronteira", patente ao público até dia 31 de dezembro	
30/nov	Seminário "Territórios, sociedades e culturas em tempo de mudança"	
30/nov	Apresentação do n.º 8 da Revista "Iberografias"	
2003	18/jan	Cursos de Língua e Cultura Espanholas (com término a 6 de abril)
	14/mar	Conferência "Insolvências e recuperação de empresas" (Ciclo de Conferências "O Direito em tempos de crise")

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

	4/abr	Conferência "Ética e direito na saúde" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	21-26/abr	Curso "Novas Metodologias para ensinar e aprender: outdoorlearning
	30/abr	III Jornadas Ibéricas "A criança e a leitura: experiências, estratégia, desafios"
	9/mai	Conferência "O sol amigo e inimigo" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	31/mai	Conferência "Reforma de leis laborais e cessação de contrato de trabalho" (Ciclo de Conferências "O Direito em tempos de crise")
	13/jun	Exposição e apresentação do catálogo "Transversalidades"
	19-20/jun	Seminário "Judeus e cristãos-novos na Beira"
	27/jun	Conferência "Comer bem viver melhor" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	3-6/jul	Curso de verão Espaços de Fronteira, Territórios de Esperança
	12/set	Conferência "Reforma do processo civil" (Ciclo de Conferências "O Direito em tempos de crise")
	12/set	Jornada Técnica de Turismo de Fronteira
	3/out	Conferência "Sono de qualidade - boa noite, melhor dia" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	17/out	Conferência "O direito e a crise financeira" (Ciclo de Conferências "O Direito em tempos de crise")
	7/nov	Conferência "Demências" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	30/dez	Apresentação do n.º9 da Revista "Iberografias"
	30/dez	Atribuição do Prémio Eduardo Lourenço Jerónimo Pizarro
2014	14/jan	Cursos de Língua e Cultura Espanholas
	10-28/abr	Seminário "As expressões artísticas nas necessidades educativas especiais"
	24/abr	Conferência "A perspetiva jurídico-constitucional" (Ciclo de Conferências "O Estado de Direito do Século XXI)
	15/mai	Conferência "A perspetiva jurídico-processual" (Ciclo de Conferências "O Estado de Direito do Século XXI)
	22/mai	Conferência "Doenças oncológicas: prevenção, diagnóstico e terapêuticas" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	30/mai	Seminário "Turismo, Património e Saúde"
	19/jun	Conferência "O sol do dia-a-dia" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	25-28/jun	Curso de Verão "Espaços de fronteira, territórios de esperança: velhos problemas novas soluções"
	9-12/jul	Curso "Novas Metodologias para ensinar e aprender: outdoorlearning

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

	25/set	I Jornadas de “Requalificação de imóveis e certificação energética”
	9/out	Conferência "Com dor" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	23/out	Conferência “A perspetiva jurídico-criminal” (Ciclo de Conferências “O Estado de Direito do Século XXI)
	24/out	I Encontro Luso-Espanhol de Bibliotecas Itinerantes
	20/nov	Conferência “A perspetiva jurídico-económica” (Ciclo de Conferências “O Estado de Direito do Século XXI)
	28/nov	Exposição e lançamento do Catálogo “Transversalidades”
	28/nov	Apresentação do n.º10 da Revista "Iberografias"
	28/nov	Atribuição do Prémio Eduardo Lourenço a António Sáez Delgado
	28/nov	Lançamento do livro “Espaços de fronteira, territórios de esperança: paisagens e patrimónios, permanências e mobilidades”
	28/nov	Lançamento do livro “Educação e cultura mediática: análise e implicações deseducativas”
	28/nov	Lançamento do livro “Paisagens, Patrimónios, Turismo”
	4/dez	Conferência "Doenças auto-imunes: um mundo ainda por descobrir" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
2015	14/abr	Seminário “Atlas. No princípio era o mapa - as novas geografias dos países de língua portuguesa”
	23/abr	Seminário “(Re) Encontros em tempo de (Des)Encontros”
	14/mai	Conferência "Termalismo e saúde" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	18/jun	Conferência "Evolução da saúde materna e perinatal em Portugal e Espanha” (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	20/jun	Seminário “Territórios, Sociedades e Culturas em tempo de mudança”
	8-11/jul	Curso de Verão “Iberismo e Lusofonia: paisagens, territórios e diálogos transfronteiriços”
	17/set	Conferência "Surdez: da criança ao idoso" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	15/out	Conferência "Medicina forense e direitos humanos" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	19/nov	Conferência "Saúde oral infantil" (Ciclo de Conferências "Saúde sem fronteiras")
	28/nov	Exposição e lançamento do Catálogo “Transversalidades”
	28/nov	Apresentação do n.º11 da Revista "Iberografias"
	28/nov	Atribuição do Prémio Eduardo Lourenço a Agustina Bessa-Luis
	28/nov	Lançamento do livro “Diálogos Transfronteiriços - património, territórios, culturas

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

2016	--/mai	Lançamento do livro “Outras fronteiras, novas geografias: intercâmbios e diálogos territoriais
	6-9/jul	Curso de Verão Espaços de fronteira em tempos de incerteza: pensamentos globais, ações locais”
	25-26/nov	Comemorações do 16.º Aniversário do CEI
	25/nov	Exposição “Rumores do mundo: olhar a diversidade que nos rodeia”
	25/nov	Exposição e apresentação do Catálogo “Transversalidades”
	26/nov	Apresentação do Catálogo “Imaginar o território: uma geografia do olhar”
	26/nov	Apresentação do n.º12 da Revista "Iberografias"
	26/nov	Atribuição do Prémio Eduardo Lourenço a Luís Sepúlveda
	26/nov	“A cor do olhar” - Homenagem a Monteiro Gil
2017	28/jun	Curso de Verão “Lugares e Territórios: novas fronteiras, outros diálogos”
	10-21/jul	Oficina de História da Guarda
	2/dez	Comemorações do 17.º Aniversário do CEI
	2/dez	Apresentação do n.º13 da Revista "Iberografias"
	2/dez	Atribuição do Prémio Eduardo Lourenço a Fernando Paulouro das Neves
	2/dez	Exposição e apresentação do Catálogo “Transversalidades”
	2/dez	Lançamento do livro “Andanças e reflexões transfronteiriças: roteiro Miguel Unamuno - Eduardo Lourenço””

Fonte: Relatórios anuais do CEI, de 2001

ANEXO H - COOPERAÇÃO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

AIBT da Serra da Estrela

ARA - Associação Desenvolvimento Estudo e Defesa do Património da Beira Interior

Arquivo Distrital da Guarda

Asociación para el Desarrollo de la Comarca de Ciudad Rodrigo

Associação Agostinho da Silva

Associação de Artesãos da Serra da Estrela

Associação Nacional de Farmácias

Associação para a Promoção da Guarda

Associação Pró-Raia

Ayuntamiento de Béjar

Ayuntamiento de Ciudad Rodrigo

Ayuntamiento de Huerta (Salamanca)

Ayuntamiento de Navas Frías

Ayuntamiento de Trabanca

Ayuntamiento de Morille

Ayuntamiento de Monleras

Ayuntamiento de Juzbado

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Biblioteca da Universidade de Salamanca

Câmara dos Solicitadores - Delegação do Círculo Judicial da Guarda

Câmara Municipal de Almeida

Câmara Municipal de Belmonte

Câmara Municipal de Castelo Branco

Câmara Municipal de Celorico da Beira

Câmara Municipal da Covilhã

Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo

Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

Câmara Municipal de Manteigas

Câmara Municipal de Pinhel

Câmara Municipal do Sabugal

Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva

Centro de Educación Vial de Salamanca

Centro de Estudios Mirobriguenses

Centro de Formação de Solicitadores da Guarda

Centro de Interpretação da Serra da Estrela

Colegio de Abogados de Salamanca

Colegio Oficial de Médicos de Salamanca

Comissão Distrital de Segurança Rodoviária da Guarda

A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha: o papel do Centro de Estudos Ibéricos nas dinâmicas culturais em espaço de fronteira

Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados
Delegação Regional da Cultura do Centro
Direção Geral de Arquivos / Torre do Tombo
Dirección General de Archivos Estatales
Escola Superior de Saúde da Guarda
Feria de Teatro de Ciudad Rodrigo
Fundação do Novo Cinema Latino-Americano
Fundación Ciudad Rodrigo 2006
Fundación “Las Edades del Hombre”
Fundación Duques de Soria
Fundación Germán Sánchez Ruiz Pérez
Governo Civil da Guarda
Guarda Nacional Republicana - Comando Territorial da Guarda
Ilustre Colegio de Procuradores de Salamanca
Instituto Arqueológico Alemão
International Permafrost Association
Junta de Freguesia de Escalhão
Junta de Freguesia de Fernão Joanes
Junta de Freguesia de Sortelha
Junta de Freguesia de Videmonte
Junta de Freguesia do Jarmelo
Junta de Freguesia dos Fóios
Museu da Guarda
Núcleo de Arte Rupestre da Penascosa
Obra Social da Caja Duero
Ordem dos Enfermeiros
Ordem dos Engenheiros
Ordem dos Farmacêuticos
Ordem dos Médicos
Parque Arqueológico do Côa
Parque Natural da Serra da Estrela
Raia Histórica
Teatro Municipal da Guarda